EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

A UNIÃO

A UNIÃO 132 Anos

Ano CXXXII Número 019 | R$ 4,00

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 23 de fevereiro de 2025

Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

auniao.pb.gov.br | @jornalauniao

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106
Dados: 2025.02.22 00:00:23 -03'00'

Foto: Carlos Rodrigo

Homens com idades entre 21 e 40 anos representam 85% dos motociclistas acidentados na Paraíba

CENÁRIO ASSUSTADOR

Motociclistas são 75% dos mortos no trânsito na PB

Em 2024, foram registrados 6.108 acidentes com motos no estado, o que corresponde a 46% do total de ocorrências. *Página 5*

Memórias

Foto: Carlos Rodrigo

Um editor formado em A União

Em poucos anos, André Cananéa foi de repórter a editor-geral do jornal. "Foi uma 'pós-graduação'. A União é uma grande escola", diz.

Páginas 14 e 15

Coletânea com textos de Agnaldo Almeida será lançada amanhã

"Deu no Jornal" reúne textos publicados em **A União** e organizados pela diretora-presidente da EPC, Naná Garcez, viúva de Agnaldo.

Página 9

Energia solar já atende 64 mil consumidores paraibanos

Mesmo com investimento inicial para instalação, usuários avaliam serviço como vantajoso e relatam economia de até 80%.

Página 17

Estado registra, por mês, até 150 ocorrências de crimes cibernéticos

Pesquisa revela que 24% dos brasileiros com mais de 16 anos de idade já foram vítimas dos chamados golpes virtuais.

Página 7

■ "Desconhecíamos a geladeira, e a própria comedoria não ia além do feijão, da farinha, da carne seca, do pirão gordo e do bacalhau, que era comida que pobre renegava".

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ "De minha parte, também estou pensando em mandar fazer um boné, mas com outra frase estampada: 'A EBC é dos brasileiros'. Será que Sidônio Palmeira topa usar?".

Angélica Lúcio

Página 26

Pensar

Entenda o conceito de carnavalização, que ajuda a compreender os fenômenos da sociedade contemporânea e sugere que qualquer manifestação cultural ou social sofre a influência do Carnaval ou adquire um caráter carnavalesco.

Páginas 29 a 32

Foto: Leonardo Ariel

Uso do turbante traz representatividade e marca resistência da cultura negra

Projeto oferece oficinas de confecção de roupas de tradição afro-brasileira voltadas à geração de renda de mulheres negras.

Página 25

Assine o Jornal A União agora: (83) 3218.6500 circulacao@epc.pb.gov.br

EDIÇÃO: Luiz Carlos Sousa
EDITORAÇÃO: Luiza Fonseca

Editorial

Uma parte do todo

Parafraseando John Donne (1572–1631), considerado um dos maiores nomes da poesia metafísica inglesa, nenhum homem vive completamente isolado do mundo. Se algo de ruim acontece a um ser humano, não importa o lugar, todos deveriam se solidarizar com esse semelhante. "A morte de qualquer homem me diminui, porque faço parte da humanidade", diz o poeta, em uma das estrofes mais conhecidas de suas "Meditações".

O mundo contemporâneo vive uma espécie de deslumbramento impulsionado pelas admiráveis conquistas da ciência e da tecnologia. A internet revoluciona as relações humanas, e viajar pelo espaço sideral está para se tornar um passeio turístico corriqueiro, embora só os milionários excêntricos possam fazê-lo. No entanto, milhões de pessoas não desfrutam desse progresso, aprisionadas que estão em uma espécie de pesadelo real.

É o caso, por exemplo, das centenas de mulheres da República Democrática do Congo, na África Central, estupradas e queimadas em consequência da barbárie que assola o leste do país. A escalada da violência no Congo tem tirado o sono de lideranças políticas e religiosas internacionais comprometidas com a qualidade de vida das pessoas em nível planetário. Sem apoio internacional, a crise na região tende a se agravar cada vez mais.

Mas não são apenas as mulheres as grandes vítimas do conflito no leste do Congo. Homens — sejam crianças, adolescentes ou adultos — também sofreram e ainda sofrem muito com a violência desenfreada na região, notadamente após a tomada da cidade de Goma pelo grupo miliciano rebelde M23. Analistas afirmam que o M23 tem o apoio de Ruanda, país interessado em anexar territórios situados a leste do Congo.

A violência é um dos principais fatores de desestabilização social e política na África. Os meios de comunicação, vez ou outra, denunciam os grandes fluxos migratórios africanos, motivados pela fome, pela doença, pelo medo, mas tendo como fundamento básico as disputas pelo poder, de olho nas riquezas. No caso do Congo, os recursos minerais são fontes de brutalidades e corrupção, por parte de milícias nacionais e estrangeiras.

Espera-se que países como Inglaterra e França, e até mesmo nações locais, como Quênia e Angola, unam-se em uma grande coalizão, para fazer frente às agressões e depredações que vêm ocorrendo em territórios africanos. Tanta violência depõe contra todo o esforço humano, no sentido de uma convivência planetária pacífica e produtiva, onde cada cidadão e cidadã seja respeitado e tenha as mesmas oportunidades.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

PGR quebra a cultura da impunidade

Ao denunciar um ex-presidente da República e mais de uma dezena de militares de alta patente, a Procuradoria-Geral da República faz história pelo ineditismo do procedimento em nosso país. Desde a proclamação da República, a vida política brasileira tem sido marcada por golpes militares que provocaram ruptura constitucional, crimes de Estado e desrespeito a direitos fundamentais, muitas vezes com apoio das elites e da mídia.

Havia uma tradição de impunidade civil e penal aos que praticavam atos criminosos e anti-democráticos, especialmente quando se tratavam de militares. Concordo que é preciso distinguir a instituição das pessoas que tentaram e participaram dos planos golpistas. Mas, até que, enfim, aprendemos com a lembrança de episódios violentos do passado, tomando decisões que possam evitar a sua repetição. A palavra "impunidade" se origina do latim, "*impunitas*", que significa isenção do castigo. Analisando, conforme o entendimento jurídico, a compreensão é de que se trata da não aplicação de uma determinada pena criminal atribuída a quem cometeu delitos previstos na legislação.

Quando sugere a responsabilização dos agentes envolvidos nos ataques às instituições constitutivas da democracia, comprovando que agiram estruturalmente organizados, a Procuradoria-Geral da República quebra precedentes históricos, produzindo efeito didático sobre as futuras gerações. A legislação em vigência prevê a punição para crimes contra a ordem democrática, como tentativa de golpe. Portanto, aplicá-la é uma exigência no sentido de que seja garantida a preservação institucional. É indiscutível que a impunidade torna-se a principal estimuladora da prática de ilegalidades. A punição aplicada à conduta infracional tem efeito inverso, reduzindo os conflitos sociais e conduzindo para uma convivência pacífica. O fato é que a conduta ilícita, criminosa ou não, precisa ser combatida eficazmente, com punição ao infrator, para que não seja banalizada e sirva de incentivo para que seja seguida pelos demais, expandindo-se rapidamente.

As digitais desse pessoal relacionado como acusados na denúncia da Procuradoria-Geral da República estão na intentona golpista do 8 de janeiro de 2023. Portanto, a punição aos idealizadores e promotores daquela barbárie pode assegurar ao país uma democracia sólida. É importante que se recuse propostas de reconciliação política sem processo e punição dos responsáveis por crimes de Estado e tentativas de golpe. Então, a anistia que está sendo solicitada por lideranças da extrema direita, por conveniências políticas, concorreria para o risco de cairmos novamente em uma espiral de violência por conta da impunidade. Há uma frase latina que diz: *"impunitas peccandi illecebra"*: "A impunidade estimula a delinquência".

Anistiar pode representar o esquecimento e a normalização dos crimes contra o Estado e os cidadãos. O perdão irrestrito é uma afronta à justiça e à sociedade, que tem se manifestado por pesquisas de opinião pública contrária a qualquer iniciativa de anistia aos golpistas. Essa cultura histórica da impunidade, com anistias que beneficiam criminosos políticos, não pode ser perpetuada. Punir os que transgridem normais legais deve ser visto como um ato civilizatório. A denúncia da Procuradoria-Geral da República sinaliza a quebra desse ciclo vicioso e se afirma como um documento de valor histórico. Afinal de contas, há um princípio tão jurídico, quanto civilizado, de que a lei é para todos. Precisamos vencer, então, essa síndrome de impunidade que existe no país.

> **Anistiar pode representar o esquecimento e a normalização dos crimes contra o Estado e os cidadãos**
>
> Rui Leitão

Foto Legenda

João Pedrosa

Convites do Verão

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

Relendo o coronel José Rufino

"Que você faz com um pão velho e duro como esse, que não dá pra comer?", perguntei a Da Luz.

"Nunca tive esse problema, seu Luiz, mas dá pra fazer farinha de pão. Também só compro na conta, nunca deu pra sobrar".

Da Luz ganhava o salário, o vale-transporte e uns trocos. Ouvia as queixas da patroa por conta da alta abusiva dos preços, mas recostada à pia, sempre de costas para a conversa, nos afazeres entre fogão, pia, geladeira e o armário das compras.

Chegava na hora, raramente saindo antes de deixar tudo pronto a tempo. Um dia se saiu com esta: "Seu Luiz, o senhor sabe me dizer onde é que conserto meu micro-ondas?".

Da Luz de micro-ondas! Sufocou-me, o marrão atado na goela, indeciso, eu esquecido por completo de que os tempos mudaram, de que a versão atual dos moradores do antigo engenho, por mais que a renda grande se concentre nos ricos (e quanto mais progresso mais concentrada) não impede que a versão operária atual ingresse ou participe do mercado, consumindo não só o fubá, a farinha, o ovo, o feijão da subsistência, como também a tevê, a geladeira, o micro-ondas, num *et cetera* ambicioso que não custaria a chegar ao automóvel.

Um dia, num fim de almoço, dessa vez um cabritinho guisado em que ela era mestra, sapecou-me esta surpresa: "O senhor pode avalizar um carro de segunda pra meu marido?". Sentiu imediato o meu espanto e, julgando-me receoso, tentou negociar: "O senhor fica livre do vale-transporte. "Não tinha como me negar: "Não, não é isso, Da Luz. O vale é seu direito".

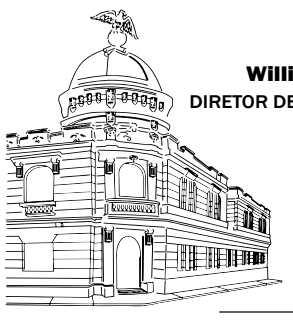
"Mas já parte para o automóvel?!", indaguei calado. Da Guia morreu, o coração traiu-a. E agora, alguns anos depois, revendo o livro do mais ilustre dos coronéis do meu mundo, o letradíssimo José Rufino de Almeida, editado há 30 anos pelos filhos Antônio Augusto e Alice Almeida, lamentando as condições de vida em que terminou a opulenta geração de antigos senhores de engenho, caio em mim ajudado pela nova realidade de Da Luz.

Tem fundamento o meu espanto. Nasci numa casa de chão batido, criei-me em outra um tanto melhor, que de grande só tinha o nome, as cadeiras estufadas da sala combinando com o relógio inglês numa parede e o coração de Jesus bem à vista da porta principal. Metade da sala de jantar era tomada por um caixão enorme de farinha à espera dos tropeiros do Cariri. No mais, não fazia muita diferença da pobreza dos moradores, salvo pelo tamanho da casa e pela dispensa. Desconhecíamos a geladeira, e a própria comedoria não ia além do feijão, da farinha, da carne seca, do pirão gordo e do bacalhau, que era comida que pobre renegava, mesmo importado. Vim conhecer macarrão no internato de Campina Grande. Dormia em rede como meu pai, a cama de couro reservada à dona da casa. Não havia banheiro, salvo um cubículo para o banho de cuia da patroa. Eu e meu pai descíamos a ladeira para nos lavar num poço de água corrente, os mais confortantes de toda a minha vida.

Não sei como está o campo hoje, pois não vejo casas, que foram trocadas pelas das pontas de rua. Mas tenho de reconhecer, frustrado na maioria dos sonhos, que o mundo é outro. Aqui na Paraíba, o socorro cardiológico que é dado ao governador está aberto ao pobre. A lei do mercado, ainda que abuse da concentração e do privilégio, não pode discriminar a classe das Da Luzes. Longe, bem longe do meu tempo de sítio, quando a comunicação se resumia à pureza do cordel.

> **Tem fundamento o meu espanto. Nasci numa casa de chão batido, criei-me em outra um tanto melhor, que de grande só tinha o nome**
>
> Gonzaga Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC
Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

Gisa Veiga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500
E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)
ASSINATURAS: Anual ..... R$385,00 / Semestral ..... R$192,50 / Número Atrasado ..... R$3,30
CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gpv.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

CRIME SEXUAL

Denúncia é fundamental no combate à importunação

Secretaria da Mulher reforça importância de campanhas executadas no estado

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Condutas invasivas e que violam o corpo feminino não podem ser relativizadas pela sociedade

Carnaval é sempre sinônimo de alegria e liberdade, mas há um limite inegociável: o consentimento. Por mais que a festa seja marcada por brincadeiras, os beijos e os toques forçados não fazem parte da folia. Essa abordagem insistente se configura em importunação sexual, um crime previsto no Código Penal desde 2018 e que não pode ser banalizado. O problema é que, quando esse primeiro limite não é respeitado, a violência escala — e os números mostram isso. De acordo com o Painel de Indicadores Estatísticos de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, na Paraíba, os estupros mais que dobraram de 2023 para 2024, passando de 522 para 1.057 vítimas — um aumento de 102,49%. Isso significa que, por dia, três mulheres sofreram essa violência no estado.

Embora as estatísticas escancarem a gravidade do problema, o que acontece bem antes do estupro ainda passa despercebido — e a própria dinâmica do Carnaval explica isso. A realidade das ruas e dos blocos mostra que os casos de importunação sexual são frequentes nesse período, mas poucos realmente são denunciados. No meio da multidão, não é raro que as vítimas prefiram deixar para lá a buscar ajuda, e é exatamente esse silêncio que não pode existir, segundo a secretária da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (Semdh), Lídia Moura. "A vítima, às vezes, sente vergonha, porque a primeira coisa que dizem quando a mulher denuncia, dentro dessa cultura de que elas devem tolerar tudo, é que isso é um exagero. Mas não é", afirma.

A importunação sexual foi criminalizada, justamente, porque é nessa permissividade que a violência acontece. Aliás, como a própria secretária enfatiza, esse tipo de crime se torna muito mais comum ao longo do período carnavalesco, de fevereiro a março — algo que já está no radar do Governo do Estado e, desde 2019, vem sendo combatido por meio de campanhas educativas. "Nós sabemos que paquera, namoro e afeto são diferentes disso. Mas qual é o limite? O limite é se você me paquera e eu não correspondo, saio de perto e digo 'não faça isso'. A partir desse ponto, é importunação", reforça.

O problema, segundo ela, é que ainda tem muito folião que relativiza esses avanços, ignorando que a liberdade típica do Carnaval não dá a ninguém o direito sobre o corpo do outro. Além disso, a secretária explica que, mesmo quando a mulher diz "não", muitas vezes, o agressor se sente no direito de continuar importunando. Segundo Lídia, "o que não pode acontecer é a normalização desse comportamento".

Essa escalada da violência sexual contra a mulher tem ligação direta com a impunidade: quando a sociedade tolera e até banaliza um beijo forçado, ela abre espaço para que outros limites sejam ultrapassados. Por isso, Lídia Moura é enfática ao reforçar a necessidade de respeitar a vontade da mulher. "Nós temos que mudar essa cultura de achar que ela está sempre disponível para o desejo do outro, na hora que ele bem entender, principalmente quando se está numa festa popular como o Carnaval".

Enfrentamento da violência

Não à toa, o combate à violência contra a mulher precisa começar no primeiro sinal de abuso. Ao passar por qualquer tipo de importunação, a vítima deve procurar a polícia e registrar o fato. E, se tiver em mãos vídeos e relatos de testemunhas, fica mais fácil de encontrar o agressor. Durante os festejos, além da presença da Polícia Militar, haverá delegacias móveis nos principais circuitos carnavalescos, onde a vítima poderá encontrar agentes especializados. O atendimento aos foliões será reforçado durante todo o período, segundo a secretária. O Boletim de Ocorrência também pode ser feito on-line.

Já nos casos de estupro ou qualquer tipo de violação sexual, a orientação é buscar assistência médica o mais rápido possível. A Lei do Minuto Seguinte, instituída em 2013, garante às mulheres atendimento humanizado e emergencial, sem necessidade de boletim. Nos hospitais de referência, elas têm acesso a profilaxias para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), contracepção de emergência e suporte psicológico. Segundo a secretária Lídia Moura, também é fundamental que ela denuncie o caso para que as autoridades possam agir.

Foto: Evandro Pereira

Nós temos que mudar essa cultura de achar que ela [a mulher] está sempre disponível para o desejo do outro

Lídia Moura

Ações conscientizam a população, e Poder Público dá suporte às vítimas

Com o objetivo de garantir um folia mais segura para todos, as prefeituras de João Pessoa e de Campina Grande também estão reforçando as ações educativas de combate à importunação sexual no Carnaval. Na capital paraibana, a campanha Não é Não começou no dia 31 de janeiro e seguirá até 4 de março.

Pelo quarto ano consecutivo, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM) tem levado informação aos foliões, distribuindo materiais educativos e orientando sobre os diferentes tipos de assédio e de violência de gênero.

Já em Campina Grande, a campanha Folia com Respeito também chega à sua quarta edição, com ações de conscientização e reforço na segurança até 16 de março. Conduzida pela Coordenadoria da Mulher, a iniciativa inclui ações de monitoramento nos blocos, plantões de atendimento e divulgação de informações sobre importunação sexual. Além disso, a Ronda da Mulher e a Guarda Municipal também atuarão nos principais circuitos da folia para auxiliar a população.

Apoio

A Paraíba mantém uma rede estruturada de atendimento às vítimas de violência sexual, oferecendo suporte médico, psicológico e jurídico em diversas regiões do estado. São nove hospitais e maternidades que prestam esse atendimento, sendo que quatro deles realizam a interrupção legal da gravidez nos casos previstos em lei: dois em João Pessoa, um em Patos e um em Monteiro. As vítimas podem procurar esses serviços espontaneamente ou por encaminhamento de qualquer órgão da rede de proteção.

Em João Pessoa, os atendimentos são realizados no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena; na Maternidade Frei Damião — Unidade II; no Instituto e Maternidade Cândida Vargas; no Hospital General Edson Ramalho; e no Hospital Infantil Arlinda Marques.

Em Campina Grande, as vítimas podem buscar ajuda no Instituto Elpídio de Almeida (Isea) e no Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes.

No interior, há, ainda, atendimentos disponíveis no Hospital Regional de Guarabira; na Maternidade Peregrino Filho, em Patos; e no Hospital e Maternidade Santa Filomena, em Monteiro.

Além desse suporte, a Paraíba conta com Delegacias Especializadas da Mulher, que registram e acompanham os casos de violência de gênero. Como reforça a secretária da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura, denunciar é essencial para interromper o ciclo da violência e impedir que novos crimes aconteçam. Casos de importunação sexual, estupro ou qualquer outro tipo de agressão podem ser denunciados pelo Ligue 180, canal de atendimento especializado; pelo 197, da Polícia Civil; pelo 190, da Polícia Militar; ou pelo 153, da Ronda Maria da Penha.

UN Informe
DA REDAÇÃO

TJPB VAI SE REUNIR NA TERÇA-FEIRA COM EQUIPE DO GOOGLE PARA TRATAR DE USO DA IA NO JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça da Paraíba já está em tratativas para se adequar aos novos parâmetros que serão obedecidos para utilização da inteligência artificial (IA) em todo o Poder Judiciário. Ato Normativo que trata a matéria, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualiza a resolução que há cinco anos desenhou os primeiros parâmetros sobre o uso da IA pelos tribunais brasileiros. Uma das medidas adotadas pelo TJPB é um encontro de trabalho com representantes do Google. Segundo o juiz auxiliar da vice-presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, Max Nunes de França, na terça-feira (25), a Diretoria de Tecnologia da informação (Ditec) do TJPB tem reuniões agendadas com a equipe do Google "para conhecer as ferramentas que empresa tem à disposição, voltadas especificamente para o Poder Judiciário. Isto para que a gente possa avaliar a viabilidade de implementá-las, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça", adiantou o magistrado, que é o responsável por aplicar políticas tecnológicas e de segurança da informação no âmbito do Poder Judiciário estadual. Segundo ele, uma das grandes dificuldades dos Tribunais de Justiça era a inexistência de uma regulamentação quanto ao uso da inteligência artificial generativa no Poder Judiciário. "O uso de inteligência artificial generativa, conforme os parâmetros ali estabelecidos, respeita a autonomia do magistrado na decisão e os dados sigilosos das partes, de forma que todos os tribunais possam se integrar numa rede única e compartilhar informações, além de produzir algo voltado internamente ao Poder Judiciário e não só utilizar as inteligências artificiais que são produzidas no mercado, que não são dedicadas, exclusivamente, à prestação judicial", avaliou o juiz auxiliar.

Foto: Divulgação/TJPB

DOBRADINHA PARA 2026

A ex-deputada Pollyanna Werton, atual secretária estadual de Desenvolvimento Humano, será candidata a deputada federal com as bênçãos do governador João Azevêdo. Na sexta-feira (21), ela e o secretário de Administração, Tibério Limeira, estiveram conversando com o governador a respeito da dobradinha que farão nas próximas eleições. Tibério vai concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa.

EDITAL DA FAPESQ

A Fundação de Apoio à Pesquisa da Paraíba (Fapesq) lança, amanhã, o edital do Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS), 8ª edição. O evento será realizado em formato virtual pelo canal do YouTube da Fapesq. As propostas aprovadas serão financiadas com recursos de R$ 3 milhões. Poderão ser apresentados projetos de pesquisa no valor de até R$150 mil.

REDAÇÃO DE CARTAS

As inscrições para o 54º Concurso Internacional de Redação de Cartas já estão abertas e seguem até 28 de março, abrindo as portas para jovens talentos mostrarem sua criatividade e habilidade com a escrita. Promovido anualmente pela União Postal Universal (UPU) e realizado no Brasil pelos Correios, o certame é voltado a estudantes de até 15 anos, das redes pública e privada de ensino.

DETRAN REALIZA NOVO LEILÃO

O Detran realiza novo leilão eletrônico nos dias 10 e 11 de março, disponibilizando 356 veículos apreendidos e não resgatados nos municípios de João Pessoa e Campina Grande. A visitação para inspeção presencial dos interessados começa amanhã e segue até a quinta-feira (27), nos respectivos locais indicados nos editais. O leilão é realizado exclusivamente na modalidade on-line.

SEBRAE REALIZA EVENTO COM FOCO EM EMPREENDIMENTOS INOVADORES

Com o propósito de promover a troca de experiências e incentivar o desenvolvimento de empreendimentos inovadores, o Sebrae realiza, no dia 22 de março, o Startup Day. A programação terá atividades em Cajazeiras, Campina Grande, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Patos e Sousa. "É uma oportunidade de fortalecer a comunidade de empreendedores", afirma a analista técnica do Sebrae-PB, Rafaella Catão.

José Godoy
Procurador da República

“O Ministério Público tem que sair dos seus gabinetes para escutar as pessoas”

Foto: Carlos Rodrigo

Membro do Ministério Público Federal defende atuação focada nas demandas de grupos sociais mais vulneráveis

João Pedro Ramalho
joaopramalhom@gmail.com

O procurador da República José Godoy Bezerra de Souza atua no Ministério Público Federal na Paraíba (MPF-PB) há 16 anos. Natural de Pernambuco, de uma família de agricultores, sua experiência no órgão da Justiça é marcada pela defesa de direitos humanos, junto a diversas populações, como indígenas, quilombolas, ciganos e comunidades periféricas e ribeirinhas. O impacto de sua atuação levou ao seu reconhecimento como cidadão paraibano e de diversas outras cidades do estado. Em entrevista ao Jornal **A União**, o membro do MPF conta sobre sua trajetória e comenta temas como reforma agrária e o avanço da extrema direita no Brasil.

A entrevista

Como deve ser a atuação do Ministério Público Federal na defesa dos direitos humanos?

Essa é uma atuação bastante inovadora no Brasil e até no mundo. O Ministério Público (MP), historicamente, tem a função de processar criminalmente as pessoas, mas também está atuando na defesa dos direitos humanos. E isso é bastante inovador no Brasil, porque não só é a primeira vez que a gente tem o MP com essa atribuição; é a primeira vez que a gente tem uma Constituição com direitos humanos, especialmente de segunda geração. Esses são os direitos sociais, em que é preciso o Estado fazer uma ação para que o direito seja efetivado. Por exemplo, para o direito de ir e vir, basta que o Estado não prenda as pessoas. Mas, para o direito à moradia, precisa-se construir uma casa; para o direito à saúde, precisa-se de uma rede hospitalar, e por aí vai. Então, eu diria que, hoje, o Ministério Público tem uma *expertise* muito grande na área criminal, mas, quando vai atuar na defesa dos direitos assegurados na Constituição, nós temos uma dificuldade, por falta de produção de conhecimento e de experiências históricas. De minha parca experiência, de 16 anos atuando no MPF, eu vejo que é essencial a gente entender que nós estamos defendendo o direito de outrem. Existe um titular, um dono do direito, que não é nem o Ministério Público, muito menos o membro do Ministério Público. Então, se eu vou defender o direito de outra pessoa, como a moradia de uma comunidade periférica, tenho que ser alguém que dialoga com aquela comunidade. Assim, o Ministério Público tem que abrir suas portas ou sair dos seus gabinetes para escutar as pessoas. O nosso desafio atual é porque a instituição vem no caminho inverso. Como o MPF é um órgão do sistema de Justiça, ele buscou parecer o máximo com o Judiciário e se encastelar o máximo possível, ficando longe da sociedade. Isso é o contrário do que deveria ser.

O senhor tem uma trajetória no movimento social rural e uma experiência como agricultor. Como isso influenciou sua atuação no MPF, especialmente na defesa dessas comunidades tradicionais?

Eu sou filho de agricultores familiares e fui agricultor familiar até os 20 anos de idade. Depois, saí e atuei em trabalhos informais, principalmente como ambulante, até entrar em um trabalho formal, como bancário, em dois bancos públicos. Só depois de muitos anos, eu entrei no MPF. E o tempo de universidade, a formação do Direito e toda a preparação para os concursos fazem com que a gente busque uma linguagem parecida com a do Direito, como os trejeitos e o olhar, até para que a gente se sinta pertencente àquele novo grupo a que a gente faz parte. Então, eu cheguei ao concurso de procurador da República tentando performar o procurador da República e levei um tempo até buscar minhas origens. Mas é muito mais fácil o caminho de volta. Dialogar com as comunidades, para quem viveu nelas e sabe um pouco das dificuldades, é um pouco mais fácil do que para quem tem uma trajetória inteira na classe média alta. E eu trabalho com a perspectiva de como me vestir, como me portar, em movimentos corporais, como falar, como escutar. São testes necessários para que as pessoas se sintam à vontade, tragam seus problemas, e a gente possa discutir, de modo que elas se sintam realmente no plano horizontal, porque é assim que tem que ser.

Que outros desafios o senhor encontra na defesa dessas comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas?

Defender essas comunidades é visto como uma tarefa “bonitinha”. Mas, a expectativa do grupo dominante hegemônico é que o membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública que dialoga com essas comunidades seja um porta-voz da elite para elas, alguém que vai ganhar a confiança delas para convencê-las a fazer ou a não fazer aquilo que interessa para a classe dominante. E quase todo membro do Ministério Público que eu conheço aceitou esse papel de ser um porta-voz, alguém que chega e os convence a não fechar uma estrada; alguém que, quando eles estão muito irritados, diz: “Olha, não faça isso”; alguém que é escutado pelos grupos vulneráveis e, por isso, usa esse trânsito para acalmar o grupo e manter tudo como está. Quando você deixa de fazer esse papel e realmente escuta de verdade o grupo vulnerável, passa a ser uma pessoa indesejada, porque um grupo dominante não aceita nada além de tudo. Então, só pelo fato de você chegar numa reunião e dizer: “Esse grupo vai falar e eu quero que ele seja ouvido”, já é considerado radical, uma pessoa de uma ousadia absolutamente abominável. E o ódio que se tem das classes vulneráveis é transferido para você. Esse é o grau de dificuldade que a gente enfrenta.

Na sua dissertação de mestrado, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o senhor estudou conflitos fundiários coletivos no sistema de Justiça Federal da Paraíba. Baseado nessa pesquisa e na sua experiência no MPF, como vê a temática da reforma agrária no Brasil?

A reforma agrária é uma questão absolutamente necessária e existencial, mesmo porque não é só no campo que as famílias estão sendo vilipendiadas e expulsas, é na cidade também. Na minha dissertação de mestrado, eu falo sobre o que chamo de “Teoria do enxotamento”: sempre que algum lugar é valorizado, as famílias são expulsas para outro, e chega a um ponto em que não há mais lugar para elas. E, hoje, a gente vive esse caminhar. No campo, a disparada das *commodities*, como cana-de-açúcar, soja e outras, fez com que se buscassem todas as áreas possíveis e imagináveis para plantar essas monoculturas, retirando as comunidades, inclusive das áreas para reforma agrária. No Semiárido, a corrida pelas energias, de uma forma absolutamente distante da realidade dessa população, fez outra corrida de expulsar as pessoas para as pequenas cidades, que não as comportam. No Litoral, vem a especulação imobiliária e o turismo avançando em massa. Isso fez um negócio interessante, que eu chamo de quebra do pacto intergeracional. Você encontra comunidades que diziam: “O avô dele disse que a gente podia ficar aqui, e a gente está aqui há 50 anos”. Mas, agora, o neto chegou lá e disse: “A gente vai ter que sair”. Então, há um “espremer” desses grupos. Não há um espaço para as pessoas pobres viverem, porque todos os lugares ficaram valorizados. E [isso afeta] mais do que a dignidade humana, mas a existência, porque, para você existir na Terra, como ser humano, precisa de um lugar para dormir, para circular. Mas as cidades precisam estar limpas, lindas — e precisam tirar as pessoas, porque elas as enfeiam. Não existe um projeto que diga: “Vamos fazer a partir dessas pessoas que estão aqui”. A Vila de Tambaú, em João Pessoa, era uma vila de pescadores, que foram expulsos para formar a comunidade de São José. Os mais velhos viraram alcoólatras e formaram um bloco de pessoas que perderam seu contato com o mar, e os mais jovens foram ficando e usando outras drogas. A reforma agrária é uma política que requer custos. Requer você adquirir uma terra e criar a estrutura para as pessoas viverem lá. E a reforma se tornou impossível de acontecer no Brasil.

Por quê?

Tinha sido criada uma Constituição com direitos, que é a de 1988, com a população participando e dizendo que quer esses direitos. Mas, no início da década de 1990, vêm dois presidentes neoliberais, o Fernando Collor e o Fernando Henrique [Cardoso], que adotam o estado mínimo e dizem: “Vamos destruir o Estado, porque o Estado não é bom, e vamos diminuir tributos”. Mas o Estado é o único capaz de criar esses direitos. Só que Fernando Henrique fez um pacto com a elite para conter a inflação. A elite brasileira lucrava muito com os chamados *overnights*: com a inflação galopante, o dinheiro nunca parava e ela ia explorando os mais pobres. Qual pacto aconteceu? Foi o de dizer: “Vocês param de lucrar com o *overnight*, com essa especulação no mercado através da inflação, e vão lucrar com o Estado. Eu vou dar os recursos estatais para vocês”. E o que aconteceu a partir dali? Um processo em que se controla a inflação por meio da alta dos juros. Em 2024, nós tivemos juros entre 13% e 14% ao ano e inflação de 4%, ou seja, houve de 8% a 9% de *gap*, com [a elite] lucrando em cima do Estado. Isso foi uma transferência de R$ 960 bilhões do dinheiro do povo brasileiro para essa elite. Sem esses recursos, o Estado não consegue fazer a reforma agrária, e nós condenamos a nossa população à pobreza.

O senhor teve uma atuação vasta na área da Saúde, inclusive com a defesa do uso medicinal da maconha. No período em que esteve envolvido nas ações judiciais, entre 2014 e 2016, quais foram os principais obstáculos enfrentados na luta para legalizar o acesso aos medicamentos à base de cannabis na Paraíba?

O [principal foi o] preconceito, que, hoje, está cada vez mais forte. A extrema direita resolveu fazer a política de criar grupos de ódio; inclusive, várias vezes, os pais que tinham seus filhos e que precisavam da maconha para o uso eram taxados como maconheiros, traficantes etc. Quando a gente entrou com a primeira ação aqui, em 2014, falou-se: “O Ministério Público está defendendo o uso da maconha”. Hoje, quebrou-se bastante isso, mas, mesmo assim, a extrema direita continua dentro do Congresso Nacional e da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária], barrando os avanços. Mas, não é só o preconceito, é o preconceito e a necessidade. Porque a extrema direita trabalha com a política da violência, de criar inimigos, e as pessoas que precisam da maconha para fins medicinais também são inimigos deles. Assim, uma das bandeiras desse grupo político, para ter votos, foi essa. Eles travaram, dentro do Congresso Nacional, a aprovação de leis razoáveis, e, dentro da Anvisa, a aprovação de regulamentações aceitáveis. Quem vem conseguindo vencer essa batalha é o Judiciário, criando decisões que permitem às pessoas usarem.

Como esse fortalecimento dos grupos de extrema direita interfere na atuação do Ministério Público e na defesa dos direitos humanos?

Em primeiro lugar, a gente precisa compreender por que a extrema direita cresce tanto. Ela cresce porque o neoliberalismo, instalado a partir da década de 1990, fez com que o Estado de Direito prometido em 1988 se tornasse um sonho impossível. Sem sonhos, as pessoas perdem a esperança e, sem a esperança, elas recorrem ao que melhor lhe aparecer. E apareceu a extrema direita, diante desse processo brutal de exploração do povo brasileiro, em que nós temos que trabalhar de sol a sol para que os super-ricos possam andar de foguete fora da atmosfera. Então, para a extrema direita, os culpados são os negros, as mulheres, a população LGBTQIAPNb+, a população indígena e todos os grupos que eles chamaram de identitários. Aí ficou fácil de trazer o povo para eles, porque a população não tem esperança. Que esperança você vai dar para qualquer cidadão brasileiro, sabendo que, ao fim de 2025, nós vamos pagar R$ 1 trilhão de juros para 0,1% da população brasileira? Mas atuar dentro da extrema direita é um processo muito duro. Eu costumava brincar que [o Governo Bolsonaro] era um período de depressão. Todos os órgãos eram contra órgãos. A Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], que deveria trabalhar pelos indígenas, colocava pessoas que odiavam e perseguiam os indígenas. O Meio Ambiente tinha um ministro que dizia: “Vamos passar a boiada”. O [ministro] da Saúde era contra vacinas. Então, você lidava com um processo da existência da destruição. Era um período depressivo, você ia ajuizando a ação, tentava conseguir uma liminar... Mas aqui, minimamente, o meu trabalho sempre foi buscar parcerias com os órgãos públicos, buscar caminhos, sempre respeitando muito, porque os órgãos públicos são a referência da democracia, especialmente os eleitos, então eu tenho que legitimar quem passou pelo voto. Inclusive, um dos desafios do Ministério Público, na atuação de direitos humanos, é entender que a gente não é o protagonista. Os protagonistas são os donos do direito e o [representante] eleito, enquanto a gente é o intermediário que busca o melhor caminho de negociar. Mas, como você vai negociar diante de órgãos que existem exatamente para destruir?

O senhor coordenou a campanha Leite Fraterno, junto com a UFPB e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), durante a pandemia de Covid-19. Como essa iniciativa ajudou a combater a fome e a vulnerabilidade social na Paraíba?

Aquilo dali foi pelo desespero mesmo, da gente entendendo que tinha que fazer alguma coisa — e até saía um pouco das nossas atribuições. De um lado, eu tinha o desespero dos produtores, que, com a pandemia, não conseguiam levar seus produtos para a feira e estavam perdendo esses produtos. Do outro lado, grupos e grupos estavam entrando em contato conosco, porque estavam com fome: as prostitutas, a população LGBTQIAPNb+, os quilombos, as periferias. E a gente fez um trabalho que foi muito bacana, com colaboração enorme de vários órgãos e de voluntários, como Iris Porto e Carol Andrade, que fez as artes. As pessoas doavam para a conta de uma associação e era distribuído o leite. Então, esses recursos faziam com que os agricultores que estavam passando fome escoassem seu produto e tivessem dinheiro para repor suas necessidades, e aí chegava leite na outra ponta. Eu tenho um carinho muito grande por aquela campanha e por todos que nos auxiliaram.

ACIDENTES EM 2024

Motos causam 75% dos óbitos na PB

Ocorrências representam grave questão de saúde pública, com consequências muitas vezes irreparáveis

Foto: Leonardo Ariel

Uso do celular, consumo de álcool e excesso de velocidade são os três fatores que mais contribuem para desastres no estado

Os motociclistas paraibanos continuam sendo os protagonistas de um tráfego perigoso e, muitas vezes, fatal. Em 2024, 46% dos quase 13 mil acidentes de trânsito registrados no estado envolveram motos, o que corresponde a 6.108 ocorrências desse tipo. As estatísticas são ainda mais duras quando se observa a quantidade de fatalidades: 75% das 639 mortes registradas no trânsito, no ano passado, tiveram os motociclistas como vítimas.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (Sesds), em 2024, homens de 21 a 40 anos foram os que mais sofreram quedas e colisões, representando mais de 85% dos acidentados. Para se ter uma ideia da gravidade desse cenário, somente nos primeiros 10 dias deste ano já foram registrados 173 acidentes com motociclistas, de um total de 338 casos — número que equivale a mais de metade dos 313 sinistros registrados em todo o mês de janeiro do ano passado.

Além de alarmantes, esses dados levantam uma reflexão importante: o que está por trás de tantos acidentes e mortes? Seria a imprudência o principal fator? Embora a resposta envolva uma série de fatores, uma informação destacada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) contribui para entender o contexto desses acidentes. Conforme o órgão, pelo menos 60% dos motociclistas flagrados no estado estavam irregulares.

Um exemplo recente mostra bem a realidade daqui: dois jovens de 19 anos foram detidos na BR-230, em João Pessoa, no dia 24 de janeiro, quando tentavam fugir da fiscalização. Ambos pilotavam motocicletas sem habilitação e realizavam manobras perigosas em meio a um intenso fluxo de veículos, ciclistas e pedestres.

Para Ariana Nogueira, gerente-executiva de Educação para o Trânsito do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-PB), o agravante que mais contribui para esse cenário é o descuido dos motoristas. "Estudos mostram que 99% dos acidentes de trânsito são causados por imprudência humana", destaca a especialista. Na prática, isso representa desatenção, excesso de velocidade, ultrapassagem proibida e, sobretudo, desrespeito às regras.

Segundo ela, os três fatores que mais contribuem para os índices encontrados na Paraíba são o uso do celular ao volante, o consumo de bebida alcoólica e o excesso de velocidade. "O pior é que muitos desses fatores estão combinados. Tem gente que dirige embriagado e, ao mesmo tempo, está no celular. Isso aumenta muito o risco e, no caso dos motociclistas, qualquer descuido pode ser fatal", salienta.

Polos estaduais

Não por acaso, essa imprudência no trânsito é o que tem levado a um cenário assustador nas duas maiores cidades da Paraíba. De acordo com o painel de sinistros da Sesds, João Pessoa e Campina Grande foram os municípios do estado com o maior número de acidentes fatais envolvendo motocicletas, em 2024, com 48 e 53 mortes, respectivamente. Mas o problema não se limita a essas localidades. Patos, por exemplo, no Sertão paraibano, também se destaca, com 21 sinistros letais, de um total de 24 ocorrências.

> Segundo o governo, homens de 21 a 40 anos foram os que mais se acidentaram, em 2024 — mais de 85% dos casos

Essa realidade tem se repetido em outras regiões do estado, de Santa Rita a Catolé do Rocha, evidenciando que a imprudência no trânsito não é uma questão isolada, mas um desafio a ser enfrentado pela sociedade. Ariana alerta que a Paraíba está entre os estados com um dos trânsitos mais violentos do país, ocupando o 5º lugar no *ranking* nacional. "Motociclistas representam 80% das mortes e das lesões graves no trânsito brasileiro. Na Paraíba, os números seguem essa mesma tendência preocupante. Mas não é só no Brasil, trata-se de uma verdadeira pandemia", alerta.

Desastres lotam hospitais do estado e pesam na saúde pública

Para além dos números, é preciso enxergar o verdadeiro impacto desses acidentes. Não se trata apenas de estatísticas, mas de vidas perdidas ou de pessoas que enfrentam cirurgias, internações prolongadas e um duro processo de reabilitação — algumas, inclusive, com sequelas permanentes. O reflexo disso recai diretamente sobre as unidades de saúde, como os hospitais de Trauma de João Pessoa e de Campina Grande, que, juntos, atenderam 21.898 vítimas de sinistros de trânsito, em 2024. E o dado mais alarmante vem a seguir: 80% desses pacientes eram motociclistas, de acordo com Ariana Nogueira.

Só no Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena (HEET-SHL), em João Pessoa, de janeiro a dezembro do ano passado, foram atendidas 9.786 vítimas de acidentes de moto, 12% a mais em relação ao mesmo período de 2023. A maioria delas era do sexo masculino, na faixa etária de 19 a 59 anos, o mesmo perfil delineado pelas estatísticas de sinistros no estado. Além disso, crianças de até 12 anos e adolescentes também foram atendidos na unidade, totalizando 912 casos, o que reforça a necessidade de ações mais efetivas para conter esse ciclo de violência no trânsito.

Esse crescimento já vinha sendo observado na unidade, no período pós-pandemia. Em entrevista ao Jornal **A União**, no ano passado, o diretor técnico do hospital, Glauber Novaes, relacionou o aumento expressivo no número de acidentes ao crescimento da frota de motocicletas e à expansão das redes de entrega em João Pessoa. Na ocasião, ele destacou que, durante a pandemia, as ocorrências caíram, mas, depois disso, os sinistros voltaram a crescer em ritmo acelerado. "Quando a pandemia passou, tanto os acidentes convencionais quanto aqueles envolvendo motos aumentaram", afirma. Para se ter ideia, o Detran-PB estima que, em média, cada família paraibana tenha até duas motocicletas na garagem.

Jovens

Para completar o cenário, a especialista Ariana alerta para uma prática muito recorrente no interior do estado, onde muitos pais permitem que adolescentes pilotem motos sem habilitação. "Isso acontece com frequência, especialmente nas cidades menores. Os pais acham normal que os filhos aprendam a pilotar desde cedo, mas essa falta de preparo coloca em risco não só os próprios jovens, mas todos que dividem o trânsito com eles", diz.

Além do impacto direto nos hospitais, cada acidente sofrido impõe um alto custo à saúde pública e retira do mercado jovens trabalhadores. Para ela, a alta mortalidade entre jovens de 20 a 29 anos é bastante preocupante. "Estamos perdendo uma geração economicamente ativa, que deveria estar trabalhando, estudando, contribuindo para a Previdência Social. E essa ausência vai gerar um impacto futuro", analisa.

Foto: Marcos Russo/Arquivo A União

Veículo responde por 80% dos acidentes de trânsito

Ações do Detran para frear imprudência de motociclistas

Parafraseando o recifense Paulo Freire, educador e filósofo reconhecido internacionalmente, a educação não transforma o mundo, mas muda as pessoas; e são elas, as pessoas, que podem transformar o mundo. Nada mais simbólico, portanto, do que falar em educação para destacar o que o Detran-PB tem feito para conscientizar a população.

Em 2023, mais de 70 mil pessoas participaram de iniciativas educativas do órgão. Uma delas é o Projeto Nino, voltado para trabalhadores da construção civil, realizado em parceria com a PRF e o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-JP). "Nós vamos aos canteiros de obras para dialogar com eles sobre comportamentos que são inseguros e que potencializam os riscos de eles se envolverem em acidentes de trânsito", conta Ariana.

Outro exemplo é o Projeto Mobiliza, que tem um recorte específico para mulheres motociclistas que trabalham com transporte por aplicativo. "Fazemos encontros para ouvir essas mulheres, entender os desafios que elas enfrentam no trânsito e oferecer orientações para uma condução mais segura", diz.

Contudo, Ariana pontua que ainda é desafiador atingir o público que mais se acidenta no trânsito paraibano: os homens. Embora componham o grupo mais exposto a acidentes, eles também são os mais resistentes às ações educativas. "É mais fácil trazer mulheres para participar dos encontros. Os homens têm mais dificuldade de se enxergar como parte do problema".

Para a especialista, os números só vão mudar quando cada motorista reconhecer o trânsito como um espaço coletivo, assumindo sua parte na construção de um ambiente mais seguro. Afinal, salvar vidas não depende apenas de fiscalização.

> **"É mais fácil trazer mulheres para participar dos encontros. Os homens têm mais dificuldade de se enxergar como parte do problema**
>
> Ariana Nogueira

Saiba Mais

Acidentes com motos são os que mais causam vítimas, internações hospitalares e óbitos; alta velocidade é um dos maiores agravantes na rotina do tráfego. Veja as principais causas dos sinistros:

1. Uso de álcool ou drogas;
2. Desrespeito às leis de trânsito;
3. Imprudência (excesso de velocidade, pilotagem sem habilitação, ultrapassagens perigosas, falta de acessórios de segurança);
4. Crescimento da frota de motocicletas.

MAU TEMPO

Quem paga a conta dos prejuízos?

Saiba quais são as medidas legais e as responsabilidades quando os danos são causados por efeitos naturais

Sara Gomes
saragomesreporteraauniao@gmail.com

Árvores tombaram, ruas foram inundadas e despenhadeiros deslizaram por cima de carros e vias. Esses foram alguns dos transtornos registrados na primeira semana deste mês, ocasionados pelas fortes chuvas que caíram na Grande João Pessoa. Depois que a água baixou, o resultado não poderia ser outro: vários veículos, casas e estabelecimentos comerciais ficaram danificados. Se algo do tipo aconteceu com você, é importante saber quais são as medidas legais a serem tomadas e quais as responsabilidades das partes envolvidas.

O Código do Direito Civil esclarece de quem é a responsabilidade de reparar o dano. Conforme o advogado Marco Donato, especialista em Direito Previdenciário, se o imóvel desabou ou sofreu danos por um evento imprevisível, caracteriza um caso fortuito, ou seja, a responsabilidade não recai sobre ninguém. "Se for um fenômeno da natureza e não houve omissão ou negligência, o acidente é encarado como uma fatalidade, algo que apenas aconteceu", disse.

No entanto, a responsabilidade do Poder Público pode ser atribuída quando há uma ação ou uma omissão que contribua para o dano. Para demonstrar, ele cita os pontos de alagamento que são recorrentes na capital paraibana, em todo período chuvoso. "O município tem a obrigação de fazer a manutenção das galerias pluviais, para prevenir novas inundações. A mesma lógica é aplicada à manutenção das árvores. Se a sua raiz estiver apodrecida e ela vier a cair, esse é um problema que poderia ter sido evitado. Portanto, o órgão gestor tem responsabilidade", explicou. Se a árvore estiver na residência de alguém, entretanto, a responsabilidade de reparar o dano é do morador.

O problema é quando o Poder Público ocasiona um problema que antes não existia, conforme explica Marco Donato. "Se o município autorizar a construção de um condomínio em um lugar aterrado, por onde passava um rio, e essa região, que antes não alagava, passar a sofrer com inundações, a responsabilidade é do município", disse. Existem ainda os casos em que o Pode Público é negligente. "Se o Estado puder evitar algum evento danoso e, mesmo assim, permanecer inerte, haverá omissão e, portanto, é dele o dever de indenizar os danos causados por essa negligência", arremata.

O que o especialista quer dizer é que o período de chuva e a cheia dos rios são eventos naturais do clima que não podem ser impedidos, mas podem ser previstos. Dessa forma, cabe ao Estado analisar e identificar os possíveis danos que serão causados, bem como tomar as medidas necessárias para evitar que ocorram.

Foto: Carlos Rodrigo

Foto: Roberto Guedes

Chuva e a cheia de rios são eventos naturais que podem ser previstos. Cabe ao Estado identificar os possíveis danos que serão causados e tomar as medidas necessárias para evitá-los

Omissão

Caso o cidadão se enquadre em uma ação de omissão do Poder Público, é possível recorrer à Justiça para ter os seus direitos garantidos, ciente de que esse é um processo demorado. Segundo Marco Donato, apenas a concessionária de energia repara o dano ocasionado ao cidadão de forma administrativa, já que, no contrato de concessão, a empresa se responsabiliza por danos ocasionados por eventos da natureza. "A queima de um eletrodoméstico por causa de uma queda de energia ocasionada por um raio, por exemplo", disse.

Quando se trata de um dano estrutural ocasionado pelo Poder Público (municipal, estadual ou federal), o prejuízo só é solucionado por ação judicial. "Uma demanda muito comum no meu escritório é a dos acidentes causados por buracos em rodovias federais, cobertos devido ao acúmulo de água ou por falta de drenagem na pista, levando o condutor a perder o controle do carro. Ou seja, como o Estado não realizou as medidas preventivas, terá de reparar os danos causados àquela pessoa", explicou.

Antes de entrar com uma ação judicial, no entanto, o advogado enfatiza a importância de o indivíduo ponderar o que realmente é responsabilidade do Estado ou de terceiros, para evitar desgastes desnecessários. "Se eu estacionei o meu carro em um local e a chuva o levou, é diferente de uma atitude imprudente da minha parte, de tentar passar por uma rua alagada. Nesse segundo caso, eu também assumi a responsabilidade. Portanto, é preciso ter bom senso e provas consistentes", salientou.

A solicitação de reparação de danos pode ser feita por meio da Defensoria Pública ou por um advogado particular.

Eventos climáticos extremos ficam mais frequentes a cada ano

Anderson Lima
Especial para A União

Os alagamentos registrados em João Pessoa e Região Metropolitana reacendem o debate sobre a ocupação urbana desordenada e os impactos das mudanças climáticas. Diversos bairros da capital ficaram alagados, devido ao grande volume de chuva, enquanto os municípios de Mataraca, Baía da Traição e Rio Tinto foram tomados pelas enchentes — especificamente, as áreas que ficam próximas a rios.

Na capital, entre os dias 3 e 4 deste mês, choveu mais do que o esperado para todo o mês de fevereiro. Em 48 horas, foram 111,2 mm de precipitação, superando a média histórica de 106,2 mm para o mês, segundo dados da Defesa Civil Municipal. Os bairros que mais acumularam chuvas foram o Grotão, com 191,4 mm; o Centro, com 152 mm; e Manaíra, que registrou 126 mm de precipitação.

Em relação às outras três cidades, de acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Mataraca foi o município mais afetado, registrando 210 mm de chuva. Em Baía da Traição, o acumulado chegou a 177,7 mm, enquanto Rio Tinto variou de 60 mm a 100 mm por dia. "Nessas localidades, quando um volume considerável de precipitação ocorre em poucas horas, há a cheia dos rios, fazendo com que a água ocupe áreas que não deveriam ter sido urbanizadas", explica o geógrafo Saulo Vital, professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Para Saulo, esses eventos já eram tragédias anunciadas. "É importante ter um planejamento urbano, que diminua os danos causados pelas chuvas", atesta. Antes da criação ou da expansão de qualquer cidade, segundo ele, é preciso fazer o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que determina os melhores usos do solo. Assim, ao ocupar áreas de risco sem um estudo prévio, as consequências acabam sendo inevitáveis. "O ZEE é um instrumento essencial para definir que locais são apropriados para moradias, para comércio, para indústria e para preservação, evitando construções em terrenos de risco", aponta.

Calamidades

O Brasil acompanhou, no ano passado, a tragédia que assolou o Rio Grande do Sul. Ao todo, foram registradas 183 mortes no estado, representando cerca de 70% dos óbitos causados pelas chuvas no país. O segundo na lista foi o Rio de Janeiro, com 23 casos, seguido pelo Espírito Santo, com 21. "Estamos passando por um processo de mudança climática marcado pelo aumento da frequência de eventos extremos", observa o geógrafo.

No entanto, ele não aponta apenas as mudanças climáticas como responsáveis pelas catástrofes ambientais que temos acompanhado no país, ano a ano. "O problema central continua sendo a falta de planejamento urbano. Esse fator influencia diretamente na ocorrência dessas tragédias, uma vez que áreas potencialmente frágeis e suscetíveis a eventos dessa natureza são ocupadas sem qualquer fiscalização", analisa.

Para evitar novos desastres, Saulo destaca a necessidade de ações coordenadas entre o Poder Público e as instituições acadêmicas. Ele sugere que a Defesa Civil estadual e a municipal estabeleçam parcerias com universidades para mapear as áreas de risco e realocar famílias que vivem em pontos vulneráveis. "Além disso, é fundamental ampliar investimentos em programas sociais para reduzir a vulnerabilidade das famílias que moram nessas áreas", sugere.

Outra solução seria reduzir o desmatamento e repensar a política de uso do solo urbano, adotando estratégias como a quadra ecológica multifuncional, que consiste em loteamentos com maior percentual de cobertura vegetal, e preparando a cidade para o enfrentamento das mudanças climáticas. "Frente ao atual quadro de emergência climática, cidades com índices reduzidos de cobertura vegetal vão passar por sérios problemas, nas próximas décadas", diz.

Também há estratégias que utilizam os ecossistemas para enfrentar desafios ambientais, como a preservação de manguezais (que protegem de ressacas do mar e alagamentos, além de absorverem gás carbônico); a manutenção de matas ciliares (que ajudam a absorver água, evitam erosão e protegem os rios); e as cidades esponjas (conceito que visa integrar a natureza na cidade, com o objetivo de absorver água da chuva e evitar enchentes).

O que está sendo feito

O Jornal **A União** questionou as prefeituras das cidades que foram citadas sobre as medidas de prevenção. A Prefeitura de Rio Tinto respondeu que tem dialogado com o Governo do Estado para viabilizar a dragagem (remoção de materiais) do rio. Em relação à população afetada, o município está oferecendo abrigo, transporte, alimentação e produtos de higiene.

A Defesa Civil de Baía da Traição, por sua vez, contou que vai se reunir com engenheiros da região e discutir a situação do município, a fim de realizar estudos que definam uma solução para as áreas afetadas.

Já a Prefeitura de João Pessoa disse que mantém, desde 2018, o programa conhecido como João Pessoa Sustentável, que visa diminuir a desigualdade e auxiliar o planejamento urbano. As áreas de atuação do projeto focam no Complexo Beira Rio, formado pelas comunidades São Rafael, Santa Clara, Tito Silva, Miramar, Vila Tambauzinho, Brasília, de Palha, Cafofo Liberdade e Padre Hildon Bandeira.

Foto: Roberto Guedes

Geógrafo diz que falta de planejamento é principal causa de tragédias ambientais urbanas

Saída

Uma solução seria reduzir o desmatamento e repensar a política de uso do solo, adotando estratégias como a quadra ecológica multifuncional

CRIMES CIBERNÉTICOS

Fraudes e golpes estão a um clique

Delegacia especializada registra de 100 a 150 casos por mês; usuários de internet devem redobrar cuidados

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Ilustração: Bruno Chiossi

Criminosos aproveitam-se da condição de anonimato on-line, da vulnerabilidade de alvos incautos e de programas ilícitos

A Paraíba está cada vez mais conectada à internet. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 90% da população paraibana já tem acesso à rede mundial de computadores em suas casas. Mas é preciso estar atento, porque, proporcionalmente ao número de usuários conectados, aumentam, também, as ocorrências dos chamados crimes cibernéticos (ou crimes digitais). Conforme aponta uma pesquisa realizada pelo DataSenado, instituto vinculado ao Senado Federal, 24% dos brasileiros com mais de 16 anos foram vítimas de algum crime desse tipo entre junho de 2023 e o mesmo mês de 2024.

"Hoje em dia, comete-se mais crime pela internet do que no mundo físico", destaca o delegado João Ricardo Júnior, da Delegacia Especializada em Crimes Cibernéticos (Decc) da Paraíba, vinculada à Polícia Civil do estado (PCPB). De acordo com João Ricardo, a unidade registra entre 100 e 150 casos desse tipo por mês, em todo o território paraibano, sendo que o total de vítimas pode ser bem maior, já que cada ocorrência pode afetar mais de uma pessoa.

O delegado explica que ainda não há um consenso, entre autoridades e especialistas do Direito, sobre o que exatamente define e distingue os crimes cibernéticos; mas, de maneira geral, considera-se aqueles que tratam de delitos on-line. Além de se valer de fatores como a vulnerabilidade de usuários incautos e do acesso a programas ilícitos para burlar medidas de segurança, essas práticas disseminam-se por meio da condição de anonimato facilitada pelas formas de interação nos ambientes digitais.

Estelionato e extorsão são práticas comuns

Conforme o representante da Delegacia de Crimes Cibernéticos da Paraíba, as ocorrências mais comuns da modalidade incluem extorsão, crimes contra a honra e crimes sexuais — principalmente, os relacionados à pedofilia. Outra ocorrência frequente é o estelionato, quando os criminosos utilizam-se, segundo o delegado João Ricardo, de artifícios para enganar a vítima e obter dela alguma vantagem — fingindo, por exemplo, ser um parente ou amigo que necessita de dinheiro, ou, ainda, o atendente de uma instituição financeira que precisa confirmar dados pessoais e bancários.

Júlia (nome fictício) foi o alvo indireto de um caso desse tipo. Ela conta que, na ocasião, recebeu uma mensagem de alerta, informando que alguém tentava acessar um e-mail secundário, vinculado às suas redes sociais. Sem dar tanta importância à notificação, Júlia acabou sendo surpreendida: "Depois, um amigo me avisou que tinham acessado meu Instagram".

Outras contas pessoais dela, no Facebook, no LinkedIn e na Amazon, também foram invadidas pelos criminosos, que passaram a explorar esses espaços para anunciar a venda de móveis e eletrodomésticos, entre outros itens. Provavelmente, quem fechasse alguma negociação e efetuasse o pagamento não receberia nada; mas, felizmente, como relata Júlia, ninguém caiu no golpe, embora algumas pessoas tenham sido atraídas pelas ofertas. "Quando recuperei o acesso, algumas pessoas mandaram mensagens, dizendo que tinham interesse em comprar", lembra.

Para retomar o domínio sobre seu perfil no Instagram, contudo, Júlia demorou cerca de dois meses. "Eu registrei um Boletim de Ocorrência e fui encaminhada para a Delegacia de Crimes Cibernéticos, mas acabei não conseguindo falar com o delegado, porque ele estava em uma missão externa. Também dei queixa no Procon, mas não adianta muita coisa, porque, para recuperar, tem que ser com a Meta mesmo", observa ela, referindo-se à empresa responsável pelo Instagram. Por outro lado, o incidente a fez desistir de voltar ao Facebook e ao LinkedIn, já que suas contas haviam sido deletadas.

Ficou o aprendizado: hoje, Júlia revela adotar cuidados redobrados, como métodos avançados de proteção de perfis na internet, para não passar por situações como essa. "Eu já usava a autenticação de dois fatores e achava que estava segura, mas baixei um aplicativo autenticador", afirma, referindo-se a um tipo de ferramenta que gera códigos para atestar a identidade do usuário.

Alerta estende-se a promoções exageradas

João Ricardo diz ser possível identificar os golpistas em episódios como o de Júlia, mas, caso alguma transferência de dinheiro tenha sido feita para eles, é muito difícil reaver a quantia. "Geralmente, eles criam contas falsas e transferem rapidamente o dinheiro, de uma instituição para outra. Em questão de minutos, esse dinheiro não está mais no sistema", alerta.

Por isso, o delegado destaca a importância de os usuários não confiarem em e-mails ou mensagens que peçam informações, em nome de bancos ou outras instituições: "Se for o caso, entre em contato pelo canal oficial [da entidade], não simplesmente responda pelo mesmo e-mail; telefone, fale com o seu gerente". Já para os pedidos de ajuda financeira, supostamente enviados por um amigo ou familiar, a dica é ligar diretamente para a pessoa em questão, até mesmo por chamada de vídeo, a fim de confirmar a veracidade da mensagem. "Também não acredite em nenhum tipo de vantagem na internet, como promoções com preços muito abaixo do mercado, porque tem criminosos que criam *sites* falsos para isso", complementa João Ricardo.

Outro cuidado diz respeito aos *sites* e aplicativos de relacionamento. O delegado recorda o caso de um homem que criou um perfil falso em um desses espaços e, depois de conquistar a confiança de várias mulheres, pediu-lhes fotos íntimas, passando a usar as imagens obtidas para chantageá-las. "Ele mostrava que sabia onde elas trabalhavam, que tinha contatos das pessoas do círculo social delas e que iria compartilhar as fotos se elas não fizessem o que ele queria", comenta João Ricardo, acrescentando que o criminoso foi identificado e preso.

Legislação

De acordo com o advogado Wendley Steffan, não existe uma lei específica para lidar com os delitos informáticos, como ele prefere chamar os crimes cibernéticos, mas vêm sendo feitas alterações na legislação brasileira para abranger "novas condutas, que são praticadas no ambiente virtual e com o auxílio dos dispositivos informáticos".

Algumas dessas práticas podem, inclusive, ser associadas a descrições já existentes no Código Penal. "Nós temos um artigo que aponta [o crime de] invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações, sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo, ou instalar vulnerabilidade para obter vantagem ilícita. Então, nós temos, aqui, a melhoria ou uma nova figura para aquele tipo penal pré-existente", aponta.

O especialista revela que advogados como ele são procurados, diariamente, para resolver problemas relacionados a ações criminosas cometidas na internet — desde os golpes mais simples aos mais elaborados, com o uso de engenharia social. Por isso, Wendley acredita que um combate mais eficiente a essas práticas necessitará não só de tipificações penais específicas, mas também de uma estrutura diversificada de resposta à sociedade. "Eu acho que esse é o principal gargalo do ramo do Direito Penal, hoje", comentou.

FRANCO LEILÕES
LEILÃO DE IMÓVEL
Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
ONLINE
inter
1º LEILÃO: 13/03/2025 - 10:50h - 2º LEILÃO: 14/03/2025 - 10:50h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Apartamento sob nº 1102, do Condomínio Residencial Portinari, situado a Rua Doutor Candido da Nobrega Ferreira, sob nº 85, no bairro do Aeroclube, João Pessoa/PB, com duas vagas de garagens privativas no pavimento térreo/pilotis, com uma área real de uso privativo de 256,26m² área real de uso comum de 41,60m², perfazendo uma área real total de 297,86m², área equivalente de construção de 282,26m², área real privativa descoberta de 31,68m² (área acessória), área real descoberta de uso comum de 53,95m² (área de terreno de uso comum) coeficiente de proporcionalidade de 0,0580, fração ideal do terreno de 4,993%, cota ideal do terreno de 87,18m². Imóvel objeto da Matrícula nº 121.828 do 6º Serviço Notarial e 2º Registral de João Pessoa/PB. **Em razão das indisponibilidades determinadas nos autos n. 0808837-04.2022.4.05.8200, 0000406-23.2021.5.13.0026 e 0000423-93.2020.5.13.0026, eventual arrematação fica impedida de registro na matrícula até revogação/retificação expressa da decisão judicial.** Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: dia 13/03/2025, às 10:50 horas, e 2º Leilão dia 14/03/2025, às 10:50 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: JULIO CESAR COSTA SANTOS, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, nascido em 22/04/1979, RG: 2102164 SSP/PB, CPF: 021.805.944-29, residente e domiciliado na Rua Bancário Manoel Geraldo Silva, 30, apto 201, bairro Bancários, João Pessoa/PB, CEP: 58051-300. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01.* **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES**:**1º Leilão: R$ 2.346.492,38 (dois milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos) 2º leilão: R$ 1.299.725,99 (um milhão, duzentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e noventa e nove centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela nº 14.711/2023. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O(s) interessado(s) deverá(ão), sob pena de desfazimento do negócio: (i) estar com seu CPF /CNPJ em situação regular junto à Receita Federal do Brasil; (ii) não possuir restrições de crédito; (iii) ter conhecimento e observar os ditames da Lei nº 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como dos normativos do Banco Central do Brasil que tratam do assunto, inexistindo em seu nome qualquer restrição relativa à matéria. O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. O(s) imóvel(is) será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)33604030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **19/02/2025.**

www.francoleiloes.com.br Ligue para: **(31) 3360-4030**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA

COMUNICADO DE FALECIMENTO DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA

O Instituto de Polícia Científica do estado da Paraíba comunica que se encontra nas dependências do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal, NUMOL, da cidade de João Pessoa PB, um corpo não reclamado que em vida pertencera ao nacional, Daniel Inácio de Carvalho, registrado sob o número: 030101082024.030411; NIC 2024-4830, sexo masculino, com idade aproximada de 60 anos, cor parda, cabelos crespos e grisalhos, barba rala e grisalha, estatura 165cm, constituição física boa, sem sinais particulares. Falecido em 28/08/2024 no Hospital Clementino Fraga na cidade de João Pessoa - PB. Informações adicionais estão disponíveis no NUMOL, sito à Rua Antônio Teotônio S/N. Bairro do Cristo Redentor da cidade de João Pessoa PB.

Profª Drª Amira Rose C. Medeiros
Professora de Anatomia Humana da UFPB
Presidente da Comissão de Captação de Corpos da UFPB
MATRICULA SIAPE 2115515

OBESIDADE

Diagnóstico ganha novos critérios

Além do Índice de Massa Corporal (IMC), especialistas passam a considerar 18 sinais para reconhecer doença

Anderson Lima
Especial para A União

O Índice de Massa Corporal (IMC) deixou de ser considerado o único critério para diagnosticar a obesidade. Conforme anunciou a Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), foram estabelecidos 18 sinais para o reconhecimento dos casos desse problema. A nova abordagem, segundo a entidade, distingue a obesidade clínica da pré-clínica, reconhecendo-a como uma doença crônica e sistêmica.

Entre os sinais mais comuns, estão dores de cabeça recorrentes e perda de visão, associadas à pressão intracraniana, além de dificuldades respiratórias, como apneia do sono e falta de ar. O coração pode ser impactado, com palpitações, arritmias e risco de insuficiência cardíaca. Problemas circulatórios, como trombose venosa e hipertensão arterial, também são frequentes em pessoas com obesidade. A SBCBM informa que o paciente ainda pode sofrer alterações metabólicas, refletidas no aumento do colesterol, dos triglicérides ou dos níveis de glicose, além do acúmulo de gordura no fígado — o que pode evoluir para uma doença hepática gordurosa. O excesso de albumina na urina aponta um possível impacto nos rins, enquanto o sistema urinário pode apresentar episódios frequentes de incontinência. Já a sobrecarga nas articulações pode se refletir em dores nos joelhos e na bacia, limitando a mobilidade.

A nutricionista Flávia Nunes Barroso observa que o IMC não oferece, de fato, uma abordagem precisa para o diagnóstico da obesidade. Para ela, a redefinição anunciada pela SBCBM reconhece a complexidade da doença, acrescentando critérios que permitem uma avaliação detalhada do impacto do excesso de gordura na saúde. Ela explica que o IMC mede apenas a relação entre o peso e a altura do paciente, não sendo um método capaz de identificar a distribuição de gordura na composição corporal — considerada um fator relevante, quando se trata de obesidade. "O IMC não é sensível ao impacto funcional e metabólico [da gordura] no organismo humano", destaca.

Segundo a SBCBM, a obesidade pré-clínica caracteriza-se pelo excesso de gordura corporal, com alto risco de progressão para doenças crônicas; já a obesidade clínica é uma doença sistêmica e crônica, com disfunções em órgãos e tecidos, incluindo alterações metabólicas e cardiovasculares. Considerando essas diferenças, para Flávia, a nova classificação trará melhorias na forma como o problema é tratado. "Será possível identificar indivíduos com excesso de peso, mas sem complicações evidentes", pontua ela, salientando que as orientações médicas poderão ser mais eficazes para prevenir a progressão da obesidade, na fase pré-clínica, e para evitar ou controlar problemas associados na fase clínica, "permitindo uma melhor gestão da doença". Ainda conforme a especialista, as mudanças contribuirão para reduzir estigmas sociais em torno da obesidade, já que muitas pessoas saudáveis costumam ser rotuladas como obesas, apenas por terem um alto IMC.

Ilustração: Bruno Chiossi

Dores de cabeça recorrentes, além de palpitações e arritmia cardíaca, estão entre os possíveis indicativos do problema

Concentração de gordura também impacta a saúde mental

De acordo com a nutricionista Paula Bacalhau, o principal fator de risco para o sobrepeso é a alimentação inadequada, com o consumo excessivo de produtos ricos em carboidratos e gorduras saturadas e trans, além de alto teor de colesterol. Itens ultraprocessados — com grande quantidade de aditivos químicos, utilizados para dar mais cor e sabor à comida — também são muito nocivos, já que aumentam processos inflamatórios no organismo, ampliando a permeabilidade intestinal e reduzindo a imunidade. Tudo isso, aliado ao sedentarismo, contribui para o excesso de peso e de gordura corporal, que, segundo ela, pode ocasionar problemas cardiovasculares e favorecer o desenvolvimento de diabetes e câncer.

O quadro impacta, ainda, a saúde mental, pois, como explica a especialista, as inflamações provocadas pela concentração de gordura prejudicam a produção dos neurotransmissores responsáveis pela sensação de bem-estar. "Isso afeta a questão da autoestima. Pessoas acima do peso tendem a evitar socializar porque não se sentem bem com o seu visual, trazendo uma relação negativa com o seu lado emocional", aponta.

Para prevenir todos esses problemas, Flávia reforça a necessidade de se adotar uma dieta de alimentos mais naturais e saudáveis — que priorize refeições bem-preparadas, "fugindo das tentações que encontramos na rua" —, associada à prática de exercícios físicos.

Alimentação inadequada e sedentarismo são os principais fatores de risco

Bariátrica é aliada, mas exige cuidados e comprometimento

Desde os 15 anos de Mikaely Batista, a batalha contra a obesidade foi uma constante em sua vida. "Sempre lutei contra o sobrepeso. Eu perdia peso, mas depois ganhava tudo de novo; era frustrante", relata a paraibana de 32 anos, lembrando que, apesar de ter tentado várias estratégias para mudar sua realidade, incluindo dietas e atividades físicas, os resultados eram sempre temporários. Durante a pandemia da Covid-19, a luta foi agravada. "Minha ansiedade aumentou, então voltei a engordar, passei a ficar mais nervosa", conta Mikaely, que decidiu optar por uma cirurgia bariátrica para solucionar o problema. "Tive que passar por especialistas e fazer exames médicos para garantir que eu estava preparada. Foi um processo longo, mas necessário", revela. Realizada há um ano e quatro meses, a operação marcou um ponto de virada em sua trajetória — especialmente, no que diz respeito à alimentação. "Tive que reaprender a comer. No começo, era tudo muito restrito, mas, com o tempo, fui me acostumando", afirma. Apesar dos desafios iniciais, Mikaely reconhece que a nova rotina trouxe mudanças profundas em sua saúde e seu bem-estar: "Meu sono melhorou, minhas dores no joelho sumiram e minha disposição aumentou muito. Sinto que ganhei uma nova vida".

Adepta de sessões de musculação, corrida e Muay Thai, ela observa que, diferentemente de antes, encontrou o foco e a força de vontade necessários para manter o cotidiano saudável. "Eu treino muito, como bem e não consumo açúcar, produtos com lactose, nem bebidas alcoólicas ou refrigerantes", diz a jovem, destacando que, hoje em dia, não sustenta a dieta "por obrigação", como já tentou no passado, mas sim por prazer.

Aliando o procedimento cirúrgico a uma boa alimentação e exercícios físicos, Mikaely já perdeu 38 kg e pesa, atualmente, 67 kg. O impacto emocional desse processo também foi transformador. "Hoje, sinto-me mais confiante e feliz. Ainda estou em um processo de aceitação do meu novo corpo, mas sei que fiz a melhor escolha para mim", pontua ela, que passou a compartilhar detalhes do seu dia a dia nas redes sociais. "Posto fotos das minhas refeições, treinando, e meus seguidores interagem e comentam".

Apesar do salto positivo em sua qualidade de vida, contudo, Mikaely reforça que a cirurgia bariátrica não deve ser vista como uma espécie de atalho, mas sim uma aliada na batalha contra a obesidade, que exige, por parte do paciente, comprometimento e mudanças permanentes de hábitos.

Foto: Carlos Rodrigo

Cirurgia marcou um ponto de virada na vida de Mikaely, que aderiu a uma rotina de exercícios físicos e dieta mais saudável

Condições

Operação auxilia na perda de peso, mas requer uma série de exames prévios, além de mudanças permanentes de hábitos, para garantir os resultados esperados

LITERATURA

Observações de um jornalista

Foto: Arquivo A União

Agnaldo Almeida discutia os fatos do cotidiano e o próprio jornalismo em sua coluna

Textos de Agnaldo Almeida, publicados em A União, são reunidos na compilação "Deu no Jornal", que será lançada amanhã

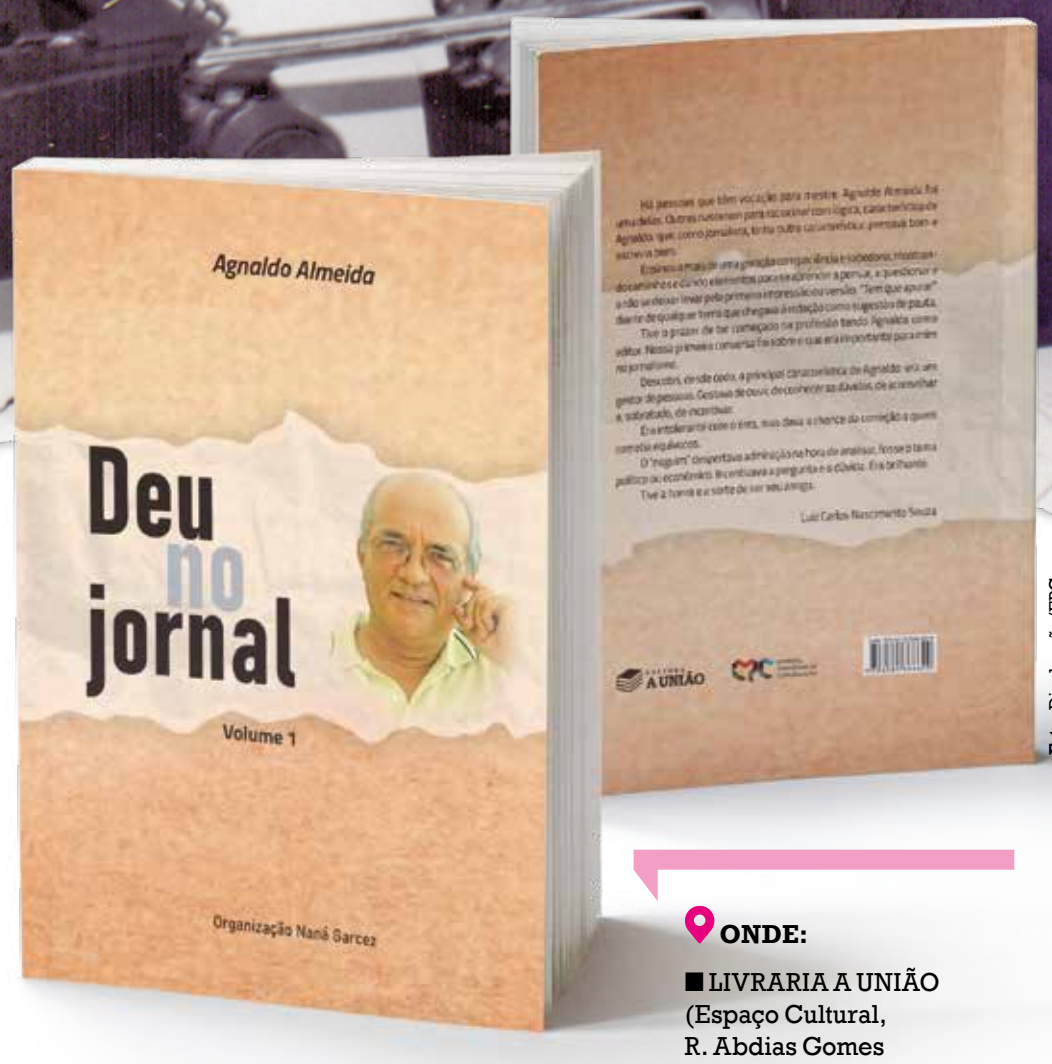


Foto: Divulgação/EPC

Primeiro volume reúne colunas publicadas entre 2012 e 2013

ONDE:

■ LIVRARIA A UNIÃO (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, nº 800, Tambauzinho, João Pessoa).

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

O jornalismo estreitou os laços entre Naná Garcez, diretora-presidente da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), e Agnaldo Almeida, outrora editor de **A União**. Primeiro profissionalmente e, depois, casados por 41 anos até o falecimento do chamado "*ombudsman* da imprensa" paraibana, em 2024. Um ano depois da partida do companheiro, com quem dividiu a paixão pelo trabalho, Naná traz a público a coletânea *Deu no Jornal*, que em seu primeiro volume reúne textos publicados na coluna de mesmo nome em **A União**, entre 2012 e 2013. O evento de lançamento da obra será amanhã, a partir das 19h, na Livraria A União (Espaço Cultural, João Pessoa). A entrada é franca.

Os textos organizados por Naná Garcez são uma seleção dos dois primeiros anos da coluna, que foi publicada semanalmente até 2018. Diferentemente do que acontece com outros colaboradores em espaços similares, Agnaldo não se detinha a uma temática ou a um estilo uníssono. Em seu espaço, ele explorava, por meio de diversos segmentos, assuntos em voga ou que eventualmente chamavam sua atenção.

A "Deu no Jornal" iniciava, no cabeçalho, com o Top of Mind, espécie de aforismo escrito pelo jornalista, seguido do Entre Aspas, com citação ou frase de algum indivíduo célebre. Dentre os espaços corriqueiros estavam o Como Vai o Português, em que havia o debate sobre o uso de determinadas palavras em veículos de imprensa.

Em 8 de maio de 2012, por exemplo, o Olá, Leitor!, outro dos espaços clássicos de Agnaldo em sua página, defendia que o fazer jornalístico era um misto de esforço e inspiração. Nesse texto, o jornalista disse ter recorrido a uma entrevista com o colega Zuenir Ventura, arquivada em seu alfarrábio pessoal, para resgatar características fundamentais do profissional da imprensa, como a humildade e a técnica.

Linhas depois, no segmento Memórias Impressas, Agnaldo recorda uma viagem que fez, em 1975, para acompanhar as obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na divisa entre o Brasil e o Paraguai, em companhia de outros colegas. Foi a partir dessa viagem que o jornalista assumiu o cargo de diretor geral de **A União**.

A também jornalista Beth Torres foi convocada para escrever o perfil de Agnaldo, remontando a sua atuação junto a instituições como Secretaria de Estado da Comunicação (Secom), do qual foi titular, além da Associação Paraibana de Imprensa (API) e do Sindicato dos Jornalistas. Beth dividiu pautas com o mestre em **A União,** durante o período em que foi repórter do veículo.

"Ele era inquieto. Sempre estava em busca da informação, do melhor jeito de aprofundar a notícia, trazendo esse retorno para a sociedade. Ele considerava que essa era a principal função do jornalismo e eu, particularmente, acho que a inquietude é uma característica fundamental que o jovem repórter deve ter", ela defende.

O editor de caderno *Políticas*, Luiz Carlos Sousa, responsável pelo texto da contracapa, destaca parte da convivência com o amigo, que também foi colega de trabalho em veículos como a TV Cabo Branco, além de **A União**. A convivência com diversas gerações permitiu-lhe ser professor de muitos repórteres em formação.

"Ele era capaz de pegar um problema num posto de saúde, que não tinha médico para atender com regularidade a população, e transformava isso numa análise administrativa e política. Apesar de ser um assunto corriqueiro do cotidiano, ele unia os elementos de sempre para dar grandeza e profundidade. Não era todo mundo que tinha essa capacidade", ele aponta.

"Não mexa nas minhas coisas"

Naná afirma que os primeiros anos de convivência com Agnaldo foram de muito aprendizado e que a fonte não secou nas décadas seguintes. Em seu começo na redação de **A União**, ela recebia muitos comentários e correções nos textos que escrevia: a companheira ressalta que ele não abria mão do rigor nos apontamentos.

"A redação, naquela época, era muito viva. Tínhamos Carlos Aranha, Sílvio Osias e Walter Galvão, três pessoas que já eram bem experientes. Iniciamos um relacionamento, mas quando me formei, fui morar em Brasília, mandando matérias de lá. Ele ficou. Tempos depois, com a criação da Secom, ele me convenceu a voltar a morar em João Pessoa. Isso resultou num casamento que durou 41 anos", rememora.

Quando questionada sobre qual a característica principal do esposo como profissional da imprensa, ela não titubeia ao destacar o arcabouço cultural de Agnaldo, alimentado por leituras constantes e pela pesquisa em seu acervo pessoal: "Não mexa nas minhas coisas", advertia o titular da coluna "Deu no Jornal" a quem ousava se aproximar do material que guardava, com todo o cuidado, em sua residência.

"Ele tinha uma perspicácia muito grande. Agnaldo montou toda a equipe de reportagem iniciante da TV Cabo Branco, na segunda metade dos anos 1980. Quando a emissora estava prestes a entrar no ar, ele optou por não ficar no projeto. Todavia, tinha essa característica fundamental, a de saber formar pessoas", assinala.

Responsável pela seleção do material, Naná Garcez defende que Agnaldo utilizou o espaço na "Deu no Jornal" para encampar discussões pioneiras sobre assuntos que, mais de uma década depois, permanecem na pauta, como a regulação das redes sociais e a ética do jornalismo, debatida no caso do obituário precipitado de Júlio Rafael, então superintendente do Sebrae na Paraíba, declarado morto por certos veículos antes da consumação do fato.

"Em relação aos personagens políticos que ele comentava na época, você percebe que essa cena pouco evoluiu e que até retrocedeu, de certa forma. Todos os que trabalham com jornalismo, ao se deparar com esse livro, não vão parar de ler, tenho certeza", antecipa.

A diretora-presidente da EPC constatou um fato curioso quando recorreu a parte de suas memórias, com o intuito de desenvolver o texto de apresentação do livro que lança amanhã: após a experiência em **A União**, eles nunca mais conviveram profissionalmente. A partilha pessoal, todavia, rendeu muitos frutos: dois filhos e o casamento.

"Cada um de nós seguiu uma rota e às vezes nos encontrávamos nos mesmos eventos. Mas ao voltar para casa, nós continuávamos a falar de jornalismo. Ele gostava de desenhar as capas do jornal e sempre que eu fazia um, na instituição para a qual trabalhava, eu mostrava para ele. Me considero, até hoje, uma eterna aprendiz", conclui.

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | Colaborador

Righteous Brothers, Reginaldo e o brega

Reginaldo Rossi conta numa entrevista que um dos integrantes (Bill Medley) da dupla de cantores estadunidense The Righteous Brothers, que fez muito sucesso nas décadas de 1960 e 1970, recusou-se a gravar a música "Unchained melody" por achá-la "brega demais". Por isso ela teria sido gravada apenas por Bobby Hatfield, integrante da dupla. Existem versões diferentes dessa história. Uma delas diz que o produtor Phil Spector foi o responsável por convencer o próprio Bobby Hatfield a gravar, que era quem, na verdade, estava relutante.

O certo é que a música seria gravada pelos The Righteous Brothers, em 1955, como lado B do *single* "Hung on you", virando um enorme sucesso. No entanto, as rádios preferiram tocar "Unchained melody" em vez de o *single*, apostando no apelo popular da canção. Eles estavam com a razão.

"Unchained melody" se tornaria a música famosa interpretada pelos "irmãos justos" e uma das canções mais regravadas do século 20. Estima-se que existam mais de 1.500 versões criadas por aproximadamente 700 artistas. Os The Righteous Melody não foram os primeiros a gravá-la. A primeira versão é Tedd Duncan, feita para o filme *Unchained* (1955), dirigido por Hall Bartlett.

Trinta e cinco anos depois do seu lançamento a música viraria, de fato, um sucesso mundial. Em 1990, a canção tornou-se trilha sonora do filme *Ghost – Do Outro Lado da Vida*, dirigido pelo cineasta Jerry Zucker. A música embalava o romance do casal Sam Wheat (Patrick Swayze) e Molly Jensen (Demi Moore). Os "irmãos justos" fizeram uma nova versão da música para o filme. A música tocou massivamente nas rádios ao redor do mundo. No Brasil, "Unchained melody" entrou na trilha sonora da novela *Meu Bem, Meu Mal* (Cassiano Gabus Mendes, 1990), o que aumentou o sucesso.

Na visão de Reginaldo Rossi, a fortuna de músicas como "Unchained melody" tem a ver com a universalidade do tema. Ele diz, em outra entrevista, que "se você canta lambada, vai passar a moda da lambada, se você canta axé, vai passar a moda do axé, agora se você canta romance, se você canta as dores do coração... desde o começo do mundo até o mundo acabar vai ter sempre alguém chorando e sofrendo por alguém". E acrescenta: "o maior romance do mundo se chama *Romeu e Julieta*, de Shakespeare. O *Romeu e Julieta* tá passando agora em Nova Iorque, em Dubai, em Recife tem alguém lendo *Romeu e Julieta*, que é uma história de amor dramática, terrível".

Reginaldo também revelou que enfrentou resistência do seu produtor, que não queria que ele gravasse a música "Garçom", a sua canção de maior sucesso popular. O argumento era que a música seria brega demais, sem valor artístico. A música foi composta para um amigo de Reginaldo, que tinha sido traído pela esposa. Ela é baseada numa história real. Como dizia Reginaldo, uma história real, com um tema universal e uma linguagem acessível. Uma grande acerto do Rei do Brega.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
klebmaux@gmail.com | Colaborador

Consumismo e a crise moral

Foto: Reprodução

Garaudy: crítica contra a sociedade de consumo e a busca por acúmulo material

Moral e Sociedade, publicada em 1973, é uma obra de coautoria do filósofo e escritor francês Roger Garaudy (1913 - 2012), que exemplifica sua abordagem crítica e seu interesse pelas falhas das sociedades contemporâneas, especialmente em questões relacionadas à ética, à justiça e à solidariedade. O livro aborda temas centrais como a crise moral e a alienação social, a crítica ao materialismo e ao consumismo, a moral como um projeto coletivo, a solidariedade e a responsabilidade, a visão humanista e o papel do cristianismo, bem como uma reflexão crítica sobre a modernidade.

Garaudy argumenta que a crise moral e a alienação social nas sociedades modernas são resultados de uma forte influência do capitalismo desumano. Ele observa uma crescente desconexão dos indivíduos com seus próprios valores e com a coletividade, levando a uma erosão da moralidade tradicional, que antes orientava o comportamento humano dentro das comunidades. Essa moral foi substituída por uma moral utilitarista e individualista, que prioriza os interesses pessoais em detrimento do bem coletivo.

Sua crítica ao materialismo e ao consumismo volta-se contra a sociedade de consumo e a busca incessante por lucro e acúmulo material. Para Garaudy, o sistema capitalista impõe uma visão de mundo que reduz a moral a simples interesses materiais, negligenciando aspectos essenciais da vida humana, como solidariedade, justiça e liberdade. A obsessão por bens materiais distorce a moralidade, que deveria ser orientada para o bem-estar coletivo. Em vez de conceber a moral como algo exclusivamente individual, Garaudy propõe uma visão da moral como um projeto coletivo. A ética social, para ele, deve ser fundamentada em princípios que promovam a justiça social, a equidade e a dignidade humana. Na análise do autor, a moralidade não é uma construção isolada, mas uma construção social, que deve integrar o compromisso com a coletividade e os direitos humanos. Uma das teses centrais da obra é a ênfase na solidariedade e na responsabilidade. Garaudy defende que a ética não pode ser entendida sem a responsabilidade mútua entre os indivíduos. Para ele, o progresso moral de uma sociedade depende da capacidade de seus membros de se solidarizarem, compartilhando dificuldades e colaborando para a construção de um ambiente mais justo.

Inicialmente influenciado pelo marxismo, Garaudy, em *Moral e Sociedade*, adota uma perspectiva mais humanista, marcada por influências do cristianismo, especialmente no que diz respeito à dignidade da pessoa humana. O pensador vê o cristianismo não apenas como uma religião, mas como uma base moral que pode contribuir para a renovação ética das sociedades. Para ele, essa religião propõe uma convivência em que a pessoa é valorizada, não apenas como um ser individual, mas como parte de um todo, engajada com os outros na busca por uma sociedade mais justa. Garaudy também apresenta uma crítica à modernidade, particularmente no que diz respeito à ideia de progresso. Para ele, o conceito de progresso material e técnico, tão valorizado nas sociedades modernas, não resultou em avanço moral. A humanidade pode ter avançado em ciência e tecnologia, mas não houve uma evolução ética correspondente. A modernidade falhou em integrar a moralidade ao seu processo de desenvolvimento.

O impacto e a relevância de *Moral e Sociedade* incitam uma reflexão sobre como o indivíduo pode se situar eticamente em uma sociedade marcada por contradições. No período entre 1947 e 1991, marcado pela Guerra Fria e pelas tensões entre o bloco socialista e o bloco capitalista, o pensamento de Garaudy propôs uma ética universal que transcendia fronteiras ideológicas e políticas. Ele acreditava que a renovação moral era essencial para superar a fragmentação social e as desigualdades estruturais. Sua ênfase na solidariedade e na dignidade humana refletiu em diversos movimentos sociais que buscavam alternativas ao sistema econômico e político dominante. *Moral e Sociedade* representa uma análise crítica da moralidade na sociedade moderna, abordando a crise ética provocada pelo materialismo, consumismo e alienação social. Garaudy propõe uma moral fundamentada na solidariedade, na justiça social e na dignidade humana, influenciado tanto por sua experiência marxista quanto por sua visão cristã e humanista.

Sinta-se convidado à audição do 509º Domingo Sinfônico, *que ocorrerá neste dia 23, das 22h às 0h. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é na FM 105.5, ou você pode acessar (clicar em rádio ao vivo) pelo aplicativo em www.radiotabajara.pb.gov.br. Durante a transmissão, farei uma análise estética e musical de algumas peças do compositor e regente brasileiro Heitor Villa-Lobos (1887-1959).*

Kubitschek Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

Adeus, Dolores Sierra

Em condições outras, a felicidade de Hermann Hesse não seria certamente a sobrevivência que arrasta a (des)culpa, de Seu Ninguém. Ninguém é comum, talvez, uma ilusão imóvel ou uma experiência imersiva.

Face à degradante crise mundial, e não chamaria de crise outra vez, certamente humanitária, mas não existe essa possibilidade de como se fosse um romance, uma forma de expiação sem explicação para escapar e, dessa vez, esticando o olhar com pena daqueles que ficaram para trás. Não sei. Eu não sou assim.

Sábado passado, o professor Milton Marques enviou um texto dele publicado no *Ambiente de Leitura Carlos Romero*, sobre a canção "Dolores Sierra", interpretada por Wilson Batista, cuja letra nos leva para tempos remotos e que permanece na memória do homem, que é feito uma guerra e toda guerra é a mesma guerra e homem é o mesmo em qualquer lugar. Seria um inerte?

A canção fala da vida e morte de Dolores Sierra, uma mulher que vendia o corpo, aliás, o bolero "Dolores Sierra", de 1956, de autoria de Wilson Batista e Jorge de Castro. Dolores é um nome com sobrenome. Isso importa?

Andei à procura de uma definição para a natureza dessa canção, que revele e não afugente, tentando justificar a continuação desse rolo, na entrega desse ofício desmesurado, mas a vida presta. Dolores que o diga!

A Dolores da canção, uma ficção (e deve ter existido), mas Dolores é uma arma de precisão que permite ser multiplicada, mas ela não conheceu "Nega Luzia" (de Paulinho da Viola). "Era de madrugada / Todos dormiam / O silêncio foi quebrado / Por um grito de socorro / A nega recebeu um Nero / Queria botar fogo no morro".

Os homens nunca serão Exupéry, porque o tempo não suaviza as barbáries, nem nada consegue mudá-lo.

Uma pausa – Numa sociedade que não parece abalada ou que aparentemente sabe como ninguém escarafunchar e abrir feridas históricas, provocadas por ela mesma, mas quando o assunto é Dolores, eles esfolam, matam, sem noção da realidade. É isso que está aí. Tá assustado, tá? Tá assustado?

Os horrores dos dias, motociclistas assaltados, atropelados e mortos e a má fé de qualquer espera sem fim. Que desgoverno! Vivemos tempos de governos ultrapassados que são chamados em público de ladrões. Nada mudou.

O bando limita-se a construir simulacros, mas simulacros não colocam o pão na mesa e se servem de efeitos de espelhos para gerar uma sensação de hipocrisia. Necas. Não sabem da missa um trancelim.

Ali, no meio da rua um inferno inteiro movimenta-se e um pássaro enfiado numa gaiola sobrevive — e não é o pássaro de Machado de Assis, nem é o Carcará de João do Vale, que há 60 anos deu vida a voz da cantora Maria Bethânia, sequer "*una paloma triste, muy de mañana le va a cantar*" ou obrigado a cumprir um ritual de sobrevivência. Cuidado, o carcará pega, mata e come!

O Brasil realmente desceu a ladeira. E o pior é que as queixas lhe saem num trinado desagradável ao ouvido dos penicos gerais. Esquece.

Voltando a "Dolores Sierra", em condições outras, eu aposto no taco de Paulinho da Viola, na voz de Wilson Batista: "Eu sou assim, quem quiser gostar de mim, eu sou assim".

Kapetadas

1 – Se há algo que o Brasil domina com maestria é a arte do eufemismo. Cartas para o Responsório.

2 – Meditando aqui se devo aprender a meditar.

Foto: Reprodução

Wilson Batista compôs "Dolores Sierra" com Jorge de Castro

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos
Cineasta e professor da UFPB | Colaborador

Por um cinema em sua originalidade

A história tem mostrado que as novas tecnologias vieram para facilitar a vida das pessoas. Dando-lhes mais conforto na busca de prazeres, como no caso do cinema, entre as demais formas de diversão. Esse é um fato inegável. Contudo, a mesma tecnologia tem servido, de certa forma, para embargar a originalidade das nossas tradições culturais.

Referindo-me especialmente ao "cinema de rua", hoje não mais em uso — um dos bons legados para mim deixado pelo meu pai, exibidor pioneiro do cinema paraibano —, vejo que a tradição da *movie-art* foi lesada em seus reais princípios. Raros são os casos em que podemos encontrar, ainda instaladas e funcionando, as tradicionais salas de projeção fílmica de bairros. Fato esse evidenciado pela anunciada modernização do cinema em salas de shoppings.

Essa questão da tradição *versus* modernidade, lembra-me a declaração de um insigne filósofo francês, desprovida de "reverência histórica", e que fiz questão de analisar em "A Paraíba e o cinema" (Parte 8), capítulo do livro *A Revolução de 30 nos Municípios da Paraíba*, lançado recentemente pela dupla de historiadores José Octávio de Arruda Mello e Francelino Soares.

De forma intrigante, o filósofo francês Lucien Febvre afirma: "Se queres fazer história, vire resolutamente as costas ao passado e viva a vida. Viva-a plenamente". Indagaria, então, ao sábio filósofo: Como fazer história negando o passado? Seria mesmo possível mensurar o

Foto: Arquivo pessoal

Fachada do Cine Teatro Excelsior, em Bananeiras: petição quer restauração e reabertura

presente sem um referencial comparativo a esse mesmo presente? De que forma indicar a esse presente um grau de importância no contexto histórico? Porquanto, entender-se o fato acontecido, unicamente, como "algo do passado", mas e o valor histórico?

Daí o nosso interesse em analisar e discutir algumas questões que não são necessariamente historiográficas, mas do cinema e seu próprio cotidiano, que implicariam também numa passagem pelos meandros/fatos/conquistas, que tem marcado a nossa história. Tendo no homem e no artista, no cinema e na televisão — e nos demais segmentos culturais correlatos — aquela base de sustentação reflexiva e de argumentação.

Fato semelhante de valorização histórica vem acontecendo em razão do manifesto junto à sociedade para que o Cine Teatro Excelsior seja restaurado e reaberto na cidade de Bananeiras. Inaugurado em 1949, fechou suas portas em 1986. Período em que assisti de perto o fechamento de duas salas de cinema de meu pai, "seu" Alexandre, na cidade de Santa Rita. Que o manifesto de Bananeiras tenha sucesso, para que o "cinema de rua" possa resistir em razão do seu passado. – *Para mais "Coisas de Cinema", acesse: www.alexsantos.com.br*

APC — Inscrição termina no fim do mês

A Academia Paraibana de Cinema (APC) continua recebendo inscrições para preenchimento das cadeiras vagas deixadas pelos cineastas paraibanos Vladimir Carvalho e Carlos Aranha. As inscrições devem ser feitas (somente) no seguinte endereço: Academia Paraibana de Cinema, Avenida N. Senhora dos Navegantes, em Tambaú, próximo à Esquina 200.

Documentação a ser apresentada no ato da inscrição: comprovante de que é paraibano nato, ou que mora na Paraíba há mais de cinco anos. Também, currículo apresentando participação em atividades audiovisuais e no cinema, tudo em envelope lacrado. As inscrições não serão prorrogadas.

NA UFPB

Seminário sobre política e arte começa amanhã

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) promove a partir de amanhã, em João Pessoa, o primeiro seminário internacional Organização, Política e Arte, que pretende pôr em discussão os três temas descritos no título do evento, com base em pesquisa desenvolvida pelo professor Rodrigo Nunes, vinculado à Universidade de Essex, na Inglaterra.

Serão realizadas mesas e palestras com docentes da UFPB e de outras faculdades, além do lançamento do livro *Nem Vertical, Nem Horizontal – Uma Teoria da Organização Política*, escrito por Nunes. A iniciativa, gratuita, tem como palco o Cine Aruanda, no Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), Campus 1 da instituição.

Amanhã, a programação abre às 15h com a mesa "Política da arte e organização no Brasil (1950 a 1970)", com a participação dos professores Aécio Amaral, coordenador do evento na UFPB, e Paulo Marcondes Ferreira Soares, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em seguida, haverá a projeção de dois curtas-metragens do diretor Jomard Muniz de Brito.

"Ele foi uma das figuras mais importantes do eixo Recife-João Pessoa, na época da Tropicália e do Cinema Novo. Os dois filmes são de sua safra paraibana e adiantam pautas e estéticas que hoje estão na ordem do dia", declara Aécio.

A grade do primeiro dia encerra com uma palestra de Moacir dos Anjos, coordenador-geral do Museu do Homem do Nordeste, na Fundação Joaquim Nabuco, situada na capital pernambucana: o pesquisador abordará as imbricações entre o subdesenvolvimento e a arte no Brasil.

O evento retomará na terça-feira (26), também às 15h, com uma nova mesa: "Cinema Novo e política da arte", liderada por Ivana Bentes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Carlos Dowling, da UFPB. Logo depois, mais uma sessão dupla com curtas-metragens paraibanos: *Aruanda*, obra seminal de Linduarte Noronha; e *Gadanho*, dirigido por João de Lima e Pedro Nunes.

O segundo dia do evento será concluído com uma palestra de Rodrigo Nunes e o lançamento de seu livro, editado pela Ubu, a partir das 19h30. Ainda que os estudos do docente estejam situados nas experiências concretas de políticas da arte emancipatórias ocorridas no Brasil, entre 1930 e 1980, Aécio Amaral assevera que esse novo olhar sobre as práticas podem servir ao presente.

"Essa 'revisita' pode comunicar em que medida, enfim, aquelas experiências do século 20 auxiliam na concepção e na organização de políticas da arte orientadas pela autonomia em relação às tentativas neoliberais e neofascistas de cerceamento", conclui.

Foto: Divulgação

"Aruanda" (1960), filme seminal de Linduarte Noronha, será exibido na terça-feira (26), na sala que leva seu nome na UFPB

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho
hildebertopoesia@gmail.com

Sérgio Botelho numa viagem sentimental

Mulheres, todas. Cidade, só uma: Recife, dizia o poeta alagoano Lêdo Ivo, numa de suas boutades literárias. As cidades são como as mulheres, nas suas paisagens, nas suas histórias, na sua beleza. As cidades são criaturas vivas, possuem memória e precisam ser amadas.

Com certeza é o impulso amoroso que guia o olhar de Sérgio Botelho nesses passeios mundanos que faz pela geografia e pela história da cidade de João Pessoa, nessa memorável viagem sentimental.

Seus apetrechos residem nas experiências da infância, da adolescência e da maturidade, incorporadas ao baú de guardados e das lembranças de certos lugares e de certos acontecimentos que formam a tessitura espiritual de uma cidade. A tais apetrechos associam-se os passos pacientes da pesquisa nos acervos públicos, principalmente, nas velhas coleções do Jornal **A União**.

Unindo, no mesmo corpo da palavra, o sabor e o saber, a memória e a imaginação, o afeto e o dado preciso, Sérgio Botelho, a cada crônica esboçada, vai descortinando o cenário de uma mágica topografia que dá, a nós, leitores, uma imagem viva e vívida das coisas que passaram. Com seu *glamour*, sua textura própria, sua intangível beleza cristalizada nos espelhos do tempo.

Uma das tópicas essenciais é a vida boêmia da cidade. Seu latejar em compassos, que vão além das convenções sociais, inscreve-se como termômetro eloquente de sua identidade coletiva. Uma cidade também se desvela pelo calor erótico de sua intimidade. Uma cidade também é os seus bares, os seus restaurantes, os seus cabarés, as suas noites, as suas madrugadas, as suas mulheres, os seus amores, os seus sons, os seus encontros e desencontros furtivos à meia-luz, na instantaneidade eterna dos desejos humanos. Na sua intrínseca precariedade e no seu misterioso esplendor.

Sem se deixar cercear por estereótipos ou preconceitos, o autor descreve e narra essa atmosfera de boemia como um dos núcleos semânticos centrais de sua configuração discursiva. Abre, portanto, um viés curioso e atrativo, para adentrarmos o espaço histórico da cidade, suas ruas, artérias, praças, becos e vielas, assessorados por um precioso toque de nostalgia e poeticidade.

As festas tradicionais, como a secular Festa de Nossa Senhora das Neves, a padroeira da cidade, no cotejo salutar entre o sagrado e o profano, também integram a plataforma dessa escrita que oscila, em sua naturalidade, entre a crônica, o artigo, a memória, a história e a poesia. Os clubes sociais, os carnavais, o ingrediente alegre e festivo adensam, por outro lado, a componente lúdica dos dias idos e vividos que selam o inestimável valor da memória coletiva da cidade.

Sérgio Botelho, com esse novo livro, amplia o olhar que se estratifica no seu volume de estreia, *Memórias da Cidade de João Pessoa* (2024), ao mesmo tempo em que convida o leitor para se fazer seu cúmplice nessa viagem sentimental.

Muitos dos ambientes de que fala o escritor e jornalista já não existem mais, a não ser por meio do registro verbal de seus textos que os presentificam na tela acesa da memória, tornando-os ainda palpáveis no coração dos que os conheceram e os frequentaram. E para as novas gerações, que não tiveram a oportunidade de saborear o clima poético desses lugares ou desses acontecimentos, fica a expressão da palavra, o documento vital que representa aspectos inesquecíveis de uma época.

Desde que voltou de Brasília, onde passou alguns anos por ingerências profissionais, Sérgio Botelho, menino nascido aqui na cidade de João Pessoa, realiza um reencontro encantado e encantatório com o seu velho e amado burgo. Parece até que o tempo vivido lá fora lhe deu uma luz diferente, abriu-lhe um ângulo novo de visão, permitindo-lhe, pela alquimia da recordação, fazer essa viagem de volta. Uma viagem generosa, afetiva, sentimental.

Por isto mesmo, Sérgio Botelho vem associar-se a uma fina e saborosa tradição literária que bota a cidade de João Pessoa dentro do círculo visceral do coração. Penso, aqui, nos escritos de um Walfredo Rodrigues, um José Américo de Almeida, um Wills Leal, um Severino Ramos, um Paulo Soares, e nos versos de Eulajoje Dias de Araújo, Jomar Morais Souto e Políbio Alves.

Colunista colaborador

CINEMA E TV

Sindicato dos atores elege preferidos

Prêmio SAG, tido como termômetro importante do Oscar, será transmitido ao vivo pela Netflix, às 22h

Renato Félix
renatofelix.correio@gmail.com

O sindicato dos atores dos EUA revela, hoje, seus preferidos. É o SAG Awards, que ganhou importância nos últimos anos como um antecipador das vitórias no Oscar, na seara das atuações (assim como os sindicatos dos produtores e dos diretores). Na cerimônia de hoje, esperase mais uma consagração de Adrien Brody (por *O Brutalista*) como melhor ator e mais um *round* entre Demi Moore (*A Substância*) e Mikey Madison (por *Anora*) em melhor atriz. A cerimônia será transmitida pela Netflix às 22h.

E Fernanda Torres? A atriz de *Ainda Estou Aqui* não foi indicada, "sua vaga" ficou com Pamela Anderson por *The Last Showgirl*, que não entrou na lista do Oscar. Há ponderações sobre isso: a premiação do SAG é bem "menos internacional" que o Oscar, sendo naturalmente muito mais voltada para os artistas dos EUA. E a campanha de *Ainda Estou Aqui* engrenou tarde, ainda não estava forte quando saíram os indicados ao SAG.

Como a votação para o Oscar terminou terça-feira (18), o SAG não vai influir diretamente no Oscar, mas apontar se Demi Moore é um nome absoluto entre as americanas ou se Mikey Madison rivaliza com ela na preferência dos colegas. As chances de Fernanda Torres frente às duas permanece uma incógnita, já que ela não "mede forças" com as colegas aqui.

Para melhor ator, a disputa parece já estar resolvida: Adrien Brody ganhou o Globo de Ouro de ator em drama e o Bafta. Se vencer também o SAG hoje é uma demonstração de que parece haver mesmo um consenso em torno de seu nome. O filme entrou em cartaz em João Pessoa na quinta-feira (20).

Se Ralph Fiennes (por *Conclave*) ou Timothée Chalamet (por *Um Completo Desconhecido*) surpreenderem hoje, a noite do Oscar ganha mais um pouco de emoção, em uma noite já cheia de indefinições.

Nas categorias destinadas às produções de televisão, a expectativa é a da confirmação dos nomes já vencedores do Emmy e do Globo de Ouro. Tadanobu Asano e Anna Sawai, como melhores ator e atriz em série dramática por *Xógum – A Gloriosa Saga do Japão*; Jean Smart, como melhor atriz de série de comédia por *Hacks*; e a dupla de *Bebê Rena*, Richard Gadd e Jessica Gunning, premiados nas categorias de melhor telefilme ou minissérie.

Foto: Divulgação/Universal

Foto: Divulgação/Universal

Foto: Distribuição/Mubi

Mikey Madison ("Anora", mais à esquerda) e Demi Moore ("A Substância", abaixo) disputam melhor atriz; Adrien Brody ("O Brutalista", ao lado) é favorito

PRINCIPAIS INDICADOS

CINEMA

ELENCO: *Anora*; *Emilia Pérez*; *Um Completo Desconhecido*; *Conclave*; *Wicked.*

ATOR: Adrien Brody (*O Brutalista*); Timothu Chalamet (*Um Completo Desconhecido*); Ralph Fiennes (*Conclave*); Colman Domingo (*Sing Sing*); Daniel Craig (*Queer*).

ATRIZ: Mikey Madison (*Anora*); Karla Sofía Gascón (*Emilia Pérez*); Pamela Anderson (*The Last Showgirl*); Demi Moore (*A Substância*); Cynthia Erivo (*Wicked*).

ATOR COADJUVANTE: Yura Borisov (*Anora*); Jeremy Strong (*O Aprendiz*); Edward Norton (*Um Completo Desconhecido*); Kieran Culkin (*A Verdadeira Dor*); Jonathan Bailey (*Wicked*).

ATRIZ COADJUVANTE: Monica Barbaro (*Um Completo Desconhecido*); Zoe Saldaña (*Emilia Pérez*); Jamie Lee Curtis (*The Last Showgirl*); Danielle Deadwyler (*Plano de Família*); Ariana Grande (*Wicked*).

TELEVISÃO

ELENCO EM SÉRIE DE COMÉDIA: *Abbot Elementary*; *Falando a Real*; *Hacks*; *Only Murders in the Building*; *O Urso*.

ELENCO EM SÉRIE DE DRAMA: *A Diplomata*; *Bridgerton*; *O Dia do Chacal*; *Slow Horses*; *Xógum – A Gloriosa Saga do Japão*.

ATOR EM SÉRIE DE COMÉDIA: Ted Danson (*Um Espião Infiltrado*); Harrison Ford (*Falando a Real*); Adam Brody (*Ninguém Quer*); Martin Short (*Only Murders in the Building*); Jeremy Allen White (*O Urso*).

ATRIZ EM SÉRIE DE COMÉDIA: Quinta Brunson (*Abbot Elementary*); Jean Smart (*Hacks*); Kristen Bell (*Ninguém Quer*); Ayo Edebiri (*O Urso*); Liza Colón-Zayas (*O Urso*).

ATOR EM SÉRIE DE DRAMA: Eddie Redmayne (*O Dia do Chacal*); Jeff Bridges (*The Old Man*); Gary Oldman (*Slow Horses*); Hiroyuki Sanada (*Xógum – A Gloriosa Saga do Japão*); Tadanobu Asano (*Xógum – A Gloriosa Saga do Japão*).

ATRIZ EM SÉRIE DE DRAMA: Allison Janney (*A Diplomata*); Keri Russell (*A Diplomata*); Nicola Coughlan (*Bridgerton*); Kathy Bates (*Matlock*); Anna Sawai (*Xógum – A Gloriosa Saga do Japão*).

ATOR EM TELEFILME OU MINISSÉRIE: Richard Gadd (*Bebê Rena*); Kevin Kline (*Difamação*); Javier Bardem (*Monstros*); Colin Farrell (*Pinguim*); Andrew Scott (*Ripley*).

ATRIZ EM TELEFILME OU MINISSÉRIE: Jessica Gunning (*Bebê Rena*); Cate Blanchett (*Difamação*); Kathy Bates (*The Great Lillian Hall*); Cristin Milioti (*Pinguim*); Jodie Foster (*True Detective*); Lily Gladstone (*Under the Bridge*).

Em Cartaz

Cinema

*Programação de **20 a 26 de fevereiro**, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira, Remígio e São Bento.*

** O Cine Banguê, em João Pessoa, e o Multicine Patos, não têm programação esta semana.*

ESTREIAS

O BRUTALISTA (*The Brutalist*). EUA/ Reino Unido/Canadá, 2024. Dir.: Brady Corbet. Elenco: Adrien Brody, Felicity Jones, Guy Pearce, Stacy Martin, Alessandro Nivola. Drama. Arquiteto visionário chega aos EUA após a II Guerra para reconstruir a vida e testemunha o nascimento da modernidade. 3h34. 18 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: qua.: leg.: 19h30. CENTERPLEX MAG 2: leg.: qui. a ter.: 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: leg.: 20h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): leg.: 19h.

FÉ PARA O IMPOSSÍVEL. Brasil, 2025. Dir.: Ernani Nunes. Elenco: Vanessa Giácomo, Dan Stulbach. Drama/religioso. Pastora tenta se recuperar de grave agressão física e inspira pessoas. 1h40. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dom.: 14h, 16h15, 18h30, 20h45; seg. e ter.: 16h15, 18h30, 20h45; qua.: 15h, 17h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: 14h45, 17h15, 19h30, 22h. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: 13h15, 15h30, 18h, 20h40. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: 14h45, 17h, 19h30, 21h45. CINESERCLA TAMBIÁ 5: 16h15, 18h15, 20h15. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: 16h15, 18h15, 20h15. **Patos:** CINE GUEDES 2: 15h30, 17h25, 19h20. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: 17h, 19h10, 21h20.

FLOW (*Flow*). Letônia/ Bélgica/ França, 2024. Dir.: Gints Zilbalodis. Aventura/animação. Fugindo de uma enchente, gato se refugia em barco com outros animais que, juntos, tentarão sobreviver. 1h25. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: leg.: 18h. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: dub.: 14h10, 16h10, 18h10. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): dub.: 13h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 14h, 16h.

KAYARA, A PRINCESA INCA (*Kayara*). Peru/ Espanha, 2025. Dir.: Dirk Hampel, Cesar Zelada. Animação/ aventura. Garota inca desafia tradições para fazer parte de um grupo de mensageiros exclusivamente masculino. 1h30. Livre.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 14h20, 16h30. CINESERCLA TAMBIÁ 3: dub.: 15h, 16h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 15h, 16h50. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: dom.: 14h50, 16h25; seg. a qua.: 16h25. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: dom.: 14h50, 16h40; seg. a qua.: 16h40.

REAPRESENTAÇÃO

ANORA (*Anora*). EUA, 2024. Dir.: Sean Baker. Elenco: Mikey Madison, Mark Eydelshteyn, Yura Borisov. Drama/comédia. Prostituta se casa com filho de oligarcas russos, mas o conto-de-fadas é ameaçado quando os pais mandam anular o casamento. Indicado a 6 Oscars, incluindo melhor filme, direção e atriz. 2h19. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: qua.: leg.: 20h.

CONTINUAÇÃO

AINDA ESTOU AQUI. Brasil/ França, 2024. Dir.: Walter Salles. Elenco: Fernanda Torres, Selton Mello, Valentina Herszage, Fernanda Montenegro, Humberto Carrão, Dan Stulbach, Daniel Dantas, Marjorie Estiano, Camila Márdila, Maeve Jinkings. Drama. Mulher precisa lidar com o desaparecimento do marido, vítima da ditadura brasileira. Vencedor do Globo de Ouro de melhor atriz/drama (Fernanda Torres). Indicado aos Oscars de melhor filme, atriz e filme internacional. 2h16. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: 15h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: 14h, 17h, 20h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: 16h15, 19h, 22h. CINESERCLA TAMBIÁ 2: 20h20. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: 20h20. **Patos:** CINE GUEDES 2: 21h15.

O AUTO DA COMPADECIDA 2. Brasil, 2024. Dir.: Guel Arraes e Flávia Lacerda. Elenco: Matheus Nachtergaele, Sélton Mello, Virginia Cavendish, Fabiula Nascimento, Humberto Martins, Luís Miranda, Enrique Diaz, Taís Araújo, Eduardo Sterblitch. Comédia. Após 20 anos, João Grilo retorna a Taperoá e reencontra Chicó para viverem novas aventuras durante uma campanha eleitoral. 1h44. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: 15h30, 18h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 19h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: 18h, 20h45. CINESERCLA TAMBIÁ 3: 18h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 5: 18h40. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: 21h.

BRIDGET JONES – LOUCA PELO GAROTO (*Bridget Jones – Mad about the Boy*). Reino Unido/ França/ EUA, 2025. Dir.: Michael Morris. Elenco: Renée Zellweger, Leo Woodall, Chiwetel Ejiofor, Hugh Grant, Emma Thompson, Jim Broadbent, Gemma Jones, Isla Fisher, Colin Firth. Comédia/ romance. Agora viúva e com um filho, Bridget Jones se vê envolvida por um rapaz mais jovem. 2h04. 14 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 8: dub.: 16h45; leg.: 22h15. CINESERCLA TAMBIÁ 2: dub.: 18h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 18h.

CAPITÃO AMÉRICA – ADMIRÁVEL MUNDO NOVO (*Captain America – Brave New World*). EUA, 2025. Dir.: Julius Onah. Elenco: Anthony Mackie, Harrison Ford, Danny Ramirez, Shira Haas, Tim Blake Nelson, Giancarlo Esposito. Aventura. O novo Capitão América se vê no meio de um incidente internacional. 1h58. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): dom.: dub.: 14h, 16h30, 19h; leg.: 21h30; seg. a qua.: dub.: 16h30, 19h; leg.: 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 21h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: 13h, 15h45, 18h30, 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: leg.: 15h, 17h45, 20h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): 3D: dub.: 13h45, 19h15; leg.: 16h30, 22h. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): 3D: leg.: 14h30, 17h15, 20h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: 13h, 15h45, 18h30, 21h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: 13h45, 16h30, 19h15, 22h. CINESERCLA TAMBIÁ 4: dub.: 16h05, 18h25, 20h45. CINESERCLA TAMBIÁ 6: dub.: 15h20, 17h40, 20h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 2: dub.: 15h20, 17h40, 20h. CINESERCLA PARTAGE 3: leg.: 16h05, 18h25, 20h45. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 18h, 20h20. CINE GUEDES 3: dub.: dom.: 3D: 14h, 16h20, 18h45; 2D: 21h10; seg. a qua.: 3D: 16h20, 18h45; 2D: 21h10. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: dom.: 2D: 14h10, 16h30, 21h10; 3D: 18h50; seg. a qua.: 2D: 16h30, 21h10; 3D: 18h50. **Remígio:** CINE RT: dub.: 16h05, 20h30.

CHICO BENTO E A GOIABEIRA MARAVIÓSA. Brasil, 2025. Dir.: Fernando Fraiha. Elenco: Isaac Amendoim, Anna Julia Dias, Luís Lobianco, Débora Falabella, Taís Araújo, Augusto Madeira. Comédia/ infantil. Chico Bento precisa enfrentar os interesses comerciais que querem derrubar sua querida goiabeira. 1h30. Livre.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 14h15.

CONCLAVE (*Conclave*). Reino Unido/ EUA, 2024. Dir.: Edward Berger. Elenco: Ralph Fiennes, Stanley Tucci, John Lithgow, Isabella Rosselini. Drama. Cardeal se vê no centro de uma conspiração durante o processo de eleição do próximo papa. Indicado a 8 Oscars, incluindo melhor filme e atriz. 2h. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: leg.: 21h. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): leg.: 16h. **Remígio:** CINE RT: dub.: 18h25.

MUFASA, O REI LEÃO (*Mufasa, the Lion King*). EUA, 2024. Dir.: Barry Jenkins. Aventura/ animação/ infantil. Filhote de leão órfão é acolhido por semelhante de linhagem real. Prelúdio de *O Rei Leão* (2019). 2h. Livre.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 18h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 13h30. CINESERCLA TAMBIÁ 2: dub.: 15h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 15h45. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 18h30. **Remígio:** CINE RT: dub.: 14h.

Teatro

HOJE

VICTOR AHMAR. Humorista apresenta seu solo de stand up *Minha Comédia*.

João Pessoa: ZEROOITOTRÊS COMEDY CLUB (Shopping Pátio Altiplano, Av. João Cirilo da Silva, nº 981, Altiplano Cabo Branco). Domingo, 23/2, 20h. Ingressos: R$ 60 (inteira)e R$ 30 (meia), antecipados na plataforma Sympla.

Música

HOJE

LETRUX E THIAGO VIVAS. Dupla apresenta o show *Alfabeto Sonoro*, de piano, violão e voz.

João Pessoa: EMPÓRIO CAFÉ (Feirinha de Tambaú, Av. Almirante Tamandaré, Tambaú). Domingo, 23/2, 19h. Ingressos: R$ 100 (inteira), R$ 55 (social) e R$ 50 (meia), antecipado na plataforma Sympla.

AMANHÃ

SANHAUÁ SAMBA CLUBE. Roda de samba com artistas paraibanos interpretando músicas autorais e clássicos.

João Pessoa: VILA DO PORTO (Praça São Frei Pedro Gonçalves, nº 8, Varadouro, João Pessoa). Segunda, 24/2, 21h30. Ingressos: de R$ 15 (meia/ 1º lote) a R$ 50 (no local e no dia), antecipado na plataforma Shotgun.

Exposições

CONTINUAÇÃO

CADA CABEÇA, UM MUNDO. Coletiva com João Neto, Daniel da Hora, Odegine Graça e João Peregrino.

João Pessoa: ESTAÇÃO CABO BRANCO (Av. João Cirillo da Silva, Altiplano Cabo Branco). Visitação de terça a sexta, das 9h às 18h, e sábado e domingo, das 10h às 18h, até março de 2025. Entrada franca.

DANIEL DA HORA. Exposição *Descaminhos, Imagem e Deriova*, com conjunto misto de linguagens artísticas de Daniel da Hora, sobre iluminação pública, fios e cabos.

João Pessoa: ESTAÇÃO CABO BRANCO (Av. João Cirillo da Silva, Altiplano Cabo Branco). Visitação de terça a sexta, das 9h às 18h, e sábado e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

FOTOFOBIA. Coletiva com 33 fotógrafos sobre o Carnaval.

João Pessoa: HOTEL GLOBO (Largo de São Frei Pedro Gonçalves, nº 7, Varadouro). Visitação das 8h às 18h, até 16 de março. Entrada franca.

LIVRE COMO ARTE – O ACERVO DO NAC E A ARTE BRASILEIRA. Obras do acervo do Núcleo de Arte Contemporânea, da UFPB.

João Pessoa: GALERIA ARCHIDY PICADO (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, nº 800, Tambauzinho). Visitação até 21 de março. Entrada franca.

NÚMERO DE DEPUTADOS

Motta quer evitar redução para a PB

Lei em tramitação prevê revisão no número de deputados e pode diminuir representação no Congresso e na ALPB

Paulo Correia
paulocorreia.epc@gmail.com

Foto: Leonardo Ariel

A população do Estado é o parâmetro de referência, fixado pela lei, para estabelecer o número de deputados federais

Uma das discussões acerca das eleições de 2026 não passa pela definição dos candidatos, mas sim pelo número de cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. A revisão do número de deputados é prevista em lei e implica também na revisão do número de deputados nas assembleias legislativas. Para a Paraíba, seriam duas vagas a menos na Câmara e seis na Assembleia Legislativa.

Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Congresso Nacional edite uma lei complementar que permita a revisão da distribuição do número de cadeiras na Câmara dos Deputados, em acordo com o art. 45 da Constituição Federal que, em seu § 1º, estabelece que "o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta deputados".

A Lei Complementar nº 78/1993 dispõe sobre as regras para a definição do número de deputados federais e estabelece que "proporcional à população dos Estados e do Distrito Federal, o número de deputados federais não ultrapassará quinhentos e treze representantes, fornecida, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano anterior às eleições, a atualização estatística demográfica das unidades da Federação".

De acordo com um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) da Câmara dos Deputados, em 2023, a revisão do número de deputados implica mudanças para 14 estados. Os estados que devem aumentar o número de deputados são: Santa Catarina (4), Pará (4), Amazonas (2), Ceará (1), Goiás (1), Minas Gerais (1) e Mato Grosso (1). Já os que perderiam são: Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Sul (2), Piauí (2), Paraíba (2), Bahia (2), Pernambuco (1) e Alagoas (1).

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), em entrevista à Rádio Arapuan, em fevereiro deste ano, criticou o trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a respeito dos resultados divulgados no Censo 2022, indicando que foi "um Censo realizado no pós-pandemia e tem muitas incertezas se foi bem feito ou mal feito", além de apontar que a Paraíba, assim como os demais estados implicados, sofreria um impacto expressivo porque "perder essa representatividade política, perde orçamento, tira vozes importantes que podem ajudar o estado de forma significativa".

Para o presidente da Câmara, a solução ideal seria um acordo entre o Congresso e o STF que beneficie todos os estados, com o aumento de 14 vagas, "para compensar esses estados que perderiam". Segundo o parlamentar, "nós temos que discutir isso com franqueza, procurar o próprio Supremo Tribunal Federal porque da mesma forma que nós não queremos prejudicar os estados que ganham, [...] é [preciso] evitarmos que os estados percam".

Para o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP), a revisão do número de deputados deve manter a proporcionalidade entre os estados e que a prioridade deve ser o atendimento aos "interesses da sociedade brasileira". Conforme o deputado, "é fundamental a gente ter a proporcionalidade dos estados preservada de modo a que nenhum estado tenha menor representação do que deve ter. [...] Agora, é uma discussão que cabe ao parlamento como todo [...] para se buscar uma solução que atenda, sobretudo, aos interesses da sociedade brasileira".

O deputado Ruy Carneiro (Podemos) é contrário à redução do número de vagas na Casa argumentando que a redução causaria um desequilíbrio regional e nacional e que "o impacto negativo seria imediato, com graves consequências para o estado, os municípios e, principalmente, para a população".

Apesar de prevista desde o ano de 1993, modificação nunca ocorreu

A discussão acerca da revisão do número de deputados não atinge os senadores devido ao sistema bicameral adotado no país. De acordo com o advogado Harrison Targino Jr, especialista em Direito Eleitoral, isso ocorre devido ao caráter de cada Casa, sendo que a Câmara representa a população, enquanto que o Senado, os estados.

"Dessa maneira, nós temos um legislativo bicameral, em que um vai ter representações heterogêneas e desiguais, representando a distribuição populacional e outro, uma representação homogênea, equivalente entre todos os estados, no intuito de representar o peso institucional de cada estado", explica.

Foto: Arquivo pessoal

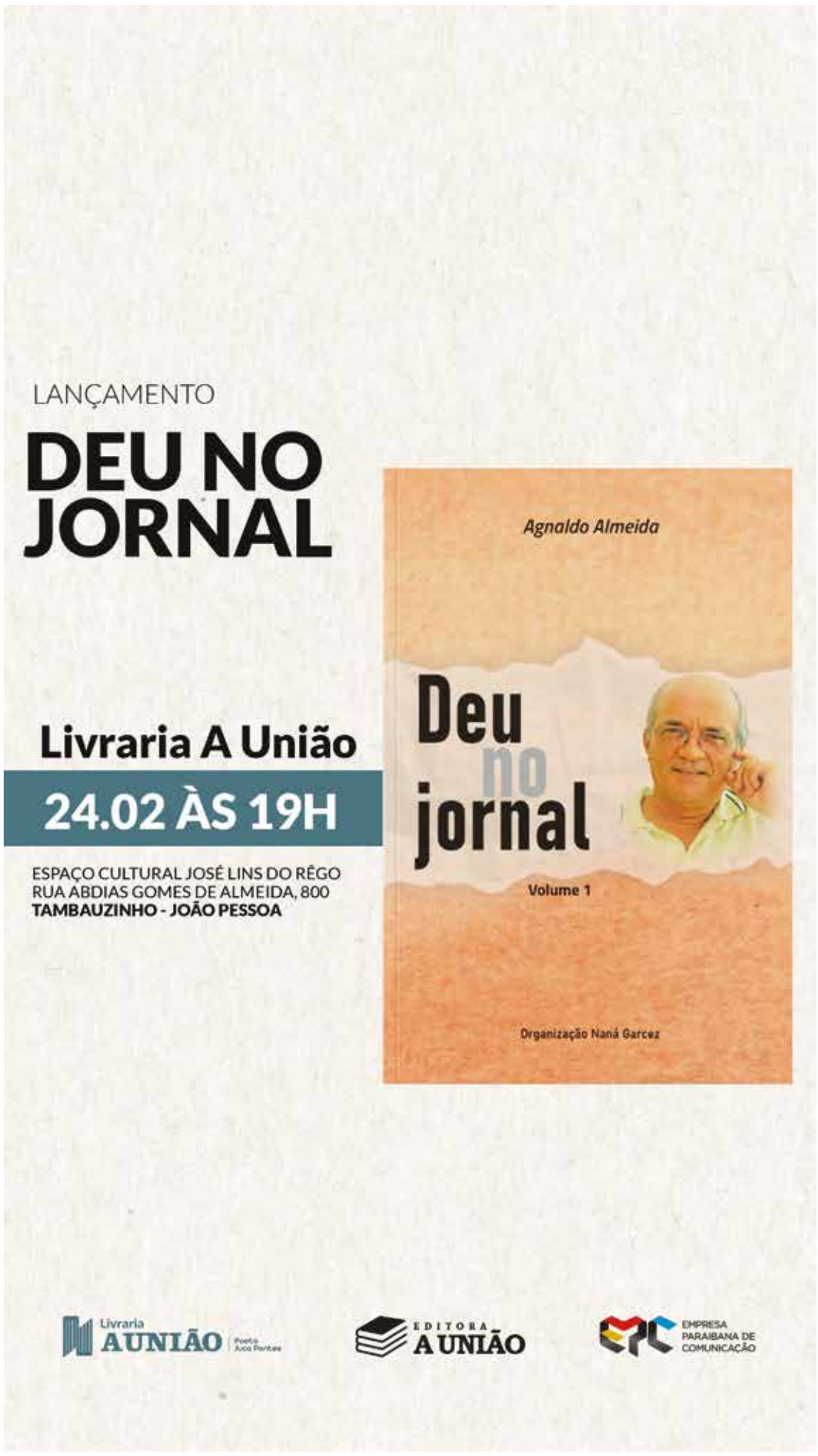
Harrison Targino Jr. : "Projeto de Motta é impopular"

Com relação à revisão do número de deputados, o jurista ressalta que "nunca ocorreu nenhuma modificação", mesmo sendo prevista desde 1993, data da publicação da Lei Complementar (LC) nº 78, que dispõe sobre as regras na distribuição dos deputados. Na LC, é estabelecido que antes de cada eleição a distribuição do número de deputados deve ser revista com um ano de antecedência e em acordo com os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) .

Segundo Harrison, "diante desse cenário, alguns estados viram-se prejudicados porque suas populações cresceram e poderiam ter direito a mais representação na Câmara dos Deputados [...]. Isso foi criando uma pressão para que se pudesse de fato concretizar os dispositivos da Constituição. Por outro lado, os estados que passariam a perder deputados federais, também passaram a fazer uma grande pressão para que a situação continuasse como já existia. E então, a gente vem nessa guerra de interesse que já perdura muitos anos".

Em 2013, o Estado do Pará ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 38, solicitando a atualização da representação proporcional dos estados na Câmara dos Deputados, conforme previsto no artigo 45, § 1º, da Constituição Federal e com base no Censo de 2010. A ação argumenta que a falta dessa atualização resulta em distorções na representatividade parlamentar, prejudicando estados cuja população cresceu significativamente desde a última revisão.

O advogado entende que a proposta anunciada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), de aumentar o número de parlamentares na Casa, sem retirar nenhuma vaga dos estados, é vista como um projeto impopular, já que aumentaria o custo do legislativo. Conforme o jurista, "o desenho feito por ele [Hugo Motta], seriam 14 vagas a mais. Mas esses estados que têm representantes a ganhar, reclamam que proporcionalmente eles ainda estariam sub-representados. Mas é um projeto muito contestado pela população. Nós temos 513 deputados para uma população de pouco mais de 200 milhões de habitantes e os Estados Unidos tem uma população bem maior e tem menos deputados que nós. Então, nós temos de fato uma Câmara dos deputados que já é muito grande, com muitos integrantes e que é muito custosa".



André Cananéa

Um fã de cultura, adepto da tecnologia, que foi da reportagem à editoria

Ele começou produzindo pautas especiais, migrou para o suplemento Correio das Artes, chegou ao Caderno de Cultura e, em meio a um aprendizado constante e à pandemia de Covid-19, acabou no comando da Redação

Luiz Carlos Sousa
lulajp@gmail.com

Imaginem o tamanho do desafio que é comandar uma Redação de jornal em meio a uma pandemia. Foi o que André Cananéa teve que enfrentar quando assumiu a editoria-geral de **A União**. Não foi apenas enfrentar o problema de saúde pública, mas, sobretudo, como fazer um jornal diário sem reunir pessoas, sem discutir temas e pautas. Nessa conversa com o Memórias A União, Cananéa conta como foi trabalhar remotamente: "Nessa imensa Redação d'**A União**, dei um expediente sozinho, isolado", enfatiza. Não se rendeu e dirigiu grandes edições, além de provocar mais um salto tecnológico, ao trazer para o jornal o *Qr Code*. Ele é mais um profissional a reconhecer o papel de escola que **A União** exerce sobre quem passa por suas editorias criando e contando histórias.

A entrevista

■ *André, como começou sua trajetória n'**A União**?*

É, Lula, são caminhos que se cruzam muito. Inclusive, talvez eu seja o mais novo entrevistado, já que **A União** tem tantos anos assim. Talvez.

■ *Apesar desses cabelos brancos?*

Brancos. E aí talvez eu seja realmente o caçula, assim como, talvez, eu tenha sido o editor mais novo, dos mais recentes. Eu entrei aqui em janeiro de 2019, a convite de Naná Garcez, que tinha acabado de tomar posse como presidente da EPC. Eu vinha de uma história de impresso. Eu iniciei no Jornal O Norte minha carreira no impresso, fui repórter lá.

■ *Acho que no caderno Teen.*

Eu nem lembro em que posição eu estava jogando, mas, de certa maneira, eu estava atrelado ao caderno de Cultura, que tinha Ricardo Anísio, Elinaldo Rodrigues, Fátima Farias. Acho que eu lhe propus fazer uma coisa que se fazia muito na época, no Fantástico, que era Zeca Camargo reunindo a garotada para ouvir a opinião dos jovens daqueles anos, final de anos 1990. E assim a gente chegou ao Zona Teen. Acho que eu passei dois anos n'O Norte. Em seguida, em 2001, fui para o Jornal da Paraíba. Fiquei até fechar. Então, 15 anos de experiência consolidaram minha carreira de cultura. E, depois que o jornal fechou, fui para a Câmara de Vereadores, fui para editar jornal de TV, passei pelo Correio, fui colunista do Correio.

■ *E **A União**?*

Vamos para **A União**, para a nossa casa, velha casa. Eu cheguei n'**A União** nesse momento de transição. Naná enxergou o potencial de ser um repórter especializado e fui fazer reportagens especiais.

■ *Começou em Cultura?*

É. Inicialmente, se pensava que eu ia para o caderno de Cultura, mas o caderno já estava completo e, à medida que as coisas andavam, eu fui me movimentando dentro da Redação, de forma que passei por vários cargos, antes de chegar a editor-geral. Foi um aprendizado. Foi um curso fantástico. Eu comecei como repórter, depois fui uma espécie de editor adjunto de Política, junto com Napoleão Ângelo. A gente fechava o caderno de Política, depois vagou o comando do caderno de Cultura. E aí nada mais natural do que Naná sondar para saber se eu gostaria de voltar para fazer Cultura. Voltei e eu acho que fiquei cinco, seis meses, e ela fez uma proposta para assumir o jornal inteiro.

■ *E aí um desafio gigante?*

Uma responsabilidade enorme, um jornal histórico, muito bem-visto, muito bem avaliado em termos de Brasil. E eu, com menos de 50 anos, assumindo ali, mas foi uma experiência fantástica. Detalhe que, nesse caminho d'**A União**, eu tinha uma trilha paralela que segui que me deixou muito feliz e muito orgulhoso, que foi o Correio das Artes. Então, um pouco antes de assumir a editoria de Cultura, eu já estava fazendo o Correio das Artes. Passei cinco anos editando o Correio das Artes.

■ *Você chegou nessa conversa com Naná e depois assumiu a editoria. Já foi encarando algum desafio grande ou deu para ir pensando e montando equipe, elaborando um projeto?*

Houve uma transição natural. Sucedi Phelipe Caldas, que estava deixando a empresa para fazer uma pós-graduação em São Paulo — mestrado, alguma coisa assim —, houve essa transição e peguei um desafio grande, a pandemia.

■ *Apenas a pandemia?*

Porque assumi no dia 1º de fevereiro. Em março já veio a pandemia.

■ *E aí, como foi a pegada? Jornalismo é o quê? É um monte de gente junta, discutindo e botando no papel o fruto das ideias, na forma de reportagem para contar a história e lá vem a edição. Como foi fazer jornal numa época dessa?*

Eu acho que foi quando **A União** me deu outro curso. **A União** é uma grande escola para todos nós. E essa pós-graduação me fez entender o quanto é importante uma Redação e o quanto um jornal diário é de fato fruto de ideias coletivas de pessoas que estão trabalhando juntas, porque eu tive a experiência de trabalhar sozinho. Nessa imensa Redação d'**A União**, dei um expediente sozinho, isolado, com todo mundo trabalhando remotamente, e a gente construindo a edição do dia seguinte.

■ *O governo sabia que a gente estava exercendo uma atividade fundamental.*

A gente era atividade indispensável: noticiar, informar a população. Até mesmo pelo período, a informação foi fundamental para se lidar com a pandemia. Era algo que a gente não conhecia.

■ *E você passou incólume ou chegou a ter Covid?*

Rapaz, eu passei, por incrível pareça, incólume. Eu cheguei a ter Covid quando já tinha vacina. Estava vacinado e acabou que aconteceu um episódio com meu filho: a gente teve que ir no hospital e lá eu peguei a Covid, circulando dentro de um hospital. Mas já estávamos todos vacinados e de fato eu passei incólume.

■ *E a dificuldade para administrar algo que é extremamente presencial, que é o jornalismo, no qual se testemunha o fato?*

É bom lembrar que o mundo inteiro estava em *lockdown*. De certa maneira, a gente acompanhava as decisões e as tomadas de decisões nas esferas municipais, estaduais, federais, mundiais, porque estava todo mundo produzindo de casa.

■ *Eu sei, mas o mundo funcionava, tinha ônibus na rua, tinha hospital cheio.*

É, mas no momento mais crítico, até os ônibus pararam. A gente ainda tinha um repórter que, de vez em quando, circulava, com muito cuidado. O fotógrafo Marcos Antonius trabalhou com a gente nesse período, circulou bastante. **A União** hoje tem um superacervo de como era a João Pessoa durante o *lockdown*. A cidades vazia, as pessoas de máscara. Há fotos sensacionais que

"Ia para Cultura, mas o caderno estava completo e fui me movimentando dentro da Redação"

Fotos: Carlos Rodrigo

André Cananéa: "A mensagem que eu passo muito para as gerações novas é 'procurem gostar de ler com profundidade'"

ele fez, fotos dignas de prêmio. Então, havia uma circulação muito cuidadosa pela cidade para que a gente pudesse registrar esses fatos. Registrar o comportamento em João Pessoa e até Campina Grande, de certa maneira, as principais cidades do estado.

■ *Nesse momento de* lockdown *e, durante muito tempo, a pauta diária quase que foi exclusivamente a pandemia?*

Naquele ano de 2020, as manchetes não tinham como ser outras. Aqui, no New York Times, no Le Mond. As comunicações eram feitas através de *lives*, na internet, YouTube, Instagram. A gente fez muitas *lives* aqui também. *Lives* pel'**A União**, *lives* pela Editora, livros que eram lançados remotamente.

■ *A gente chegou inclusive a perder um repórter.*

Perdeu Alexandre Nunes, que sucumbiu à Covid. Ele estava trabalhando comigo no Correio das Artes. A gente ficou muito abalado. É bom lembrar que, em qualquer área de trabalho, as pessoas estavam muito abaladas. A gente trabalhava com o quê? Uma novidade para todo mundo.

■ *E eu acho que **A União** — você inclusive fazia parte — tinha a Comissão de Acompanhamento.*

Sim, de Covid. Eu acho que o rigor era mais do que necessário naquela época, até porque vidas estavam em jogo. Teve uma abertura gradual, lenta. A gente começou com pouca gente, um rodízio, até que tivesse tudo estabilizado e a gente voltasse à vida normal.

■ *A gente já tem uma ideia de como foi o sufoco do trabalho. Mas como foi que você conseguiu, de uma hora para outra, sair desse convívio de reunião de pauta, Chefia de Reportagem, botando o carro na rua com repórter, reunião com fotógrafo, reunião de pauta consolidada, edição… tudo exige muita gente presente na confecção, na produção do jornal, e, de repente, todo mundo remoto, sumiu do mapa…*

A gente não conseguia nem pensar nessa transição. A gente só ia, porque as coisas precisavam acontecer. Agora a gente lembra, assim, por exemplo: se não fosse na época em que aconteceu, praticamente não teríamos jornal. Os aliados aí foram o celular, as reuniões por videochamada on-line e o WhatsApp.

■ *Qual é a curiosidade? Então cada um levava uma tarefa para casa para fazer? Como é que entregava aqui para chegar?*

Não. A gente fazia o jornal. Quem estava em casa trabalhava no computador da Redação, remotamente. Tenho uma lembrança muito grande dos computadores estarem funcionando sem ninguém presencialmente. Então eram computadores-fantasmas, mas eram as pessoas que estavam em casa trabalhando nisso. Acho que um diagramador, mais jovem, ficava sozinho responsável por ligar os computadores para que as pessoas trabalhassem remotamente.

■ *Quer dizer que você chegou, não deu nem para implantar um projeto de edição?*

Não. Lembro de ter assumido e a notícia da Covid já era muito forte por conta de novembro, quando saiu a primeira morte. Eu estava sentado na sala, ouvindo o Jornal Nacional confirmado a primeira morte, e veio… lembra aquele filme "Tubarão", que dá aquele *zoom* ao contrário? A pessoa afasta a câmera e a pessoa afasta ao mesmo tempo. Na minha cabeça, rolou aquilo ali, pensando assim: "Isso é tão surreal, que eu acho que não está acontecendo". Já era minha sanidade mental se preparando para as avalanches que viriam. Vários projetos que estavam engatilhados tiveram que ser suspensos. Como a gente está gravando o Memórias A União e você gosta muito de história, saiba que você está sentado ao lado do que talvez seja o único editor do Jornal **A União**, em mais de 100 anos, a fechar uma primeira página de pijama, porque, em algum momento, eu também estive remoto fechando a primeira página na minha casa e estava de pijama. E eu adoro contar essa história. Naná ri muito quando eu conto essa história. Eu disse: "Naná, eu entro para a história".

■ *Pandemia, um tecnológico espetacular, porque nesse período também apareceu o ChatGPT. E como é que essas coisas acabaram dando certo? Você saindo de um período em que as pessoas só se reuniam remotamente, o trabalho de casa e ninguém mais apertando as mãos e tudo isso numa necessidade diária de produzir informação...*

A pandemia não matou informação. Muito pelo contrário, virou informação. Então, informação é um negócio que existe enquanto a humanidade existir. O negócio é como vamos processar essas informações. Então é como você falou: as pessoas estavam na pandemia, mas elas estavam produzindo. Na Paraíba FM, hoje, a gente tem gravado programas de arte, artes visuais, de literatura, de música, e muitos chegam e dizem assim: "Ah, na pandemia eu estava isolado e compus esse repertório de música", "Eu pintei essas telas". Então as pessoas estavam produzindo. A ciência estava produzindo muito para a saúde, e a ciência também estava produzindo muito para a tecnologia.

■ *Tanta tecnologia facilitando a produção, o acesso ao conteúdo, a velocidade com que a informação circula, mas, mesmo assim, o jornalismo continua apegado à fonte, à checagem, à apuração, à produção de um bom texto, respeitando as normas da língua. Apesar de tanta tecnologia, analógico. E aqui n'**A União**, isso salta aos olhos?*

Tem uma coisa que é muito boa n'**A União**, como é no The Guardian, como é no New York Times: o fôlego das reportagens, que a mídia eletrônica não alcança. Eu abro o The Guardian, tem quatro páginas de uma reportagem longa sobre um assunto que nem está na pauta do dia, porque os portais hoje, pelo ineditismo das notícias, eles focam no que acontece em tempo real, mas era uma reportagem imensa sobre uma moça que vivia no campo, enfim, nem lembro direito. O papel, o impresso, hoje tem a seu favor a pessoa que quer emergir numa história. É toda uma questão de imersão. Se você está lendo em papel, é porque você consegue uma imersão melhor naquele livro do que no celular, que aparece a notificação, aí você se distrai com mais facilidade. Você lê notícia no celular, lê rápido, porque muitos fatores distraem. Mas, se você quer conhecer uma história, se você quer uma história social, uma história econômica, uma história de cultura, o impresso de certa maneira predispõe aquela pessoa que quer emergir nessas histórias. Então, **A União** faz bem quando realmente ela conta histórias, porque o leitor, quando abre o jornal, quer mergulhar nessas histórias. Acho que **A União** já percebeu isso, o New York Times percebeu, todos os grandes jornais têm feito isso.

■ *E, aliás, você pode ver que isso, de certa forma, sempre foi uma característica de **A União**. Por quê? Porque **A União**, ela sempre teve muitas limitações. As limitações, por exemplo, por ser porta-voz do governo, muitos olhos vigiando. Mas **A União** sempre fez uma opção maior por cultura, por contar histórias que dizem respeito, mais diretamente, às pessoas do que esse apego ao "rame-rame" da política, muito mais avançada na cobertura cultural.*

Na cobertura das memórias, a gente tem uma história que precisa ser contada, e os portais, por exemplo, não têm tempo de olhar e registrar. **A União** tem feito isso bem: o caderno Almanaque, por exemplo, com uma página de memória; o próprio caderno de Cultura; as colunas. A gente tem um time de colunistas que não tem em lugar nenhum na Paraíba. É curioso que, mesmo com as limitações, **A União** consegue ter esse olhar de resgatar a história da Paraíba, mostrar o que foi feito, mostrar para as novas gerações, sempre lembrando a nossa própria história. E os portais não têm interesse, não têm equipe, não têm pessoal, não têm até predisposição para isso. Falo dos portais do noticiário.

"A União é uma grande escola. E essa pós-graduação me fez entender o quanto é importante uma Redação"

■ *Até porque, como é algo altamente tecnológico o portal, é muita gente jovem que não tem ainda nenhum interesse pela história.*

Tem esse problema, tem o tal do caça-clique. Você hoje tem nos portais uma linguagem de tecnologia que você precisa ter palavras-chaves para que seu *site* alcance o número tal para poder ser *rankeado* no Google, para poder ser visto.

■ *Para ser monetizado, gerar recurso?*

Quando você condiciona a notícia, o processamento da notícia, a esses parâmetros, obviamente você vai deixar um monte de coisa de lado. Nesse aspecto, **A União** não compete, faz o que tem que ser feito e bem-feito. E isso é uma grande vantagem.

■ *Como você avalia **A União** como referência cultural, patrimônio, para a sociedade?*

Vou começar voltando um pouquinho para a história da pandemia. O que **A União** estava fazendo durante a pandemia, cobrindo uma pandemia que a cada minuto tinha uma informação diferente, que estava nos jornais, todos cobrindo, TV e rádio.... onde é que o impresso entra nessa narrativa? Eu falava o tempo inteiro para as pessoas: "Gente, a gente está escrevendo a história da pandemia na Paraíba. Tenham cuidado com o texto, tenham cuidado com a informação". Porque, enquanto muitos portais ouviam o galo cantar e já publicavam qualquer coisa, a gente tinha um dia inteiro de processamento para ter a fonte correta. O que é que vai acontecer em 30, 50 anos? "Eu quero escrever um livro, eu quero contar a história da pandemia na Paraíba". A fonte confiável é o Jornal **A União**, que está inclusive cronologicamente registrado, não tem que fazer aquela busca no portal e saber qual é a notícia que vem antes de outra e tal. Cronologicamente, diariamente, você tem o Jornal **A União** e você vai vendo as coisas acontecendo. A gente inclusive colocou na capa um contador de número de infectados, número de mortes, porque, se você passar rápido, você tem uma *timeline* do que aconteceu em números na pandemia. É um legado que **A União** deixa. E, falando de cultura, a gente é a única empresa que tem um caderno de cultura com uma equipe especializada para produzir informação cultural.

■ *O resto é cópia d'**A União** no outro dia?*

Com certeza. Por incrível que pareça, pautado pel'**A União**. O Correio das Artes é um exemplo. Cansei de ver, inclusive, nossas reportagens de capa sendo desdobradas na TV, no rádio. Cansei de ver.

■ *Ainda hoje a gente vê isso. O jornal pauta todo mundo no outro dia ou então é copiado literalmente.*

Porque você tem uma equipe especializada numa coisa; claro que você vai entregar muito melhor essa proposta, esse projeto, essa matéria, do que a maioria, que são repórteres generalistas. É um legado de especialização, de cuidado, que só **A União** tem.

■ *Lembro também que foi durante a sua gestão que algumas "revoluçõezinhas" tecnológicas muito ligadas à internet ocorreram e que a gente depois começa a conviver e se esquece. Mas, por exemplo, foi você que implantou o* QR Code*?*

Você falou ainda agora: eu sempre fui um grande entusiasta da tecnologia. E, quando cheguei, falei: "Bem, o *QR Code* existe". Ele não estava nem nos celulares ainda; você tinha que baixar o aplicativo; hoje é nativo dos celulares. Trouxe a proposta para Naná e para William: "Vamos colocar o *Qr Code* no Correio das Artes?". Porque naquela época eu ainda era só do Correio das Artes. E aí tive essa ideia, que, por minha culpa, acabei não executando direito, mas o fato era de, por exemplo, gravar um Sérgio de Castro Pinto recitando uma poesia numa matéria sobre ele. "Pegue o seu celular, clique aqui". Você pegará a revista daqui a 10 anos e dirá: "Nossa, Sérgio Castro Pinto aqui recitando, em áudio e vídeo". Imagina se tivesse isso com Augusto dos Anjos: a gente poder vê-lo de viva voz recitar seu próprio texto. Então, o que me norteou no uso do *QR Code* foi isso.

■ *A gente esqueceu de alguma coisa, de abordar algum tema que você gostaria de falar, algum projeto que você não conseguiu implantar porque não houve tempo hábil?*

Não. Eu acabei passando [acho que]três anos na editoria-geral. Naná convidou justamente para ir para o rádio, para fundar a Paraíba FM, para dar uma cara para a Paraíba FM, que era fruto da migração da Tabajara AM para um canal FM, então já tinha esse nome, Paraíba FM, há muito tempo. Ela achou que a *expertise* que eu tenho em cultura iria agregar à rádio, e a rádio tem dado muito certo, graças a Deus. Então esses três anos e pouquinho que eu tive aqui, de fato… Assim, a pandemia pesou para a gente conseguir pensar em algo, mas fico feliz em ter trazido o *QR Code*, ter deixado essa marca.

■ *Você é muito perfeccionista e gosta de tudo muito organizado, definido.*

Passo bem o olho, para evitar essas surpresas. E o fato de ter trabalhado em conjunto, de ter conseguido abraçar uma equipe, que eu acho fenomenal e ter sido abraçado por ela.

■ *Alguma lição que você destaca d'**A União**, desse trabalho? Você, além de ter enfrentado o desafio de editar um jornal, o que não é fácil, editar um jornal que tem a tradição d'**A União**, 132 anos, e de enfrentar um período tão difícil para a humanidade, teve que se desdobrar para fazer o trabalho de jornalista, como foi o caso da pandemia.*

A lição é essa aí que você falou. É ocupar um lugar de editor e conseguir produzir algo em torno de 700 edições, ter meu nome responsável por 700 edições. Aprender a fazer essa tal de arte de fazer um jornal diário já é a grande lição. O fazer no ritmo da pandemia é a lição número 2, que eu acho que, no fim das contas, eu perdi qualquer tipo de medo de qualquer desafio profissional depois do que passei aqui. Esse período na editora-geral d'**A União** é o divisor de águas. Foi o maior desafio da minha carreira profissional enfrentar a pandemia e, depois que tudo terminou, eu estou pronto para qualquer outro desafio profissional.

■ *Alguma dica, alguma recomendação para as novas gerações?*

A mensagem que eu passo muito para as gerações novas é "procurem gostar de ler com profundidade". Porque a minha alfabetização foi toda de jornal. E é uma alfabetização que eu trago até os 50 anos. Não é minha alfabetização escolar. Continuo aprendendo muito no jornal. Eu leio jornais todo dia. É a experiência de imersão que o jornal me dá, que um portal de notícias não me dá. E é a fonte de conteúdo. E é uma fonte mais apurada, pensada, sem ser aquela coisa apressada do calor da emoção. Eu tenho uma confiança muito grande em jornal e queria que as pessoas, ao invés de se afastarem do impresso, se voltem mais para o impresso por conta dessa experiência, que é única e fantástica.

Acesse o *QR Code* para assistir à entrevista no YouTube

EDIÇÃO: Luiz Carlos Sousa
EDITORAÇÃO: Luiza Fonseca

CARREIRA PÚBLICA

Saúde de Sergipe e Susep têm vagas

Editais somam 953 oportunidades para profissionais de níveis médio, técnico e superior; salários chegam a R$ 18 mil

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Sem novos editais na Paraíba por enquanto? A boa notícia é que outros estados e órgãos federais estão com concursos que valem o investimento nos estudos. Sergipe, por exemplo, acaba de abrir 878 vagas na Secretaria de Estado da Saúde, com salários que chegam a R$ 8,2 mil, enquanto a Superintendência de Seguros Privados (Susep) anunciou uma seleção nacional para analista técnico, com remuneração de R$ 18 mil. As oportunidades são para atuação em hospitais sergipanos ou em Brasília e São Paulo, no caso da autarquia federal. Com provas marcadas para junho, esses certames podem ser o caminho certeiro para quem busca estabilidade na carreira.

Em Sergipe, as 878 vagas disponíveis são destinadas a profissionais de níveis médio, técnico e superior para preenchimento imediato. Também haverá formação de cadastro reserva, de acordo com o edital. As oportunidades abrangem cargos administrativos e diversas áreas da saúde, desde técnicos em Enfermagem, assistentes sociais e radiologistas até médicos especialistas. No total, são mais de 50 especialidades disponíveis, incluindo clínico geral, pediatra, cardiologista, ortopedista e psiquiatra. Os aprovados serão lotados em unidades da rede estadual de saúde conforme a necessidade do estado. Os salários variam de R$ 3.615,96 a R$ 8.294,28, de acordo com a função e a carga horária, que pode ser de 30 ou 40 horas semanais.

Se você já atua na área de Saúde e ficou interessado no concurso da SES-SE, atente-se aos prazos: as inscrições começam em 11 de março e vão até 9 de abril. Para participar, basta inscrever-se pelo *site* do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC). As taxas de inscrição custam R$ 80 para cargos de nível médio e técnico; e R$ 150 para os de nível superior. Quanto à avaliação, todos os candidatos farão uma prova objetiva no dia 1º de junho, de múltipla escolha, com questões sobre Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Legislação e conhecimentos específicos. Já os cargos de nível superior contarão com uma etapa adicional de avaliação de títulos.

Pelo *QR Code* acima, acesse o edital da Secretaria da Saúde de Sergipe

Foto: Cecília Bastos/USP Imagens

Candidatos dos dois certames responderão questões de Língua Portuguesa e de conhecimentos específicos; provas acontecem em junho

Concurso nacional

Para quem busca uma carreira federal, a Susep está com 75 vagas imediatas para analista técnico e formação de cadastro reserva. O processo será conduzido pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção ede Promoção de Eventos (Cebraspe) e terá provas aplicadas em todas as capitais do país. Os candidatos aprovados atuarão em Brasília ou em São Paulo, dependendo da área escolhida. Segundo o edital, o concurso está dividido em quatro especialidades: Contabilidade Pública; Direito, Políticas Públicas e Desenho Institucional; Supervisão e Regulação de Mercados; e Tecnologia da Informação e Ciência de Dados.

Com jornada de trabalho de 40 horas semanais, o futuro analista técnico da Susep receberá um total de R$ 18.033,52. As inscrições vão até 10 de março e devem ser realizadas pelo *site* do Cebraspe, mediante pagamento de taxa no valor de R$ 150. A avaliação contará com provas objetiva e discursiva, ambas previstas para 8 de junho, além de análise de títulos para os candidatos de nível superior. As provas terão conteúdos específicos conforme a área escolhida, incluindo Direito, Contabilidade, Economia, Ciência de Dados e Regulação de Mercados.

Pelo *QR Code* acima, acesse o edital da Superintendência de Seguros Privados

Contador define estratégias para saúde financeira das empresas

Falou em contabilidade, logo vem à mente uma pilha de planilhas e balancetes, além de uma rotina de cálculos intermináveis. Mas o trabalho de um contador não se resume a somar e subtrair: ele interpreta números, prevê cenários e garante que tudo esteja dentro das regras, desde o pagamento de tributos até a análise de investimentos. E, convenhamos, em um país com uma das legislações tributárias mais complexas do mundo, um profissional que entende os caminhos contábeis torna-se peça-chave para que as empresas tomem decisões mais seguras e estratégicas.

No dia a dia, além de dominar os cálculos, o contador precisa ter uma visão analítica, estar sempre atualizado, entender a legislação e, acima de tudo, saber interpretar os cenários econômicos para transformar dados em decisões inteligentes. Esse entendimento amplo é fundamental, pois sem estratégia e precisão, a interpretação pode falhar — e um erro nessa área pode custar caro.

Foto: Carlos Rodrigo

Profissão exige amplo conhecimento jurídico e habilidades com ferramentas digitais

Além dos números

Ser contador é atuar nos bastidores da saúde financeira das empresas. Enquanto o foco de muitos negócios está no crescimento e nas vendas, é o contador que garante que tudo isso esteja dentro da legalidade, equilibrando as contas e reduzindo possíveis riscos. Entretanto, como aponta Denise da Silva Araújo, que atua há 18 anos na área de Contabilidade, essa não é uma tarefa simples. "Um dos maiores desafios é lidar com a falta de capacitação dos empresários. Muita gente abre um negócio sem ter noção das obrigações fiscais e acaba deixando tudo para o contador resolver", explica.

Além disso, existe a sempre intricada questão dos tributos, que, segundo ela, demanda atenção redobrada. "A legislação muda o tempo todo, e acompanhar essas alterações é essencial para evitar problemas". Não por acaso, a rotina de um contador é guiada pelas obrigações fiscais, um extenso calendário de tributos, declarações e auditorias em que qualquer atraso ou deslize pode significar prejuízo. "A rotina do contador gira em torno dos prazos e dos compromissos com o governo. E qualquer atraso pode gerar multas pesadas para os clientes", destaca a contadora.

Qualificação

Para atuar na área, é necessário ter diploma em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade. Durante o curso, os futuros contadores aprendem sobre vários aspectos da área, desde os fundamentos da Contabilidade Geral e Auditoria até temas mais específicos, como Controladoria e Tributos. Além da atuação em empresas privadas, escritórios de contabilidade e órgãos públicos, o profissional pode se especializar em segmentos como Auditoria, Controladoria, Perícia Contábil, Planejamento Tributário e Consultoria Financeira. E, obviamente, cada uma dessas áreas exige um aprofundamento técnico, que pode ser obtido por meio de especializações e certificados.

Contudo, para se destacar no mercado, o principal mesmo é manter-se atualizado para acompanhar as mudanças tributárias e o avanço das ferramentas digitais, que vêm automatizando cada vez mais os processos contábeis. "O que diferencia um bom contador é ter um conhecimento profundo das exigências, tanto do governo quanto das empresas. Não basta só entender os números, é preciso oferecer um atendimento diferenciado, porque cada cliente tem uma necessidade específica", ressalta. Porém, como absorver todos os detalhes do universo contábil seria impossível sozinho, Denise da Silva Araújo reforça a importância de contar com suporte especializado em Legislação Tributária, como as plataformas Econet, IOB e FiscoWeb, que são referência no assunto. Entre as competências mais valorizadas na área, ela acredita que "não dá para ser contador sem ter um bom domínio de informática e um conhecimento jurídico sólido".

Chance valiosa

Se você já trabalha na área contábil ou está planejando ingressar no serviço público, agora é a hora de ampliar suas possibilidades. Uma das oportunidades mais atrativas vem da Superintendência de Seguros Privados (Susep), com três vagas disponíveis em Brasília e salário inicial de R$ 18.033,52. Para concorrer, é necessário ter graduação em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade.

> Contar com um profissional que entende os caminhos contábeis é fundamental para tomar decisões mais seguras

Selic	Salário mínimo	Dólar $ Comercial	Euro € Comercial	Libra £ Esterlina
Fixado em 29 de janeiro de 2025	R$ 1.518	+0,46%	+0,09%	+0,27%
13,25%		R$ 5,731	R$ 5,995	R$ 7,239

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Janeiro/2025	0,16
Dezembro/2024	0,52
Novembro/2024	0,39
Outubro/2024	0,56
Setembro/2024	0,44

GERAÇÃO PRÓPRIA

Energia solar proporciona economia para negócios

Modelos de compartilhamento tornam a opção viável também para residências

Bárbara Wanderley
babiwanderley@gmail.com

Foto: Divulgação/Coopsolar

Paraíba possui 126 usinas fotovoltaicas em funcionamento, que podem gerar quase 5 GW

O estado da Paraíba acaba de registrar mais de 449 Mega-Watts (MW) de potência instalada na geração própria solar, de acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). A Paraíba possui mais de 36 mil conexões operacionais de energia solar em telhados e pequenos terrenos, espalhadas por todos os municípios do estado.

Atualmente são mais de 64 mil consumidores de energia elétrica que já contam com redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica. Desde 2012, a modalidade já proporcionou à Paraíba a atração de R$ 2,2 bilhões em investimentos, geração de mais de 13,4 mil empregos e a arrecadação de R$ 600 milhões aos cofres públicos.

O empresário Sérgio Junqueira, proprietário do bar e restaurante Bessa Brasil, em João Pessoa, começou a usar a energia fotovoltaica em seu estabelecimento há oito meses e avalia que, com isso, tem uma economia de cerca de 80% na conta. "Mesmo com os impostos que temos que pagar ainda vale muito a pena", comentou. Ele acredita que em cerca de três anos já é possível compensar o investimento inicial no sistema.

Já a empreendedora Gerlane Pinho contou que há dez meses está usando energia solar em sua soparia, a Calditos, em João Pessoa. A conta, que antes ficava em torno de R$ 900, baixou para R$ 145, e ela acredita que já conseguirá recuperar o investimento realizado em cerca de dois anos. "Vale muito a pena. Com a economia fiz outros benefícios para o nosso negócio e para o nosso conforto", afirmou.

Em casa

O fotógrafo Ortilo Antônio, que há três anos contratou a instalação de um projeto que contempla a casa dele e os apartamentos das duas filhas, em João Pessoa. O sistema, que custou R$ 54 mil, o equivalente a R$ 18 mil por residência atendida, foi projetado para gerar 1.350 kW por mês, mas com a alta incidência de sol acaba gerando ainda mais, conforme explicou o fotógrafo. "Tem mês que gera 1.750 kW. E a gente não chega a usar isso tudo", contou.

Satisfeito com sua escolha, ele contou que antes de instalar as placas pagava entre R$ 300 e R$ 400 de conta de energia, só em sua casa, e não tinha ar-condicionado. "Só coloquei ar-condicionado em casa depois da energia solar".

Atualmente, ele afirmou que paga cerca de R$ 60 por mês relativos ao serviço de distribuição da Energisa e ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é direcionado ao Governo do Estado.

Com o projeto, Ortilo Antônio conseguiu beneficiar também as duas filhas, que moram em apartamentos e não teriam espaço para instalar as placas solares, que ficam no telhado na casa dele.

Uma opção para quem vive em apartamentos e se interessa pelo uso da energia fotovoltaica são as cooperativas. Em João Pessoa, a Coopsolar é pioneira nesse ramo. O diretor presidente da Coopsolar, Eduardo Braz, explicou que existem três formas de utilizar a energia gerada por radiação solar: a geração na própria unidade consumidora, a geração em outra propriedade da mesma pessoa, e a geração compartilhada, que é utilizada na cooperativa.

Nesse caso, um grupo de cooperados se une para investir na construção de uma usina de energia solar e passa então a ter direito a uma parte da energia gerada por ela. "Vamos supor que eu precise de 10% da energia que a usina é capaz de gerar. Então eu vou assumir as despesas equivalentes a 10% da operação", exemplificou Eduardo Braz.

De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, a Paraíba possui 126 usinas de energia fotovoltaica em funcionamento, outorgadas para gerar quase 5 GW de energia elétrica. A Coopsolar, que é sediada em João Pessoa, possui quatro usinas em funcionamento, localizadas em Praia Bela, Lucena, Conde e Boqueirão.

Cooperativas e assinaturas são opções possíveis de financiamento

A Coopsolar também conta com uma modalidade de assinatura. Nesse modelo, o consumidor não precisa investir em nada, apenas assinar um contrato, que garante 15% de desconto em relação ao valor que seria cobrado pela Energisa.

"Esse cliente aqui, por exemplo, a conta deu R$ 4.697, mas ele vai pagar R$ 469 a menos", relatou. Segundo ele, essa modalidade compensa financeiramente para clientes que consomem a partir de R$ 400 de energia por mês.

Foto: Ortilo Antônio/Arquivo pessoal

Ortilo aproveitou economias guardadas para evitar juros

O fotógrafo Ortilo Antônio contou que, na época que contratou seu projeto de energia solar, tinha dinheiro guardado para pagar à vista pelo sistema, o que o tornou ainda mais vantajoso financeiramente, já que ele não precisou pagar juros. Para quem não tem essa disponibilidade financeira, porém, existem linhas de crédito específicas para financiar esse tipo de projeto.

Um exemplo é o FNE Sol, programa do Banco do Nordeste que financia projetos de micro e minigeração distribuída de energia por fontes renováveis, inclusive de forma isolada, para consumo próprio ou destinados à locação.

De acordo com a assessoria de comunicação do banco, em 2023; foi contratado o montante de R$ 337,5 milhões em financiamentos, para 460 operações. Em 2024, o montante foi de R$ 441,8 milhões em financiamentos, para 549 operações, o que representa um crescimento de 19,3% em número de operações e de 30,9% em valor total.

Os números englobam operações desde pessoa física até empresas de grande porte que utilizaram crédito para essa finalidade. As contratações realizadas pelo Banco do Nordeste atendem empresas de todos os portes do mercado, produtores rurais e pessoas físicas, que podem financiar todos os componentes dos sistemas de micro e minigeração de energia elétrica fotovoltaica. Também é disponibilizado para o público interessado, a implementação de outras fontes sustentáveis de energia, como a eólica, de biomassa ou pequenas centrais hidroelétricas (PCH).

As aquisições do sistema integrado de painéis fotovoltaicos ocorrem pelas linhas de crédito do FNE Sol, FNE Verde e FNE Inovação. A depender do porte da empresa e do projeto a ser financiado, os prazos de carência podem chegar a até seis meses e o tempo para quitação das parcelas pode chegar a até 12 anos.

Economia em Desenvolvimento

Amadeu Fonseca
amadeu.economista@gmail.com | Colaborador

O potencial da indústria alimentícia

O setor de alimentos e bebidas registrou um crescimento de 9,98% no faturamento em 2024, totalizando R$ 1,277 trilhão, consolidando-se como uma das forças da economia brasileira. Com 10,8% de participação no PIB, a indústria foi impulsionada pelo aumento da produção (+3,2%) e pela maior circulação de renda, o que fortaleceu o consumo interno, responsável por 72% do faturamento total. Esse cenário de expansão abre oportunidades para cidades em crescimento, como João Pessoa, que se destaca pelo dinamismo econômico e pelo avanço do mercado de trabalho.

Segundo o Caged, João Pessoa registrou um saldo positivo de 13.715 novos empregos formais em 2024, alcançando um estoque de 212.680 vagas. Com crescimento de 6,89%, a capital paraibana ocupou a 4ª posição entre as capitais brasileiras, superando a média do Nordeste (4,34%) e a nacional (3,72%). Esse avanço reflete diretamente na demanda por bens de consumo, tornando João Pessoa um ambiente atrativo para novos investimentos na indústria alimentícia e no varejo alimentar.

O *food service* (+10,4%) e o varejo alimentar (+8,8%) foram os segmentos de maior expansão no setor. O aumento da demanda por refeições fora de casa e a modernização da distribuição de alimentos indicam um mercado promissor para João Pessoa, uma cidade turística e em ascensão. Redes de restaurantes, *fast foods* e franquias do setor encontram um ambiente favorável para crescimento, impulsionado pelo aumento do poder de compra e pelo fortalecimento do consumo.

> **Os aportes na indústria de alimentos, em 2024, demonstram o potencial de expansão do setor**
>
> Amadeu Fonseca

Além disso, 62% dos alimentos produzidos pela agricultura e pecuária são processados pela indústria de alimentos, o que cria oportunidades para cidades que desejam fortalecer sua cadeia produtiva local. João Pessoa pode investir na industrialização de alimentos, aproximando produtores regionais do varejo e reduzindo a dependência de produtos de outras regiões, gerando empregos e fortalecendo a economia local.

Os investimentos da indústria de alimentos, que somaram R$ 38,7 bilhões em 2024, demonstram o potencial de inovação e de expansão do setor. Com R$ 24,9 bilhões direcionados à modernização e R$ 13,8 bilhões para fusões e aquisições, as empresas buscam crescer e consolidar presença no mercado. Para João Pessoa, atrair investimentos desse setor pode consolidá-la como um polo estratégico no Nordeste, beneficiando empreendedores, distribuidores e a população em geral.

A indústria de alimentos, resiliente mesmo em períodos de crise, continua expandindo e oferecendo novas oportunidades. Cidades como João Pessoa, com um mercado de trabalho aquecido e um setor de consumo em alta, têm grande potencial para absorver esse crescimento. Seja na ampliação do *food service*, no fortalecimento do varejo alimentar ou na valorização da produção local, há espaço para inovação e novos negócios, gerando empregos e fortalecendo o desenvolvimento econômico da região.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Governo inicia aquisição de produtos

Mercadoria é comprada de agricultores familiares, priorizando as mulheres, e doada no próprio município

Foto: André Oliveira/MDS

Serão priorizados os projetos agroecológicos, assim como as propostas de indígenas, de quilombolas e de povos tradicionais

Teve início essa semana o recebimento de propostas para comercializar a produção agrícola a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), voltado aos agricultores familiares. Com recursos repassados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a Companhia Nacional de Abastecimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Conab/MDA) receberá os projetos até 20 de março.

Os critérios de pontuação para participar do PAA, neste ano, foram definidos pelo Grupo Gestor do Programa (GGPAA) e publicados no Diário Oficial da União da terça-feira (18). Envio das propostas deve ser feito pelo PAANet no endereço eletrônico: https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/paanet.

A chamada anunciada tem como objetivo a aquisição de alimentos para serem doados a pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio da rede socioassistencial e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, como Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, por exemplo.

Os alimentos são comprados de agricultores familiares e doados no próprio município. Com isso, além de combater a insegurança alimentar em cada território, atendendo localmente quem mais precisa de comida no prato, o PAA movimenta a economia local dos municípios, gerando renda e melhorando as condições de vida de famílias agricultoras, indígenas, comunidades quilombolas, entre outros povos e comunidades tradicionais Brasil afora.

Confirmando o compromisso de incentivar o protagonismo das mulheres do campo, das águas e das florestas, as propostas para o PAA devem contar com no mínimo 50% de participação feminina. Além disso, quanto mais mulheres participarem das propostas, maior será a pontuação a ser recebida. Também serão priorizados os projetos com maior envolvimento da juventude rural.

Ainda serão prioritários os projetos agroecológicos e orgânicos, assim como as propostas com participação de indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais (PCTs) e de assentados/as da reforma agrária.

Projetos apresentados

Outro critério estabelecido para as contratações deste ano refere-se às organizações que já possuem propostas do Programa firmadas com a Conab nos últimos dois anos. Nesse sentido, adotando como referência a data de fechamento do sistema, qual seja, 20 de março, as organizações contratadas que possuem execução acima de 70% e as organizações que apresentaram projetos em 2023 e 2024 e que não foram contratadas receberão 1 ponto; e as que possuem execução entre 50% e 69,9% receberão 0,5 ponto.

Além disso, as propostas de até R$ 500 mil também terão pontuação diferenciada, recebendo 2 pontos, de forma a incentivar que um maior número de produtores e produtoras familiares participem do Programa.

Documentação

Entre as documentações exigidas, tanto as cooperativas e as associações quanto seus cooperados e associados devem ter a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP jurídica ou familiar) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF jurídica ou familiar).

No caso de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais também é aceito o Número de Identificação Social (NIS), e para os assentados é permitido o uso do Registro de Beneficiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Cada organização fornecedora poderá acessar o limite de R$ 1,5 milhão por ano, sendo o limite por agricultor familiar é de R$ 15 mil. Em caso de dúvidas ou de necessidade de outras informações sobre a elaboração e a inscrição dos projetos, as cooperativas podem procurar as superintendências regionais da Conab em cada estado.

> Os critérios de pontuação para participar do PAA, neste ano, foram definidos pelo Grupo Gestor do Programa e publicados no Diário Oficial

A Compra com Doação Simultânea tem como finalidade o apoio aos agricultores familiares, por meio de cooperativas e associações, a partir da compra de sua produção. Os alimentos adquiridos são destinados ao abastecimento da rede socioassistencial e de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, como restaurantes populares e cozinhas solidárias.

Acordo entre Conab e BNDES visa ampliação de armazéns

Aprimorar e ampliar a eficiência operacional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a partir de recursos obtidos pela desmobilização de nove imóveis já não utilizados pela estatal. Este é o objetivo do acordo firmado no último dia 12 entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A expectativa é que com esta iniciativa haja um incremento da capacidade operacional na ordem de 33%, saindo de 900 mil toneladas para 1,2 milhão de toneladas.

"Temos a necessidade de ampliar nossa capacidade operacional e encontramos uma solução mais rápida, com mais segurança financeira, que é o objetivo do acordo assinado com o BNDES. É a valorização e a recuperação dos ativos da Companhia. Serão frutos dos primeiros investimentos os imóveis em Goiás (Rio Verde, Pontalina e Goiânia), no Distrito Federal (Brasília), em Mato Grosso do Sul (Campo Grande), em Mato Grosso (Sorriso e Rondonópolis) e em Minas Gerais (Uberlândia). Serão 33% a mais de capacidade de armazenamento", destacou o presidente da Conab, Edegar Pretto.

Além do presidente da Companhia, participaram da cerimônia de assinatura do contrato o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira; a diretora Administrativa, Financeira e de Fiscalização da Conab, Rosa Neide; o diretor de Operações e Abastecimento da estatal, Arnoldo de Campos; o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa; a superintendente da área de Soluções para Cidades do Banco, Luciene Machado; e o diretor de Governança e Informação da Embrapa, Alderí Emidio de Araújo.

Segundo o documento assinado nesta quarta-feira (19), caberá ao BNDES apresentar uma modelagem de negócio à Conab de forma a viabilizar parcerias com os setores público e privado a fim de desmobilizar imóveis que geram gastos de manutenção para a estatal, mas não atendem às demandas atuais. Em um primeiro momento, nove imóveis, sendo oito armazéns desativados e um pavimento comercial, serão objetos de análise. Os bens estão avaliados em torno de R$ 175 milhões. "É um projeto de valorização de ativos e aumento de investimentos da Conab", ressaltou Barbosa.

Os recursos provenientes da desmobilização serão utilizados para a modernização dos armazéns da Companhia em atividade, ampliando a capacidade operacional da empresa. Nessa primeira ação, oito unidades armazenadoras localizadas em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Distrito Federal devem ser contempladas com melhorias.

"A Conab está fazendo uma estruturação financeira que possibilite aumentar a sua capacidade de armazenamento, por meio do BNDES. Estamos em uma operação de fortalecimento da Conab e um equacionamento financeiro que não requererá recursos orçamentários", reforçou o ministro do MDA.

Além de aprimorar a eficiência, a iniciativa visa reduzir custos, agilizar processos e garantir, ao mesmo tempo, a continuidade das ações públicas desempenhadas pela Companhia. O contrato possui validade de 36 meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 60 meses.

> **A Conab está fazendo uma estruturação financeira que possibilite aumentar a sua capacidade de armazenamento, por meio do BNDES**
>
> Paulo Teixeira

Fotos: Divulgação/MDS

Expectativa é que haja um incremento da capacidade operacional de 900 mil toneladas para 1,2 milhão de toneladas

MEMÓRIA CULTURAL DA PB

Tecnologia a serviço da preservação

Parceria garante o uso de novas tecnologias para recuperar, organizar e disponibilizar o acervo de José Américo

Ascom Secties

A união estratégica entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior do Estado da Paraíba (Secties-PB) e a Fundação Casa de José Américo mantém o projeto de preservação da memória do escritor, político e professor universitário José Américo de Almeida (1887–1980) chamado "Preservação da Memória e Difusão Educativa, Cultural e Científica do Acervo da Fundação Casa de José Américo".

O projeto foi executado via edital, com um investimento total de R$ 911 mil, financiado pelo Governo do Estado por meio da Secties e da Fundação de Apoio à Pesquisa (Fapesq). A iniciativa utiliza tecnologia para recuperar, organizar e disponibilizar digital e fisicamente esse importante acervo para a população.

Diante de um patrimônio cultural que faz parte da história da Paraíba e do Brasil, zelar por esse material é um compromisso cívico. O conjunto de itens abrange desde o museu situado na casa onde o escritor morou em João Pessoa, o conteúdo da obra impressa, suas relações com a música, com a política, até o estudo da caligrafia incompreensível de José Américo no fim de sua vida, com base em documentos originais. É uma riqueza acessada internacionalmente, de grande valor para a história política e cultural local, regional e nacional.

O secretário da Secties, Claudio Furtado, ressalta a importância do investimento na preservação histórica. "A tecnologia é uma grande aliada na conservação da memória e no acesso a documentos históricos. Com esse projeto, garantimos que a rica história da Paraíba continue viva, sendo preservada para as futuras gerações, e acessível a pesquisadores do mundo todo", afirma Furtado.

Iniciado em 2022, o projeto abrange diversas áreas, organizadas em subprojetos que, atualmente, formam sete núcleos de pesquisa, resultado do edital. Em resposta à iniciativa da Gerência Executiva de Documentação e Arquivo da Fundação Casa de José Américo para realizar esse resgate, o projeto será ampliado neste ano, com um investimento de mais de R$ 1 milhão. Esse novo aporte financeiro garantirá a continuidade dos núcleos existentes e viabilizará a criação de uma nova área de estudo: a Arqueologia.

A coordenadora-geral do projeto, Lúcia Guerra, gerente de Documentação e Arquivo da FCJA, enfatiza que a Fundação tem como missão ser promotora e realizadora de pesquisas e ter produção científica e literária. "A partir da parceria com a Secties, a Fundação está colocada de novo nesse patamar de instituição de pesquisa. Além da renovação dos atuais sete núcleos de pesquisa e que integram o grande projeto, será formado o núcleo de Arqueologia. A Fundação recentemente inaugurou um núcleo de estudos arqueológicos e irá ampliar para essa nova área", salienta Lúcia Guerra.

Fotos: Mateus de Medeiros

Jornalista e presidente da Fundação Casa de José Américo, Fernando Moura é acompanhado pelo secretário da Secties Claudio Furtado durante a visita às instalações da FCJA

Projeto vai permtir a mudança do analógico para o digital

O uso de novas tecnologias permite a preservação e disponibiliza o acesso a documentos originais e inéditos. O projeto permitiu a mudança de suportes físicos e analógicos de documentos impressos e audiovisuais para o formato digital, a criação de banco de dados e a utilização de plataformas digitais de códigos abertos, como Archivematica e AtoM, ambos credenciados pelo Conselho Internacional de Arquivos, entre outras plataformas.

Um exemplo da importância desse trabalho é a recuperação dos escritos de José Américo no fim de sua vida, quando sua caligrafia tornou-se quase ilegível devido a problemas de visão. Os pesquisadores estão analisando os padrões das letras para decifrar esses documentos, que antes eram inacessíveis. Segundo Lúcia Guerra, "quando digitalizamos um documento, podemos ampliar, ajustar contrastes e limpar a imagem para tornar os traços mais nítidos. Muitos manuscritos estão em papéis extremamente frágeis, e a digitalização evita o manuseio excessivo, prolongando sua conservação".

Para essa tarefa, uma digitalização eficiente e o arquivamento de dados é substancial. De acordo com a gerente-executiva de Documentação e Arquivo da Fundação e coordenadora-geral do projeto, Lúcia Guerra: "Quando o documento está digitalizado, é possível ampliar, usar contrastes, limpar, para ter mais clareza dos traços. Todos esses manuscritos estão em papéis frágeis, se desmanchando, ressecados. Então se digitalizou tudo para não ficar manuseando. Para você traduzir um documento dele, você passa tempos e tempos manuseando esse documento".

Formação acadêmica

A parceria entre a Secties e a FCJA foi articulada entre o presidente da Fundação, Fernando Moura, e o secretário da Secties, Claudio Furtado. O projeto "Preservação da Memória e Difusão Educativa, Cultural e Científica do Acervo da Fundação Casa de José Américo" reúne sete núcleos de pesquisa, cada um coordenado por professores da Universidade Federal da Paraíba, do Instituto Federal da Paraíba e da Universidade Estadual da Paraíba. Ao todo, são 14 bolsistas de iniciação científica e 14 pesquisadores com, no mínimo, mestrado e a maioria com doutorado, além de sete professores que são os coordenadores e a coordenação geral. No total, 38 profissionais estão integrados aos trabalhos.

Pesquisas e entrevistas foram realizadas em cidades paraibanas como Areia, Bananeiras, Campina Grande e João Pessoa, além de Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ). Os resultados estão sendo divulgados em eventos acadêmicos, periódicos científicos e livros, incluindo *e-books* em fase de conclusão.

Essas atividades na FCJA abrem um campo de estágio para os alunos do Programa Limite do Visível, desenvolvido pela Secties em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Oriundos dos cursos tecnólogos em Análise de Desenvolvimento de Sistemas e Ciência de Dados, 30 alunos desses cursos estão fazendo o primeiro estágio na Fundação.

"Queremos consolidar esse campo", afirma Lúcia Guerra. A coordenadora de estágio da UEPB, a professora Esmeraldas Sales, é responsável pela supervisão do estágio. Os estagiários estão colaborando em como pensar o nosso museu, o arquivo, como ficar mais interativo… Esperamos que outras turmas venham".

Nesta reunião, com a presença de Claudio Furtado, foram discutidos detalhes dos procedimentos adotados para o projeto

Foto: Maurício Melo

Animais adaptam-se facilmente ao hábitat, desde que o local cumpra requisitos que supram suas necessidades básicas

CAPIVARA

Maior espécie de roedores que existe

Mamíferos têm hábitos semiaquáticos, precisam de capim para a alimentação e vivem próximos a fontes de água

Carolina Olivera
marquesdeoliveira.carolina@gmail.com

A capivara possui uma história evolutiva ligada ao grande intercâmbio da fauna americana. Hoje em dia, a espécie existente chama-se *Hydrochoerus hydrochaeris*, isso significa "comedor de capim, que ama o capim". O biólogo Martin Roberto Alvarez, que fez estudos de doutorado sobre capivaras, descreve esses mamíferos como os maiores roedores existentes atualmente. Com hábitos semiaquáticos, eles passam muito tempo na água e possuem algumas adaptações para a natação, como membranas entre os dedos.

Apresentam, alinhados na parte superior da cabeça, o focinho, os olhos e as orelhas, mantendo o corpo submerso por muito tempo. Deixam apenas essas partes acima do nível da água, "se mantendo mais atentos ao entorno", explica o especialista. São animais que têm uma gestação prolongada, de cerca de cinco meses. A fêmea chega a parir em torno de três a cinco filhotes, que nascem consideravelmente desenvolvidos, com pelos e boa locomoção. Com duas semanas de vida, os filhotes já começam a ingerir alimentos sólidos

As capivaras são animais de hábitos semiaquáticos, o que impõe a necessidade de ficarem próximos a corpos de água, principalmente fontes doces, mas não necessariamente de grandes rios. Os rios menores e lagoas, por exemplo, são ambientes que podem atrair a presença de animais dessa espécie. "As capivaras vão estar então, nesses ambientes naturais. Elas vão respondendo às pressões de caça, e apresentam extensa capacidade migratória. Em vida silvestre são animais de hábitos crepusculares a noturnos, e em ambientes com muita pressão predatória, priorizam os hábitos noturnos como mecanismo de autopreservação", explica o pesquisador.

O biólogo destaca que as capivaras "necessitam de água, de capim para se alimentar, e de espaços de sombra para descanso e refúgio, além de relativa tranquilidade, preferindo estar distantes de ambientes com circulação de cachorros e pessoas, por exemplo". Quando esses requerimentos de hábitat são supridos, a espécie demonstram fácil adaptação.

Acontece também, em áreas onde ocorrem enchentes, a aproximação das capivaras, que se adaptam às condições propícias encontradas. "Mesmo quando esses locais voltam às suas condições anteriores, é possível que a comunidade de animais permaneça", a depender do nível de provimento dos requerimentos de hábitat, e da situação predatória.

Os ambientes de cativeiro, são pensados levando em consideração essas necessidades: um corpo de água, que pode ser artificial, como uma piscina, e a alimentação e o espaço terrestre adequados. No Brasil, existem possibilidades de criação em cativeiros, até para fins comerciais, desde que sejam seguidas as legislações vigentes, "o criador tem que estar autorizado, toda a cadeia de produção precisa seguir as determinações e ter o reconhecimento das instituições pertinentes, como o Ibama".

O fato de se encontrar, em pontos de uma certa cidade ou região metropolitana, uma lagoa, uma área com capim e certa tranquilidade, já faz desse ambiente, um local compatível, que potencialmente pode atrair capivaras, em grandes cidades inclusive. Muitas áreas ribeirinhas já recebiam as capivaras, o que mudou, foi o avanço do ambiente urbano e da proximidade da atividade humana nesses locais, fruto da expansão das cidades.

"Começamos a construir e ocupar esses ambientes, então nós é que devemos nos adaptar ao convívio com esses habitantes anteriores dos territórios. Somos nós, humanos, os intrusos em muitos casos".

Martin Roberto ressalta que muito do que se observa, hoje em dia, com relação à situações de risco sanitário e de surgimento de novas zoonoses, possui forte relação com esses processos de expansão das fronteiras urbanas, agrícolas, e de atividade antrópica em que antes estavam hábitats naturais de espécies silvestres.

Animais são encontrados na América do Sul

As capivaras contam com uma extensa distribuição geográfica. Estão fortemente presentes na América do Sul, com exceção do Chile, onde não são encontradas naturalmente, por causa da localização geográfica a oeste da Cordilheira dos Andes. Martin Roberto Alvarez observa que elas possuem uma taxa de reprodução elevada, "têm a capacidade de colonizar ambientes e se alimentar sem dificuldades. E não se tratam, portanto, de animais que estejam sob ameaça de extinção".

Podem surgir, porém, conflitos entre esses animais e os humanos. Seja pela febre maculosa, que exige cuidado, ou porque a atividade e a presença humanas podem afetar a vida das capivaras. O especialista assegura que "Na medida em que a gente conseguir manter esse equilíbrio e coexistência pacífica", não restarão preocupações em relação à segurança das interações e à preservação desses animais.

Foto: Arquivo pessoal/João Abraão

Capivaras são avistadas na capital paraibana desde 1648

Observa-se uma mudança de perspectiva em relação a esse animal. "Algum tempo atrás, a capivara era majoritariamente vista como recurso natural, inclusive como fonte de proteína, para populações amazônicas afetadas pela defaunação na Venezuela", exemplifica Martin Roberto. Globalmente, a percepção sobre esses animais deslocase para a apreciação de um convívio amistoso e até recreativo.

Vistos de maneira mais lúdica, enquanto animais "fofos", curiosos e interessantes, eles podem se manifestar com vocalizações divertidas. "Em países como o Japão, por exemplo, se pode tomar um café com capivaras, assim como já fazem com os gatos". Tem surgido também muitos memes com as capivaras, que destacam as peculiaridades e a afabilidade do temperamento que podem adquirir quando são domesticados, e criados para isso, podendo se tornar próximos e recíprocos aos humanos.

Contudo, é importante destacar que a capivara não é um animal doméstico, e sim silvestre, mas que pode ser domesticado, em alguns casos. No Brasil, não se pode criar animais silvestres em cativeiro sem ter a devida autorização do Ibama, condicionada ao seguimento de padrões estabelecidos para proteção da fauna. Martin Roberto detalha que o país contempla três tipos de criadouros: o comercial, o científico e o conservacionista.

Fora dessas categorias, "se não houver a autorização, registro, toda documentação, relatórios e burocracia necessária para proteção da fauna silvestre, não é permitida a apropriação de seres da fauna, que pertencem ao Brasil. Quando você se apropria de uma parte dessa fauna, e você está prejudicando o patrimônio natural do país, isso é proibido e tem o sentido lógico de que não se pode pegar algo que é de todos para benefício próprio", conclui.

João Pessoa

A frequência desses animais em João Pessoa e região nunca foi estimada cientificamente, mas tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas temos relatos do aumento de avistamentos, inclusive, algumas ocasiões em que atacam plantações de cana-de-açúcar. O biólogo Pedro Estrela detalha que "se tem registros [da presença] de capivaras na região desde 1648 que é o primeiro registro científico. Ou seja, elas sempre estiveram aqui".

Pedro aponta, ainda, que "as capivaras vão aumentar de população porque não tem predador natural". Ele explica que no ambiente silvestre, a onça pintada é o principal predador de adultos da espécie. "No entanto, a onça pintada está muito provavelmente extinta na Paraíba. Ainda temos registros da onça parda e da jaguatirica, que alguns acham que com seus 10 a 15kg é filhote de onça". Os animais jovens podem ser predados por outros carnívoros de menor porte, mas esses predadores estão desaparecendo da área urbana.

Segundo Petro Estrela, a expansão urbana de João Pessoa talvez esteja colaborando com a aglomeração dos indivíduos desta espécie em alguns locais ainda preservados. O que está os tornando mais visíveis. "No momento, é necessário um estudo para testar estas hipóteses", completa.

Bichos são hospedeiros de carrapato que transmite a febre maculosa

Existe uma doença chamada febre maculosa, que recebe esse nome justamente por provocar febre e manchas, máculas, avermelhadas na pele da pessoa infectada. Conforme detalha o biólogo Martin Roberto Alvarez, o problema de saúde é causado pela bactéria *Rickettsia*, transmitida pela picada dos carrapatos-estrela. "Esses carrapatos se alimentam do sangue de vários animais, inclusive das capivaras", sendo bastante frequentes, portanto, em ambientes em que se encontram comunidades de animais da espécie.

Quando humanos se aproximam desses ambientes, e dos animais, pode-se entrar em contato, "pegar" esses carrapatos, que possuem um ciclo de vida específico, fixando-se na vegetação. "Além disso, cães e cavalos também podem ser agentes intermediários nesse ciclo". Para que o carrapato chegue a transmitir a bactéria, precisa ter se fixado por um período de tempo considerável.

Se tomamos precauções, como vestir roupas e calçados mais protetivos em atividades ao ar livre, reduzimos consideravelmente as chances de pegar o carrapato e também, consequentemente, contrair a bactéria. "Trata-se de uma coexistência evolutiva entre os organismos", ressalta Martin. Então, a interação humana deve ser pautada pela cautela e autopreservação, mas também respeito às espécies e aos seus hábitats.

Foto: Maurício Melo

Roedores têm a taxa de reprodução elevada, com três a cinco filhotes por gestação

PRISCILLA DANTAS

Uma paraibana no futebol saudita

Jogadora defende as cores do Neom Sports Club, que, no momento, lidera a tabela da Segunda Divisão da Arábia Saudita, mas já jogou em vários clubes da Europa

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

A palavra "gênese" pode ser definida como "um conjunto dos fatos ou elementos que concorrem para a formação de alguma coisa". No caso da carreira futebolística de Priscilla Dantas, esse ponto de partida foi vivenciado ainda na infância, quando, influenciada pelo pai e pelo irmão, ela sentiu-se atraída e começou a jogar futsal em quadras da capital paraibana.

"Meus primeiros anos foram jogando misturada com o masculino nas escolas que estudei na minha cidade, em João Pessoa. A partir dos 12 anos, com o treinador Guilherme Paiva, fiz parte da equipe de futsal feminina, sendo várias vezes campeã paraibana, escolar e disputando campeonatos brasileiros (HBE, AAPB e Botafogo-PB)", relembra ela.

Hoje, aos 23 anos de idade, ela já acumula diversas experiências em grandes clubes fora do Brasil. Desde o ano passado, a paraibana defende as cores do Neom Sports Club, que, no momento, lidera a tabela da Segunda Divisão da Arábia Saudita. A carreira consolidada, no entanto, não foi um mero acaso, mas decorre dos esforços empregados pela jogadora desde cedo.

"Com 15 anos, cheguei na Europa. Passei pelo CD Hispalis, Ciudad Alcalá, Sevilla FC, Real Betis Balompié e finalizando na União Deportiva Almería. Meu objetivo era conseguir jogar em grandes clubes e assim considero por onde passei. Em um grande desafio, cresci e aprendi muito na Espanha".

Esporte sem verdades absolutas

Mesmo sendo uma só modalidade esportiva, o futebol dá abertura para diferentes estilos de jogo mundo afora. A atleta elenca as peculiaridades de cada lugar pelo qual passou ao longo de sua trajetória.

"Para mim, as principais diferenças, dentro de campo, são os treinamentos, a metodologia, a preparação, os jogos e as características das jogadoras. No futebol brasileiro, se destaca mais o individual que o coletivo, mais técnica do que tática. A ideia das equipes, normalmente, é ofensiva, assumindo muitos riscos. Os campeonatos são equilibrados, difíceis e disputados. As jogadoras são mais habilidosas, fortes e rápidas, ousadas, essência do Brasil. No espanhol, trabalhamos muito fisicamente e os conceitos táticos. Se destaca o nível coletivo da equipe, mais que o nível individual. A ideia de jogo é mais controlada, evitando riscos e realizando as jogadas planificadas e, sobretudo, o conhecimento dos treinadores, seus ensinamentos e cobranças com respeito ao que foi trabalhado, intensidade e disciplina", avalia.

"Ainda está sendo o 'começo' do futebol feminino aqui [na Arábia Saudita], mas nós, jogadoras estrangeiras, carregamos o maior peso, a maior responsabilidade pela equipe, sendo o destaque. As jogadoras sauditas, a maioria teve o seu primeiro contato com a bola após os seus 20 anos. Nos treinamentos, trabalhamos conceitos e fundamentos sobre técnica e tática básicos para que se desenvolvam. Na Primeira Divisão, observamos um desequilíbrio entre o nível das equipes. Acima de nós, está a Premier League. Estamos em primeiro lugar, em busca do acesso à Premier. Somos espelhos para elas, referência. É importante passar o melhor de nós, para que elas continuem evoluindo", acrescenta Priscilla.

Vivência sociocultural

Não é somente um novo país, um novo idioma ou uma nova gastronomia. É impossível viver na Arábia Saudita sem notar ou ser influenciada pela cultura, que possui algumas particularidades em relação àquela da terra natal de Priscilla.

"A diferença é um desafio. Para mim, o bom disso tudo é aprender a se adaptar, me leva ao crescimento e me enriquece como pessoa e jogadora. Nós, de fora, tentamos respeitar a sociedade e regras impostas por eles, mas é verdade que muitas 'situações normais', para nós, não são certas para a cultura e religião deles", diz.

"Realmente, impressiona a rigidez da religião, sobre vestimenta, horário de oração etc. Por exemplo, as jogadoras sauditas não usam *shorts* e a maioria se cobre com véus. Outro exemplo: se, em horários de treinamentos ou jogos, houver orações, paramos para que todos realizem, escutamos através dos megafones nas mesquitas da cidade", acrescenta a paraibana.

Próximos passos

A atleta deixa claro que está satisfeita com a nova fase da vida pessoal e esportiva, mas se sente motivada e sonha em alcançar patamares cada vez mais altos dentro das quatro linhas.

"Meu sonho de se tornar jogadora de futebol já foi realizado. Agora, para o futuro, pretendo continuar crescendo, chegar mais alto, viver realizações e grandes conquistas a base de trabalho. Ano passado, dei uma entrevista onde me perguntaram se o meu futuro estava na Espanha, e respondi: 'Creio que sim'. Confiava que meu futuro estava lá, por isso continuava a persistir", pontua.

"Hoje, sou muito feliz aqui, na Arábia. Minha primeira temporada em um novo país, nova cultura, novo clube, novas pessoas, novos desafios e conquistas. Pretendo que parte da minha história seja aqui também. Meu futuro é o futebol, ele me guia. Mas, sim, gostaria de encerrar a carreira em clubes brasileiros, perto da família", afirma ela.

Sonho comum à maioria dos futebolistas, a Seleção Brasileira também está no radar da paraibana. "Sim, sempre sonhei com isso. Representar e carregar a bandeira do meu país seria um tremendo orgulho. Continuarei trabalhando e ilusionada, quem sabe a oportunidade chegue", elucida Priscilla.

A equipe do Neom Sports Club, da Arábia Saudita, onde joga a paraibana Priscilla Dantas

A atleta está satisfeita com a nova fase na vida pessoal, mas sonha em alcançar patamares maiores no futebol

Fotos: Arquivo pessoal

NA FERRARI

Hamilton diz viver "sensação única"

Piloto inglês é o principal destaque da equipe italiana e não vê a hora de estrear na temporada, a partir de março

Agência Estado

O heptacampeão mundial de Fórmula 1, Lewis Hamilton, compartilhou suas primeiras impressões como piloto da Ferrari. Em entrevista ao canal oficial da equipe italiana, o britânico destacou a emoção e a sensação de novidade ao pilotar o carro vermelho.

"Pareceu tudo muito novo. Eu lembro de colocar o macacão, entrar no *cockpit*, e a empolgação que eu tive me lembrou muito da primeira vez em que entrei em um carro de Fórmula 1, quando eu tinha 21 anos. Mas dessa vez foi diferente, porque sempre imaginei como seria entrar no *cockpit* cercado de vermelho", disse Hamilton.

O britânico descreveu o momento como o início de uma nova jornada, comparando a experiência com momentos únicos da vida. "Eu sou consciente de que existem apenas algumas primeiras vezes especiais na vida —o primeiro beijo, o primeiro encontro, o primeiro dia na escola, no trabalho. Eu pensava já ter vivido todos eles, que nada seria novo de novo. Mas, estando nas corridas por tanto tempo, ainda me surpreendo com o quanto eu amo isso", afirmou.

Hamilton destacou a emoção ao sentir a vibração do carro da Ferrari. "É único, e sentir a vibração de um carro da Ferrari pela primeira vez... uau, foi o que colocou o sorriso no meu rosto", completou.

Aos 40 anos, Hamilton está animado com sua nova trajetória na escuderia italiana. O piloto teve o primeiro contato com a equipe em janeiro, na sede da Ferrari, em Maranello. Além disso, realizou alguns testes de pista, incluindo um episódio em que acabou batendo o carro. Nesta semana, ele pilotou pela primeira vez o modelo que será utilizado na temporada 2025.

A primeira corrida de Hamilton com a Ferrari será no Circuito de Melbourne, no Grande Prêmio da Austrália de Fórmula 1, de 14 a 16 de março, na abertura da temporada.

Fotos: Reprodução/Instagram

Sete vezes campeão mundial de pilotos, o inglês Lewis Hamilton quer mais título, agora na Ferrari, para superar Michael Schumacher

CALENDÁRIO 2025

- GP da Austrália 16 de março (1h)
- GP da China 23 de março (4h)
- GP do Japão 6 de abril (2h)
- GP do Bahrein 13 de abril (2h)
- GP da Arábia Saudita 20 de abril (14h)
- GP de Miami 4 de maio (17h)
- GP da Emilia Romagna 18 de maio (10h)
- GP de Mônaco 25 de maio (10h)
- GP da Espanha 1º de junho (10h)
- GP do Canadá 15 de junho (15h)
- GP da Áustria 29 de junho (10h)
- GP da Grã-Bretanha 6 de julho (11h)
- GP da Bélgica 27 de julho (10h)
- GP da Hungria 3 de agosto (10h)
- GP da Holanda 31 de agosto (10h)
- GP da Itália 7 de setembro (10h)
- GP do Azerbaijão 21 de setembro (8h)
- GP de Singapura 5 de outubro (9h)
- GP dos EUA 19 de outubro (16h)
- GP da Cidade do México 26 de outubro (17h)
- GP de São Paulo 9 de novembro (14h)
- GP de Las Vegas 22 de novembro (1h)
- GP do Qatar 30 de novembro (13h)
- GP de Abu Dhabi 7 de dezembro (10h)

O GP da Austrália volta a ser a prova de abertura do campeonato, que terá várias novidades após mudanças no regulamento

FIA anuncia mudanças, com mais testes em 2025

Agência Estado

Buscando mais equilíbrio entre as equipes e atrativos ao público das corridas de Fórmula 1, a Federação Internacional de Automobilismo (FIA) se reuniu nesta semana, em Londres, onde foram definidas algumas mudanças para a temporada que começa em março, com mais testes nas asas flexíveis e *pit stops* obrigatórios para deixar o GP de Mônaco menos burocrático. Regulamentos técnicos também passarão por melhorias.

O encontro, nos escritórios da Formula One Management, em Londres, foi presidido pelo diretor de monopostos da FIA, Nikolas Tombazis, e pelo presidente/*CEO* da Fórmula 1, Stefano Domenicali. Ficaram acertadas as mudanças no Regulamento Técnico, Esportivo e Financeiro de 2025 antes da temporada, com maiores fiscalizações nos carros para evitar "artimanhas" que aumentem a velocidade em pista.

A FIA listou as cinco principais mudanças, duas delas com atenção especial nas asas dos carros: 1) novos testes de deflexão mais rigorosos na asa dianteira serão introduzidos a partir do Grande Prêmio da Espanha; 2) novos testes de deflexão mais rigorosos na asa traseira desde o início da temporada.

A entidade ainda anunciou outras trocas no atual regulamento. São elas: finalização do sistema de arrefecimento do piloto após trabalho realizado entre a FIA e as equipes de Fórmula 1, apoiado por mudanças para definir quando tais sistemas devem ser usados; remoção das limitações no número de caixas de câmbio usadas pelas equipes, pois a confiabilidade dos projetos atuais torna essa restrição obsoleta; uma série de revisões e esclarecimentos nos procedimentos de largada de *sprint* e corrida, incluindo aqueles que abrangem a largada abortada.

"Além disso, com o objetivo de promover melhores corridas no Grande Prêmio de Mônaco, a comissão discutiu propostas para regulamentações específicas e concordou em aumentar o número de *pit stops* obrigatórios na corrida. Essas propostas serão discutidas mais detalhadamente pelo Comitê Consultivo Esportivo nas próximas semanas", informou a FIA.

De acordo com a entidade, que já conta com o aval e contribuição das escuderias, também ocorrerá uma atualização dos regulamentos de 2026, com foco na parte técnica, como unidades de potência no refinamento do desempenho aerodinâmico e na garantia de um gerenciamento de energia mais eficiente para os carros de Fórmula 1. Todas essas mudanças precisam, contudo, de aprovação do Conselho Mundial de Automobilismo da FIA (WMSC). Mesmo com a mudança no calendário, com o GP da Austrália voltando a ser a prova de abertura do campeonato, o retorno da Fórmula 1 em 2025 começa no Bahrein, que será mantido como palco dos testes de pré-temporada.

As equipes usarão o Circuito Internacional do Sakhir para se preparar para a temporada final do regulamento técnico atual durante três dias, entre 26 e 28 deste mês.

GRAMADO SINTÉTICO

Estudo científico não vê risco de lesões

Debate sobre o assunto segue forte nas redes sociais; Palmeiras diz que críticas são rasas e sem base científica

Agência Estado

Foto: Cesar Greco/Palmeiras

O gramado do Allianz Parque, onde o Palmeiras faz seus jogos, vem sendo bastante criticado por jogadores de alto rendimento, como Neymar e Lucas Moura

A manifestação de jogadores, como Neymar, Gabigol e Lucas Moura, contra os gramados sintéticos nos estádios brasileiros reacendeu o debate sobre as consequências que esse tipo de solo pode trazer aos atletas. No texto divulgado pelos atletas em suas redes sociais, é defendido que o material não tem qualidade suficiente para comportar jogos profissionais.

Ao longos dos anos, desde que as gramas sintéticas começaram a ser utilizadas nos estádios, muito se fala sobre o risco de lesões. Não há, contudo, um consenso na área médica quanto à maior incidência de lesões em gramado artificial quando comparado ao natural.

Em 2023, a revista científica inglesa The Lancet analisou mais de mil estudos sobre o tema para concluir que não há uma correlação entre o sintético e o aumento de lesões. Inclusive, de acordo com a publicação, a incidência de problemas físicos nos campos artificiais é menor quando comparado aos naturais — 14% inferior, em média.

"A incidência global de lesões no futebol é menor em relva artificial do que em relva. Com base nestas conclusões, o risco de lesões não pode ser usado como argumento contra a relva artificial quando se considera a superfície de jogo ideal para o futebol", apontou o estudo. No entanto, isso não significa que os atletas que não estão acostumados ao campo sintético não corram riscos.

"No gramado sintético, os pés dos atletas ficam mais presos junto ao campo. Não há a mesma maleabilidade que em gramados naturais", explicou, ao Estadão, Luiz Felipe Carvalho, ortopedista que já tratou lesões de Rodrigo Dourado e Ferreirinha. "Nestes casos, o pé fica preso e o corpo 'roda' por cima do joelho". O ideal seria que os clubes treinassem em ambos os tipos de gramado — como é o caso de Botafogo, Palmeiras e Athletico-PR — para que os jogadores se acostumem ao campo.

Mesmo sem comprovação científica, diversos jogadores colocam-se contra o sintético, desde antes da manifestação do início da semana. Em 2024, por exemplo, o uruguaio Luis Suárez, então atacante do Grêmio, fez um acordo com o clube para não jogar nenhuma partida em gramados artificiais, por medo de prejudicar seu joelho, no qual teve uma série de lesões

Agora, Neymar, outro jogador com extenso histórico de lesões, é um dos nomes que puxa o movimento contra os gramados sintéticos. Além dele, compartilharam o texto nomes como Gabigol, Lucas Moura, Thiago Silva, Cássio e Philippe Coutinho.

"Preocupante ver o rumo que o futebol brasileiro está tomando. É um absurdo a gente ter que discutir gramado sintético em nossos campos. Objetivamente, com tamanho e representatividade que tem o nosso futebol, isso não deveria nem ser uma opção. A solução para um gramado ruim é fazer um gramado bom, simples assim", diz o texto.

"Nas ligas mais respeitadas do mundo, os jogadores são ouvidos e investimentos são feitos para assegurar a qualidade do gramado nos estádios. Trata-se de oferecer qualidade para quem joga e assiste. Se o Brasil deseja definitivamente estar inserido como protagonista no mercado do futebol mundial, a primeira medida deveria ser exigir qualidade do piso que os atletas jogam e treinam. Futebol profissional não se joga em gramado sintético", conclui.

Hoje, na Série A do Brasileirão, os estádios que possuem gramado artificial são o Allianz Parque, do Palmeiras, o Nilton Santos, do Botafogo. Há, ainda, a Ligga Arena, do Athletico-PR, que caiu para a Segunda Divisão. Em breve, a Arena MRV, do Atlético-MG, também terá a implementação do sintético.

O ex-jogador Felipe Melo acatou o movimento de alguns atletas do futebol brasileiro e se posicionou contra o gramado sintético no Brasil.

"Muita gente me perguntando sobre os protestos que os atletas estão fazendo sobre a grama natural e o sintético. Eu joguei durante muito tempo da minha vida sintético quando eu jogava no Palmeiras. E óbvio que o sintético é outro jogo, além de ser, ao meu modo de pensar, prejudicial ao atleta", iniciou o ex-jogador. "Eu paguei muito por isso. Tive lesões importantes. Posteriormente, quando eu fui jogar um jogo contra o Botafogo lá no Engenhão, com 10 minutos de jogo, eu também me machuquei no sintético. Então, eu já vinha há muitos anos falando que eu sou da grama natural, prefiro a grama natural", acrescentou.

Dunga

O grande assunto no futebol brasileiro tem sido a manifestação de jogadores brasileiros contra os gramados sintéticos nos campeonatos do país. Mas, há muitos anos, um ícone do futebol nacional já havia protestado de forma veemente contra os campos que não são naturais. Em 2013, o técnico Dunga, então técnico do Internacional, fez uma cômica declaração sobre o tema.

"Se gramado sintético fosse bom, a vaca comia. Eu acho que o melhor é grama natural", disse na época o capitão do tetra com a Seleção Brasileira. Na ocasião, Dunga negou-se a treinar no Estádio Passo D'Areia, em Porto Alegre, antes de um jogo contra o São José, pelo Campeonato Gaúcho.

"Este piso é diferente. Se você pegar campos onde se usa muito isso, vai ver a reincidência de lesões. Aí você vai ver a diferença", disse ainda o treinador.

Um dos clubes da elite do futebol brasileiro que contam com gramado sintético em seu estádio (o Botafogo é mais um deles), o Palmeiras respondeu aos protestos do jogadores e afirmou que as críticas são "rasas e sem base científica".

Dudu se junta a outros jogadores e defende fim do sintético

Dudu, hoje no Cruzeiro, é mais um jogador a se manifestar favorável ao movimento pelo fim do uso de gramados sintéticos nos estádios do país. Dos atletas na ação, como Neymar, Gabigol, Lucas Moura, Thiago Silva e Philippe Coutinho, o atacante é o primeiro a ter atuado por um clube que adota o campo artificial em seu estádio. Ao todo, o atacante permaneceu cinco anos no Palmeiras, após a grama sintética ser instalada no Allianz Parque.

Dudu defendeu o Palmeiras entre 2015 e 2024. A grama sintética, no entanto, foi instalada somente em 2020, após a diretoria alviverde, juntamente à WTorre, entrar em um acordo pela troca — pela qualidade do gramado e pelo Allianz Parque ter se tornado uma casa de shows em São Paulo. Entre 2020 e 2021, o atacante também teve uma breve passagem pelo Al-Duhail do Catar.

Foto: Divulgação/Cruzeiro

Dudu adere ao movimento, mesmo tendo jogado vários anos no sintético do Palmeiras

Nesse período no sintético, Dudu conquistou uma Libertadores, duas vezes o Campeonato Brasileiro e o Campeonato Paulista, a Recopa Sul-Americana e a Supercopa do Brasil. Deixou o clube ao fim da última temporada, após entrar em rota de colisão com a diretoria e Leila Pereira — incluindo um acerto com o Cruzeiro ainda na metade da temporada, que foi cancelado naquele momento.

Além de ser o primeiro jogador a ter atuado no Allianz Parque a entrar no movimento, Dudu tem um episódio no gramado do Allianz Parque. Em 2023, em duelo com o Vasco pelo Brasileirão, o atacante lesionou o joelho, com ruptura do ligamento cruzado anterior (LCA) e lesão no menisco. À época, por sua perna ter ficado presa no gramado no momento da lesão, o sintético foi levantado como uma das causas.

"Infelizmente aconteceu comigo o que todos os atletas mais temem na vida: uma lesão grave. Graças a Deus, eu nunca tinha me machucado sério, mas tudo na vida acontece por algum motivo e acredito que Deus sabe de todas as coisas", escreveu Dudu. O atacante não relacionou o gramado com a lesão, à época. "Está doendo muito aqui no peito, uma tristeza e uma angústia gigantes, pois quem me conhece sabe o quanto sou comprometido".

O Palmeiras classificou as manifestações como "críticas rasas e sem base científica", além de reforçar que o gramado possui certificação da Fifa. Em 2020, o atacante elogiou o novo gramado, quando o Allianz Parque passou pela mudança. "Gosto bastante, já tinha falado antes. Para a gente na frente é bom, não é muito bom para nossos zagueiros. Vamos poder jogar mais vezes no nosso campo", afirmou à época.

Foto: Cristiano Santos/Botafogo-PB

Alexandre Gallo diz que está fazendo um mapeamento de tudo que existe no Botafogo-PB

ALEXANDRE GALLO

SAF começa a reestruturar o Botafogo-PB

Dirigente reafirma que o foco principal é o acesso à Série B do Brasileiro, além de melhorias na Maravilha do Contorno

Da Redação

Alexandre Gallo, *CEO* do Botafogo-PB SAF, foi entrevistado pelo Tabajara Esportes, da Rádio Tabajara, sob o comando da jornalista Elisa Marinho, na última quinta-feira (20). Durante o programa vespertino, ele falou sobre suas primeiras ações na direção do Belo e sobre os objetivos de médio e longo prazo do clube. A agremiação da Maravilha do Contorno deve receber um grande aporte financeiro nos próximos anos.

"Nesse início, estamos fazendo um mapeamento de tudo que existe, o que está acontecendo dentro do clube, sua estrutura para o fomento do futebol. O foco inicial sem dúvida é exclusivo no futebol, buscar entender por que o clube vem sempre batendo na trave há alguns anos na questão do acesso à Série B. Esse vai ser nosso objetivo número 1. Em paralelo, também vamos fazer uma grande reestruturação do nosso centro de treinamento", contou Gallo.

> **É claro que o acesso é o nosso foco, isso tem que acontecer o mais rápido possível, mas futebol não é ciência exata**
>
> Alexandre Gallo

"Já tive três boas reuniões com pessoas ligadas a empreiteiras locais para poder fazer uma reestruturação grande no centro de treinamento. A ideia é que isso aconteça já neste ano", completou o *CEO*, que ressaltou a importância de um trabalho bem-feito para conquistar as metas estabelecidas pelos donos da SAF.

"É claro que o acesso é o nosso foco, isso tem que acontecer o mais rápido possível, mas futebol não é ciência exata. Por melhor que você monte a equipe e faça absolutamente tudo certo, às vezes as coisas dão erradas. Temos que pensar nesse novo momento como um recomeço, melhorar os processos do clube, fazer integração com todos os departamentos, direcionar pessoas para funções específicas", disse o gestor.

Investimento

Segundo Alexandre Gallo, já houve um investimento para sanar salários atrasados e premiações. A ideia é que os atletas foquem apenas em realizar seu trabalho. A SAF deve trabalhar para dar uma grande estrutura aos jogadores. "Sabemos que isso não é o determinante, mas ajuda bastante no futebol. Eu sou um ex-atleta e sei realmente o pensamento deles", afirmou.

"Nós queremos ser um clube que paga rigorosamente tudo em dia. Precisamos regularizar vários contratos, isso demanda um pouco mais de tempo. Mas entendemos que já houve uma melhora. No primeiro momento, fizemos um aporte para pagar absolutamente tudo o que se devia a todos os atletas", falou Gallo.

As mudanças na sede do Botafogo-PB visam deixar as instalações do clube com o padrão dos centros de treinamentos das grandes equipes do futebol brasileiro. Para isso, a SAF fez uma aquisição de uma academia completa, que deve chegar em 35 dias. A estrutura é a mesma encontrada no CT do São Paulo e do Santos.

"Nós temos um plano de 10 anos para o clube, só que esses dois primeiros anos serão determinantes para que tudo isso aconteça. O quanto antes puder antecipar essa questão do acesso, será importante. Agora, seria muito importante também a conquista do Paraibano; são cinco anos sem vencer. O título ajudará a deixar as mudanças estruturais mais visíveis", ressaltou o *CEO*.

Categorias de base

Revelar novos talentos é uma das grandes dificuldades da maioria das equipes paraibanas. Diante da importância, para os cofres dos clubes brasileiros, da venda de jovens atletas, Alexandre Gallo detalhou como será feito o planejamento para que surjam novos jogadores nas categorias de base do Belo. A intenção é que a base impacte dentro e fora de campo.

"Vamos montar um departamento de análise de mercado, que vai trabalhar muito além do olhar para as equipes profissionais. Já para 2025, vamos focar em uma categoria de base específica, que será a Sub-17. Nesse início, o foco é o Sub-17 porque, nos últimos 10 anos, as cinco maiores vendas do Brasil são jogadores Sub-17: veja o Endrick e o Estevão. Então, o Sub-17 dá a possibilidade de você começar trabalhando com jogadores de 14 ou 15 anos", explicou Gallo.

Para comportar as categorias de base, o *CEO* ressaltou que grandes mudanças precisam acontecer dentro do clube. "Hoje, nós temos um campo que não tem boa condição para você ter três categorias de base. Nós não temos um alojamento em boas condições para comportar jogadores. Então, será feito um hotel para o profissional, iremos melhorar as condições atuais para que a base também possa usufruir disso", disse.

CARIOCA

Vasco, Botafogo e Fluminense brigam por vagas nas semifinais

Da Redação

O Campeonato Carioca 2025 chega à última rodada da fase classificatória com apenas Flamengo e Volta Redonda garantidos nas semifinais. As outras duas vagas serão disputadas por Madureira (15 pontos), Vasco (14 pontos), Fluminense (14 pontos) e Botafogo (13). Hoje, às 18h30, essas quatro equipes entram em campo para lutar por um lugar no mata-mata da competição.

Madureira e Vasco são os times que dependem apenas de si para garantir suas vagas. O Tricolor Suburbano joga contra o Nova Iguaçu. O Cruz-Maltino faz o clássico contra o Botafogo em São Januário; em caso de vitória, o time de Fábio Carille avança, enquanto o time da Estrela Solitária precisa vencer e secar Madureira e Fluminense. Com esse cenário, a partida ganhou contornos de final, já que apenas um desses dois gigantes seguirá no torneio. Alex Teles e Barboza serão desfalques do Botafogo no clássico por estarem suspensos.

A outra partida envolvendo a luta pela classificação é entre Fluminense e Bangu, que acontece no Maracanã. O Tricolor não depende só de suas forças para se classificar: além da vitória, precisa de tropeços de Madureira e Vasco. A situação não é mais complicada porque o adversário de hoje já está rebaixado; assim, pelo menos no papel, a equipe não deve ter dificuldades para vencer seu jogo.

Campeonato Paulista

A última rodada da fase classificatória do Campeonato Paulista acontece hoje, às 18h30. Os 10 jogos definirão os dois rebaixados e os últimos classificados para as quartas de final. Dos quatro grandes, apenas o Palmeiras não tem a classificação garantida. O Alviverde joga contra o Mirassol, fora de casa, no Estádio Maião, no interior paulista, e não depende apenas de si para avançar.

Mesmo após vencer o Botafogo-SP, a equipe de Abel Ferreira está na terceira posição do Grupo D e, com o líder São Bernardo já classificado, briga contra a Ponte Preta pela última vaga no mata-mata. Vencer é obrigação para o Palmeiras; depois a equipe precisa ficar de olho no confronto da Macaca, que recebe o Bragantino no Moisés Lucarelli.

Existem apenas dois cenários em que o atual tricampeão paulista avança: com empate da Ponte e vitória palmeirense ou derrota da Ponte e vitória palmeirense. Nos demais cenários, a equipe de Campinas segue para as quartas de final e Abel Ferreira não terá mais chances de buscar o quarto título consecutivo do Estadual.

Além da partida decisiva para o Palmeiras, na Neo Química Arena, o Corinthians enfrenta o Guarani, que ainda sonha com a classificação no Grupo B; no Estádio Major Levy Sobrinho, em Limeira, a Inter, lutando para não ser rebaixada, recebe o Santos de Neymar, que busca garantir a primeira posição da sua chave; e, no Estádio Primeiro de Maio, no ABC Paulista, o São Bernardo joga contra o São Paulo.

Foto: Vitor Silva/Botafogo

O zagueiro Barboza atuou pela Recopa Sul-Americana contra o Racing, mas está fora do jogo contra o Vasco

Foto: Leonardo Ariel

IDENTIDADE

Turbante é um sinal de resistência

Mais que um acessório, o adereço possui uma diversidade de significados que aliam a representatividade cultural-religiosa e a questão de pertencimento

Cores das peças, assim como as estampas, também carregam significados que estão profundamente vinculados à tradição religiosa oriunda dos ancestrais da África

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Um pedaço de tecido de cerca de 3 m de comprimento por até 60 cm de largura, branco, colorido ou estampado, e amarrado de forma simples ou com adornos mais elaborados em torno da cabeça. Para além de um adereço estético, o turbante possui uma diversidade de significados que aliam representatividade cultural-religiosa e pertencimento.

"O turbante é muito importante. Ele marca a identidade do nosso povo, então eu diria que não é apenas um acessório de moda. É um pedaço de pano que tem muita coisa dentro dele", revela Carlos Roberto Albuquerque, mais conhecido como pai Carlos, babalorixá do terreiro Ilê Axé Oju Ofá Dana Dana, localizado no Bairro Mangabeira, na capital paraibana.

Além de professor de Língua Portuguesa, pai Carlos também coordena o projeto Costura Ofá, que promove oficinas de iniciação à confecção de roupas de tradição afro-brasileira, inclusive dos *ojás*, como são chamados, no candomblé, os panos compridos usados para montar os turbantes. "Nós ensinamos essa fabricação, que é, basicamente, o tecido cortado no qual é feito uma bainha, e que vai cobrir a cabeça, o nosso *orí*, e fazer todo aquele contorno, que pode ser simples ou mais enfeitado", explica o babalorixá. As atividades do projeto destinam-se, prioritariamente, às mulheres negras, de religiões de matriz africana ou não, e buscam incentivar também a produção de peças para geração de renda.

Pai Carlos esclarece que não há um tipo específico de tecido recomendado para se fazer o turbante, pois depende muito da finalidade e do poder aquisitivo. "Um dos mais indicados são os tecidos de algodão, pela firmeza e consistência, podendo até passar goma, por exemplo, quando se quer um turbante armado. Tradicionalmente, usa-se muito o algodão no candomblé, muitas vezes com bordados *rechilieu* ou com bicos de cambraia, que dão uma beleza maior", aponta o professor, ressaltando que estes últimos costumam ser usados pelas mães de santo como forma de distinção dentro da própria comunidade religiosa.

Para quem prefere um turbante mais enfeitado, florido ou feito de laços, os tecidos sintéticos são os mais indicados, pois possuem maior resistência e permitem, inclusive, a utilização de arames. As cores, assim como as estampas, também carregam significados que estão profundamente vinculados à tradição religiosa. No candomblé, prevalece o branco, usado, sobretudo, nos períodos de iniciação, quando os iniciados têm a cabeça raspada, como forma de proteger a cabeça. O uso das demais cores pode se relacionar com o orixá que rege a pessoa, a casa (terreiro) ao qual pertence ou com alguma comemoração específica.

"Vai depender muito de cada família de santo, porque, se é um período de festejos, por exemplo, de Iemanjá, pode ser que aquela comunidade aproveite o momento para fazer uso do azul e do branco em grande quantidade. Já para quem gosta de usar o turbante socialmente, pode escolher a cor mediante a regência do orixá daquele dia, como, por exemplo, azul-marinho, vermelho e preto, na segunda-feira, por causa de Exu e Obaluaê, e estampas azuis e brancas na quinta-feira, porque estão relacionadas a Oxóssi, e daí por diante", ilustra o babalorixá.

Apesar da estreita relação do turbante com as religiões de matriz africana, pai Carlos reconhece que o uso modístico do turbante também é uma forma de resistência da cultura negra em meio à sociedade. "Além de manter a tradição da nossa vestimenta como parte das comunidades tradicionais de povos de terreiros, a gente pode fazer a sociedade perceber, respeitar e entender que isso é tudo muito natural e não ver com olhos diferentes", defende.

O professor, que relata já ter sentido olhares discriminatórios por estar usando turbante na rua, diz que até costuma ir vestindo roupas afro para a escola onde trabalha, mas prefere não usar o ornamento na cabeça. "A gente percebe o estranhamento e, quando são pessoas de sexo masculino, as pessoas observam ainda mais. E muitas vezes pessoas que nem são de nossa religião sofrem discriminação e racismo por usar um turbante", denuncia. Para ele, a raiz desse preconceito tem sido a demonização das religiões afro-brasileiras alimentada por determinados representantes do cristianismo.

Racismo religioso

Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque, ialorixá do mesmo terreiro do qual pai Carlos faz parte, acredita numa convivência pacífica e respeitosa entre as diferentes religiões, tanto que se orgulha do bom relacionamento que mantém com seu irmão, que é diácono de uma igreja cristã. Por isso mesmo, a mãe de santo não deixa passar qualquer tido de discriminação, seja por causa da raça ou da religião, e denuncia: "É racismo religioso, e isso é crime…".

Há um ano, quando foi convidada para participar de uma audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), na qual se discutia a Liberdade Religiosa no estado, no momento em que ia saindo do elevador, foi abordada por uma senhora que tentava impedi-la de prosseguir sob alegações de que a ialorixá "era do demônio" e não poderia estar naquele espaço. Com o acompanhamento de órgãos como o Centro Estadual de Referência de Igualdade Racial João Balula e a Defensoria Pública do Estado (DPE-PB), a mãe de santo processou a mulher pela prática de injúria religiosa, e a denunciada foi condenada a pagar uma multa.

Mas o caso ocorrido com mãe Renilda não é um incidente isolado. O racismo religioso costuma ocorrer todos os dias com os povos de terreiros, muitas vezes de forma velada, como quando são recebidos com estranhamento nos serviços públicos, tornam-se alvo de olhares no comércio e até tem suas viagens recusadas por motoristas de aplicativos assim que estes percebem, pela roupa, tratar-se de uma mãe ou filha de santo. "Por isso a gente começou a debater a questão e daí veio a ideia de criar o Dia do Turbante, no dia 20 de fevereiro [dia em que ocorreu o fato, na ALPB], pois tudo isso ocorreu porque eu estava com um turbante na cabeça", relata mãe Renilda.

A proposta que a ialorixá vem discutindo com integrantes do Fórum da Diversidade Religiosa da Paraíba e outros povos de terreiros de matriz africana da capital é tornar a data um marco na defesa e valorização da cultura religiosa de matriz africana. Para isso, vem requerendo, junto aos órgãos públicos, a inclusão do dia no calendário oficial do município e do estado, além de estimular povos de terreiros a colocar o turbante no exercício de suas atividades diárias.

"Usar um turbante é um ato político e por isso merece todo respeito. É um pano que a gente coloca na cabeça e que nem todas as pessoas devem tocar nele, porque o turbante, pra nós, é sagrado", esclarece a mãe de santo, que estende o convite ao uso da indumentária a todas as pessoas. Apesar de reconhecer que há uma grande diferença na aceitação social do turbante para fins religiosos em comparação ao uso apenas estético, como acessório de moda, a ialorixá acredita que, à medida que ele se populariza, a resistência pode diminuir.

"A gente precisa começar a quebrar esse racismo. As pessoas dizem que é desconhecimento, mas não é desconhecimento, não. É racismo mesmo. Nos queremos esse Dia do Turbante pra ajudar essas pessoas a tirarem o racismo do armário, a se declararem racista e entenderem que se trata de um crime inafiançável e que elas podem ser presas por causa de atos desse tipo", argumenta.

As iniciativas do terreiro Ilê Axé Oju Ofá Dana Dana, como as oficinas de costura, além de ensinar técnicas para confecção de roupas e acessórios africanos, buscam conscientizar o respeito à sacralidade das vestimentas de cada povo, a representatividade e participação política. Palestras com educadores e participação em espaços de fiscalização e monitoramento de políticas públicas, como conselhos de direitos, são outras estratégias adotadas para combater o racismo religioso. "É disso que a gente precisa: você ser de uma religião, mas levar adiante essa abordagem de que podemos viver muito bem sendo diferentes. Nossa proposta é dizer à sociedade que usar turbante não é ser do mal. Usar turbante é um ato político, é ser do bem e é discutir a política pública inclusiva para todas as pessoas", completa mãe Renilda.

Fotos: Leonardo Ariel

Pai Carlos (acima) coordena o Costura Ofá, projeto que promove oficinas de iniciação à confecção de roupas de tradição afro-brasileira

Hortênsio Ribeiro

"Francês do Cariri" de formação humanística

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Ilustração: Tônio

Ribeiro também enveredou pelo jornalismo, colaborando com os periódicos A União, Voz da Borborema, A Imprensa, Jornal da Arquidiocese da Paraíba e a Gazeta do Sertão

O paraibano Hortênsio Ribeiro nasceu em Campina Grande, em 31 de janeiro de 1885. Filho de José Maria de Souza Ribeiro e Minervina de Miranda Lima Ribeiro, ele recebeu as primeiras lições no Colégio São José, do professor Clementino Procópio. Concluídos os estudos preparatórios na capital da província, então cidade da Parahyba, matriculou-se, em 1903, na Faculdade de Direito de Recife, em Pernambuco, mas, por motivos de saúde (a asma o perseguiria até o fim da vida), não conseguiu realizar os exames ao fim do primeiro ano. Após nova tentativa, também frustrada, resolveu partir, em 1914, para a capital da República, o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de Direito quatro anos depois. Chegou a matricular-se, em seguida, na Faculdade de Medicina da metrópole, mas a asma o obrigaria a retornar à sua terra natal.

"Seu amor à terra campinense vinha da terra mesma, de forma sorvente e adesiva. Amava a serra, que desenhava horizontes sinuosos, as lagoas tranquilas que rapidamente secavam nas estiagens, os riachos rápidos, disparados pelas enchentes, os homens humildes que vinham das roças se abastecer no comércio crescente e o espírito aventureiro dos recém-chegados de todas as procedências para todos os negócios", escreveu o acadêmico Cláudio Santa Cruz Costa, em artigo biográfico sobre Hortênsio, que foi sócio-fundador da Academia Paraibana de Letras (APL).

Claudio Santa Cruz relata que conheceu Hortênsio Ribeiro em meados dos anos 1930, no período em que este morou na capital paraibana, e o descreve como de estatura mediana, voz forte e grande olhos com lentes potentes que denunciavam a acentuada miopia.

Em Campina Grande, manteve um escritório de advocacia, que chamava de "caldo de cana", em razão da condição modesta das instalações e da clientela formada por pobres. Apesar de amar o Direito, não era, segundo Cláudio Santa Cruz, o que se pudesse chamar de jurista. Defendia que o desamor a esse ofício produzia bacharéis medíocres e juízes escravizados ao texto da lei, incapazes de enxergar o mundo e a vida.

Sua sólida formação humanística o conduziu também ao magistério e ao jornalismo. Colaborou com os periódicos **A União**, *Voz da Borborema*, *A Imprensa*, *Jornal da Arquidiocese da Paraíba* e chegou a comandar a *Gazeta do Sertão*, tentando reviver o primeiro semanário campinense, fundada em 1888 por Irineu Joffily e Retumba Filho. Também escreveu para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, os anuários de Campina Grande e o pernambucano *Jornal do Commércio*, de Recife.

A colaboração para jornal católico *A Imprensa* deu-se, segundo o próprio Hortênsio Ribeiro, por uma circunstância banal. Convidado para escrever em *O Norte*, o diretor não gostou da sua "nota", simplesmente por "questão de ponto de vista", sugerindo retoques de ordem pessoal que o escritor não aceitou e acabou sendo "censurada". "Lauro Gomes, que naquele tempo trabalhava n'*A Imprensa*, ofereceu-se para publicar os meus gatafunhos no simpático periódico, simpático é pouco, muito bem redigido e orientado. (...) No outro dia, vi com espanto, escorrendo por uma coluna abaixo de *A Imprensa*, a minha primeira *Nota do Dia*. (...) Tomei gosto pela vida de imprensa, ao lado de Rocha Barreto. Dava horas no relógio da catedral, e lá íamos nós dois, ao frege-moscas mais próximo trincar uma guarajuba, regada com cerveja, que o Rocha, como um bom entendedor, sorvia com calma dando estalinhos na língua. Voltávamos à Redação e só nos recolhíamos à casa, quando os fiéis devotos passavam para a missa matinal na Sé ou na Igrejinha das Mercês", descreveu Hortênsio Ribeiro.

Em sua *Nota do Dia*, d'*A Imprensa*, que manteve, com alguns intervalos, entre os anos 1932 a 1951, ele escrevia, segundo o jornalista Osias Gomes, um "necrológio grave, perfeito, justiceiro, em que se focalizava a personalidade de alguém que perdíamos, tanto na capital como em Campina Grande", exercendo a função de uma "carpideira intelectual dos que se iam". Os tipos populares marcantes da cidade também eram retratados na sessão diária, de modo que alguns destes escritos, reunidos no livro póstumo *Vultos e fatos*, traçam um pequeno capítulo da história política, social e religiosa de Campina Grande, nas primeiras décadas do século 20.

"Adotava o método benevolente de enxergar muito mais nas criaturas humanas as suas qualidades que os possíveis defeitos. Não que não possuísse fibra de combate — e a essa fibra dava vazão nos entreveros da advocacia e nas controvérsias filosóficas com que amava entreter pensadores e clérigos da terra. Abria mesmo por conta própria certas campanhas locais, como a que sustentou contra o mercenarismo no exercício da medicina e a violência das autoridades policiais. Mas o fazia sem insultos e sem remoques, num estilo brando e emoliente", afirmou Gomes.

O escritor e político Ernani Satyro salientou que a fidelidade às origens era o traço dominante da escrita de Hortênsio Ribeiro e, apesar de ser bastante inquieto para se debruçar por longo tempo sobre o papel, quando escrevia para jornal, demonstrava-se exímio na plasticidade da forma, no apuro do vernáculo, na graça e na originalidade. "Nunca foi um profissional da pena. Passava tempos sem escrever, mas, quando vinha a febre sagrada, nela ardia sem cessar", expressou-se o político, em discurso proferido na Câmara dos Deputados e publicado no Jornal *Tribuna do Povo*.

Lamúrias

Em sua *Nota do Dia*, no periódico *A Imprensa*, que manteve entre 1932 a 1951, Ribeiro exercia a função, segundo o jornalista Osias Gomes, de uma "carpideira intelectual dos que se iam"

Amor à França

Hortênsio Ribeiro escrevia com espírito combativo. Conta-se que, certa vez, perguntaram-lhe se já tinha matado alguém, ao que prontamente respondeu: "Sim, já matei de caneta muitos canalhas". Foi profundamente marcado, desde a mocidade, por aspectos morais da filosofia de Auguste Comte, que se refletia nos seus escritos, sempre temperado com um racionalismo dos mestres franceses de seu tempo.

Por seu amor à França, o jornalista Orris Barbosa o apelidou de "francês do Cariri", e assim ficou conhecido entre os intelectuais locais. Como professor, procurava incentivar seus alunos e o assunto das aulas de História que mais o empolgava era a Revolução Francesa. Trabalhou ainda como diretor da Divisão Legal da Prefeitura de Campina Grande e chegou a se candidatar ao cargo de deputado estadual.

Estudioso obstinado, o paraibano passava a madrugada entre livros e documentos. "Emotivo, chorava com facilidade, mas logo se recompunha e exclamava: 'Eu sou uma besta'", revelou o acadêmico Cláudio Costa.

Hortênsio Ribeiro faleceu no dia 15 de novembro de 1961, deixando esposa e quatro filhos, dentre os quais a jornalista Molina Ribeiro, falecida em 2016, que, em sua última colaboração para o Jornal **A União**, fez uma homenagem ao pai com trechos da poetisa Cora Carolina, que dizia: "Não morre aquele / que deixou na terra / a melodia de seu cântico / na música de seus versos".

Tocando em Frente

Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

Pop-rock made in Brazil

Dentre os audiófilos contumazes, quem não há de se lembrar do início da popularidade do *rock'n'roll*, cujo impulso publicitário, em sua passagem do *rhythm and blues* para o *rock* propriamente dito, trouxe-nos o indefectível Bill Haley and His Comets, (William John Clifton Haley, 1925, Highland Park, Michigan, EUA–1981, Harlingen, Texas, EUA) aos quais é creditada por muitos a popularização desse estilo de música no início dos anos 1950. O grupo (de 1952 a 1981) centralizou o panfletário *Rock Around the Clock* (*Ao Balanço das Horas*, 1956), filme que nos apresentou, além do titular dessa banda de *rock*, os baladistas The Platters, com as inesquecíveis "Only You" e "The Great Pretender", músicas que embalaram os nossos sonhos amorosos juvenis.

Mas a história do *rock* começou um pouco antes. Notícias mais remotas nos vêm da cantora, compositora e guitarrista negra Rosetta Nubin Tharpe (Cotton Plant-Arkansas, EUA, 1915–Philadelphia, Pennsylvana, 1973), que era conhecida como Little Rosetta Nubin, *the singing and guitar playing miracle*, espécie de grupo musical, em que ela era acompanhada pela mãe que, por sua vez, tocava bandolim, e apresentavam-se numa certa Igreja de Deus em Cristo, evidentemente, com repertório gospel. Daí, foi um pulo para que fossem requisitadas para aparições públicas e particulares, quando se enveredaram pelo universo do *blues* e do *country*.

Nos moldes atuais, o rock'n'roll é um gênero musical que se oficializou nos Estados Unidos por volta de 1950. Possui raízes em gêneros então existentes, como *jazz*, *folk*, *country* e *rhythm and blues* (R&B), tornando-se um dos estilos musicais que mais arrasta multidões pelo mundo, sendo relacionado ao momento em que alguns músicos passaram a tocar guitarra elétrica nas suas apresentações e os vocalistas a cantar as músicas com vozes e ritmos mais impactantes.

Foto: James J. Kriegsmann/Reprodução

Cantora, compositora e guitarrista estadunidense Rosetta Nubin Tharpe (1915-1973)

Assim, a origem do *rock'n'roll* é creditada a uma mulher negra, cantora e guitarrista estadunidense, Rosetta Nubin, conhecida pelo nome artístico Sister Rosetta Tharpe, que, já na década de 1920, exercitava o ritmo como o conhecemos atualmente. O nome dela, hoje, quase não aparece mais nas pesquisas relacionadas ao estilo. Quando, no fim dos anos de 1960, perguntaram-lhe sobre música, no fim daquela década, ela saiu pela tangente e disse: "Oh! Essas crianças e o *rock'n'roll* — isso apenas foi ocasionado pela aceleração do *rhythm and blues*" (tradução livre).

Então, foi ultrapassada uma linha sensível entre o gospel e o que se consagrou como *rock*, em que se juntavam letras de cunho espiritual e guitarra elétrica, o que chegou a ser classificado como *blues* elétrico. Foi assim que, disposta a cruzar a sinuosa linha entre o sagrado e o profano, a *sister* Rosetta passou a apresentar sua inovação rítmica — uma junção de "luz" com "escuridão" — em boates e salas de shows, resultando no acompanhamento de bandas mais completas. A música dita espiritual foi levada para o *mainstream*, ou seja, para um estilo mais abrangente e convencional, mediante a aceleração rítmica do R&B.

Já em 1938 e 1939, respectivamente, foram gravados por ela dois 78 rpm — *Rock Me* e *This Train* — que davam uma amostra do que viria, em 1948, com a gravação do que se pode chamar de o "marco zero" do *rock*, "Down by the Riverside" (Charlie Rich e Billy Sherrill), em gravação Decca, de Nova York, *hit* posteriormente gravado por vários intérpretes do gênero, inclusive pelo astro ascendente Elvis Presley.

Variações surgiram em torno do *rock'n'roll*, como o *calypso*, o *twist*, o *hullygully* e outros tantos, projetando astros e estrelas por demais conhecidos, como Jerry Lee Lewis, Carl Perkins, Little Richard, Lou Reed, Harry Belafonte, Chubby Checker, Chuck Berry, Pat Boone e muitos outros bastante conhecidos, até chegarmos à época dos Beatles e dos Rolling Stones.

Um breve retorno aos primórdios do *rock* entre nós, os contemporâneos, vem, evidentemente, do furor causado pelas primeiras gravações chegadas ao Brasil, no início dos anos 1950 pelo revolucionário rítmico Elvis Presley e o seu "Tutti Frutti" e dos *hits* consagrados no cinema por Bill Haley & His Comets.

Nascia, assim o nosso *pop rock made in Brazil*, como Rita Lee e os Mutantes o cantaram, e como rememoraremos a partir da próxima coluna.

Angélica Lúcio

angelicalucio@gmail.com

Em defesa da comunicação pública

"Se não aceitamos que o automóvel do estado sirva a fins privados, por que somos tolerantes quando o desvio se dá com os microfones, as câmeras ou as antenas estatais?", indaga o jornalista, professor e escritor Eugênio Bucci, no livro *Em Brasília, 19 horas — a guerra entre a chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*.

Bucci presidiu a Radiobrás de 2003 a 2007. No ano seguinte, nasceu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estatal vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). A EBC foi criada por meio da Lei nº 11.652, a partir da fusão da antiga Radiobrás e da TVE do Rio de Janeiro.

Lembrei-me disso porque, há poucos dias, várias entidades brasileiras assinaram uma carta endereçada ao ministro Sidônio Palmeira, secretário da Secom. No documento, organizado pela Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, é citado o atual momento "em que o panorama da comunicação digital, no Brasil e no mundo, toma rumos indesejáveis de adesão a políticas predatórias dos direitos humanos e da democracia".

Na carta, as entidades signatárias defendem que a Comunicação Pública deve contribuir para a formação da consciência crítica das audiências. "A Comunicação Pública pode e deve ser um importante mecanismo de educação midiática", pontuam. E elencam pontos considerados prementes em relação à atual situação da EBC. Abaixo, cito cinco deles:

Foto: Reprodução/Instagram

Nas redes sociais, o presidente Lula usando o boné azul: "O Brasil é dos brasileiros"

1. Instituir, com urgência, os comitês de participação social (Comep e Cpadi), objetivando estabelecer uma relação direta com um conjunto de entidades em defesa da EBC, para proteção do projeto e da vocação da empresa em ser referência de Comunicação Pública no Brasil;

2. Blindar o desenvolvimento da Comunicação Pública contra eventuais mudanças de gestão, para preservar avanços na definição e estruturação de modelos de jornalismo e produção de conteúdos próprios da comunicação pública, compartilhando-os com a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). Esse ponto inclui a valorização e a ampliação de quadros altamente qualificados integrantes da empresa;

3. Recompor, por meio de concurso público urgente, o quadro funcional da EBC, que já perdeu 30% de seus empregados desde 2018, bem como reestruturar a carreira dos trabalhadores por meio de um novo PCR, visando reter e atrair novos talentos;

4. Retomar a produção própria da EBC, agregando a diversidade como valor, recriar a sede no Maranhão e promover a reestruturação das sedes em São Paulo e no Rio de Janeiro;

5. Retomar programas de debates na TV Brasil e nas rádios EBC, cuja programação tem privilegiado o entretenimento.

Para a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, a "Comunicação Pública é um importante instrumento para a formação crítica da sociedade, que é a força motriz para a transformação que desejamos em prol de um futuro mais humano, mais justo e sustentável". Eu concordo e assino embaixo!

Sobre comunicação pública e mensagens, recordo-me que, recentemente, parlamentares governistas usaram um boné azul em que se lia a frase "O Brasil é dos brasileiros". Era 1º de fevereiro, dia da eleição para os presidentes da Câmara e do Senado. Depois, o próprio presidente Lula chegou a tirar foto com o tal acessório. De minha parte, também estou pensando em mandar fazer um boné, mas com outra frase estampada: "A EBC é dos brasileiros". Será que Sidônio Palmeira topa usar?

TECNOLOGIA

OpenAI avança plano de criar seus próprios *chips*

Atualmente, os dispositivos da Nvidia detêm cerca de 80% do mercado

João Pedro Adania
Agência Estado

A OpenAI avança com seu plano de reduzir a dependência dos *chips* da Nvidia. A empresa de Sam Altman está em estágio final do desenvolvimento da primeira geração de processadores de inteligência artificial (IA) próprios, segundo a agência de notícias *Reuters*.

O próximo passo é enviar o *design* do *chip* para a fabricação na Taiwan Semiconductor Manufacturing (TSMC) já nos próximos meses, quando estima-se que o projeto esteja totalmente finalizado. O processo de enviar um primeiro *design* para uma fábrica de *chips* é chamado de *tape-out*. A OpenAI e a TSMC recusaram-se a comentar o assunto.

O movimento mostra que a OpenAI busca a produção própria de boa parte dos *chips* que utiliza nos seus modelos de IA com a TSMC até 2026. Um *tape-out* custa alguns milhões de dólares e leva cerca de seis meses para ser concluído, a menos que a empresa dona da patente impulsione a fabricação ao injetar mais dinheiro.

Não há garantia de que o *chip* funcionará na primeira tentativa e, caso falhe, a OpenAI precisará diagnosticar o problema e repetir o processo.

Dentro da OpenAI, o *chip* voltado para treinamento é visto como uma ferramenta estratégica para fortalecer o poder de negociação da empresa com outros fornecedores, segundo a *Reuters*. Após a conclusão da empreitada, os engenheiros da OpenAI devem concentrar esforços em um processador com mais funcionalidades, maior eficiência e melhor desempenho.

Dependência

Se o *tape-out* inicial for bem-sucedido, permitirá que a OpenAI comece a vislumbrar, ainda este ano, um futuro sem a dependência dos *chips* da Nvidia. Por si só, o plano da dona do ChatGPT de enviar seu *design* para a TSMC já demonstra que a empresa fez progressos rápidos em seu produto. Outros processos semelhantes levaram muito mais tempo para sair do papel.

Gigantes da tecnologia, como a Microsoft e a Meta, enfrentam dificuldades para produzir *chips* que considerem satisfatórios, apesar de estarem focados nisso há mais tempo. A recente turbulência no mercado causada pela *startup* chinesa DeepSeek também colocou em xeque a quantidade de *chips* necessários para o desenvolvimento de modelos poderosos de IA no futuro.

O *chip* da OpenAI é projetado por uma equipe interna que dobrou de tamanho nos últimos meses, liderada por Richard Ho — e que chegou a 40 pessoas envolvidas — em colaboração com a Broadcom, uma empresa americana de semicondutores com sede em Palo Alto, na Califórnia.

Ho entrou na OpenAI há pelo menos um ano. Antes disso, trabalhava na Google, onde ajudou a liderar o programa de *chips* de IA personalizados da gigante das buscas.

Xadrez

Turbulência no mercado causada pela chinesa DeepSeek também colocou em xeque a quantidade de *chips* para desenvolver poderosos modelos de IA no futuro

Investimento

A equipe de Ho é menor do que os times de larga escala de outras gigantes, como a da própria Google ou a da Amazon. Um projeto ambicioso de grande escala de qualquer uma dessas *big techs* pode custar US$ 500 milhões (por volta de R$ 2,8 bilhões) para uma única versão do *chip*, de acordo com a *Reuters*. Esses custos podem dobrar se forem incluídos os valores gastos para o desenvolvimento de *software* e os periféricos necessários.

Fabricantes de modelos de IA generativa, como OpenAI, Google e Meta, demonstram que um número cada vez maior de *chips* interligados em *data centers* torna os modelos mais inteligentes. A demanda por *chips*, portanto, é crescente.

A Meta afirmou que gastará US$ 60 bilhões (R$ 346 bilhões) em infraestrutura de IA até o próximo ano, enquanto a Microsoft planeja orçamento de US$ 80 bilhões (R$ 461 bilhões) para a área em 2025. Hoje, os dispositivos da Nvidia detêm cerca de 80% do mercado. A OpenAI também participa do programa de infraestrutura Stargate, de US$ 500 bilhões (R$ 2,8 trilhões), anunciado por Donald Trump, em janeiro.

O projeto Stargate juntou a OpenAI, Oracle e Softbank em volta da promessa de construir uma infraestrutura de inteligência artificial totalmente americana.

Charada

Francelino Soares:
francelino-soares@bol.com.br

Resposta da semana anterior: Endinheirado (2) = rico + está (1) = tá. **Solução:** queijo (3) = ricota.

Charada de hoje: O laço (1) em volta da iluminação de cera (2) lembra uma cena da narrativa (3).

Ilustração: Bruno Chiossi

Tiras

O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com

Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)

Eita!!!!

Foto: Reprodução/Youtube

Diretores que começaram nos videoclipes

Da telinha em programas como a MTV para as telonas do cinema. Muitos cineastas começaram as suas carreiras dirigindo clipes. Inclusive, muito desse universo pode ser visto nos seus trabalhos em Hollywood. Elencamos alguns exemplos a seguir, lembrando que não são realizadores que já estavam produzindo seus filmes e, entre uma longa e outro, dirigiam clipes (a exemplo do "Bad", de Michael Jackson, dirigido nos anos 1980 pelo Martin Scorsese).

David Fincher

Entrou no *show-biz* em 1983, produzindo efeitos visuais com George Lucas. Em 1984, dirigiu um comercial antitabagista e seu primeiro videoclipe ("Dance This World Away", de Rick Springfield). Ao todo, o diretor de *Seven* e *O Clube da Luta* fez 55 videoclipes, entre eles "Vogue", da Madonna (foto acima), eleito o 3º melhor clipe da história pela revista Rolling Stone, e "Home", do Iggy Pop.

Spike Jonze

Adepto de esportes radicais, o diretor de *Ela* passou a adolescência fotografando ciclistas de BMX. Em 1991, lançou *Video Days*, um curta-metragem que registra manobras de cinco *skatistas*. O projeto chamou a atenção de bandas como Sonic Youth, The Breeders e Weezer, que o chamaram para dirigir clipes de suas músicas. Entre os destaques estão "Sabotage", dos Beastie Boys, e "Weapon of Choice", do Fatboy Slim.

Michael Bay

Antes das explosões e robôs gigantes das telonas, Bay começou na Propaganda Films, produtora do já citado David Fincher. Os sete minutos do clipe de "I'd Do Anything For Love", do cantor Meat Loaf, sintetiza o estilo do diretor de *Transformers*, com direito a helicópteros, perseguições de moto e até um castelo mal-assombrado. O vídeo fez o produtor Jerry Bruckheimer o chamar para dirigir *Bad Boys* (1994), seu primeiro longa.

Michel Gondry

O cineasta francês começou dirigindo vídeos da banda Oui Oui, da qual era baterista. Oito clipes da cantora Björk tiveram o toque do diretor, que já trabalhou com Rolling Stones, Radiohead, Daft Punk, The White Stripes e Paul McCartney. "Everlong", do Foo Fighters, traz a mesma atmosfera onírica de *Brilho Eterno de Uma Mente Sem Lembranças*, seu filme mais famoso.

Antoine Fuqua

O diretor de *Dia de Treinamento* e da franquia *O Protetor* construiu uma carreira sólida, nos anos 1990, com clipes de Stevie Wonder, Prince e Toni Braxton. Ele dirigiu o *hit* "Gangsta's Paradise", do *rapper* Coolio, trilha sonora do filme *Mentes Perigosas*, com Michelle Pfeiffer (que também aparece no clipe). A estreia em longas veio logo depois, com *Assassinos Substitutos* (1998).

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)

Solução

1 – boca do peixe; 2 – folha do coqueiro; 3 – nível da água; 4 – dente do tubarão; 5 – barbatana; 6 – balão; 7 – cartas; 8 – cabo da panela; e 9 – calor da panela.

Teoria do russo Mikhail Bakhtin (1895–1975), segundo a qual qualquer manifestação cultural ou social sofre a influência do Carnaval ou adquire um caráter carnavalesco, ocasião em que há uma mistura de elementos diversos em que os códigos morais, sociais e ideológicos são colocados de lado em favor da valorização da força erótica, do riso e do inusitado.

Durante um período, há a suspensão do cotidiano para ter uma liberdade para inversões ou para transgressão de certas regras sociais

Ilustração: Bruno Chiossi

Pela válvula de escape

Além da própria folia de Momo, a definição de carnavalização tem sido aplicada em outras áreas do conhecimento, visando auxiliar na compreensão de fenômenos atuais da cultura contemporânea

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Em uma terra onde não se trabalha, todos permanecem jovens, o sexo pode ser praticado livremente, o vinho nunca se acaba, as casas são de cevada ou doces e os alimentos são de graça, a ponto de os leitões assados pastarem pelo campo com uma faca espetada no lombo para facilitar seu consumo. Era assim que o imaginário popular medieval descrevia a Cocanha, país mítico maravilhoso situado "pra lá da Alemanha", no qual imperaria a fartura, a ociosidade, a juventude e a liberdade para beber, comer, rir e desfrutar da vida.

Essa utopia — do grego "não lugar", portanto, lugar que não existe — já era perseguida, ao menos por um pouco de tempo, pelos povos da Antiguidade. Na Saturnália, festival romano realizado durante o inverno e no qual se instaurava o reino de prosperidade e felicidade do deus Saturno, a ordem social estabelecida era invertida: escolhia-se, dentre os mais humildes, um rei, o Senhor do Desgoverno, ao qual era concedido o poder de liderar todas as travessuras. Os escravizados, por exemplo, assumiam o lugar de seus senhores e podiam se embriagar e se entregar a toda espécie de prazeres proibidos, enquanto os senhores podiam recusar o uso da vestimenta habitual e adotar vestes dos escravizados. Nos três ou cinco dias (a festividade foi se alterando ao longo do tempo), criava-se um ambiente alegre e de folia que, de alguma forma, funcionava como válvula de escape das pressões sociais rígidas da sociedade romana.

Qualquer semelhança com o Carnaval de nossos dias não é mera coincidência. No Brasil, a folia de Momo — divindade feminina da mitologia grega que personifica o sarcasmo, a reclamação, o delírio e a ironia que por aqui foi transformada em um rei gordo — mobiliza boa parte da sociedade e autoriza, ao menos por alguns dias, a transgressão de certas regras sociais, com homens se vestindo com roupas femininas, mulheres exibibindo seus corpos, pobres colocando luxuosas fantasias e ricos com vestimentas de pobres, além das críticas às autoridades políticas e aos costumes. Imperam o riso, o humor e a bagunça.

O professor de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Márcio Caniello, considera que o Carnaval brasileiro é uma expressão da diversidade e da inclusão, porque junta, numa grande festa, diferentes classes sociais, etnias, gêneros e orientações sexuais. Contudo, Caniello faz questão de lembrar, com base nas ideias do também antropólogo Roberto DaMatta, seu orientador de mestrado, que a maior festividade brasileira pode ser considerada um ritual com duas faces: uma conservadora, que reafirma as relações de poder da classe dominante da sociedade e outra transformadora, capaz de modificar estas mesmas relações.

"Durante um período delimitado do tempo, você suspende o dia a dia e, em três dias, você, além de ter essas inversões, tem a liberdade de relacionamento, o exercício das pulsões sexuais de forma mais livre… para depois voltar à sua posição de submissão: depois da Quarta-Feira de Cinzas, os pobres voltam a ser pobres, continuam na invisibilidade das comunidades, e os ricos voltam a ser ricos. Então, esse é o lado conservador desse ritual, digamos assim. Mas o outro lado do Carnaval é o seu potencial transformador, o Carnaval como espaço de liberdade, como ele [Roberto DaMatta] diz: 'É ali que nós, brasileiros, deixamos de lado nossa sociedade hierarquizada e repressiva, e ensaiamos viver com mais liberdade e individualidade'", explica o docente.

Os traços da cultura carnavalesca, reapropriada de modo específico no contexto brasileiro, ultrapassam os dias de festas e podem revelar máscaras profundamente arraigadas nas relações sociais e políticas de nosso povo. O filósofo da linguagem russo, Mikhail Bakhtin, cunhou o conceito de "carnavalização" para falar de um conjunto de manifestações da cultura popular presentes na literatura, mas a definição tem sido aplicada em outras áreas do conhecimento, visando auxiliar na compreensão de fenômenos atuais da cultura contemporânea, como os *memes*, a participação política e os efeitos do riso — dimensão intrínseca ao Carnaval, até mesmo na saúde mental. Vale a pena pensar.

NA FOLIA

Carnaval: tempo de riso transgressor

Profundamente relacionado com a identidade nacional, festejo contribui para o aspecto transformador do status quo *social*

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Neste domingo que antecede o Carnaval, em diversas cidades do Nordeste, desfila um dos blocos mais esperados pelos foliões, que concede um passe livre para que homens usem roupas, adereços e até maquiagens femininas, num clima de alegria, liberdade e irreverência. Na capital paraibana, quem promove essa fantasia da inversão de gêneros é As Virgens de Tambaú, bloco que, há 38 anos, faz das ruas o espaço para rir, brincar e extravasar.

Euclides Araújo, um dos fundadores do bloco, explica que se trata de um único dia do ano no qual os homens têm essa liberdade. Se ele, como organizador, pedir para alguém se vestir de mulher para uma matéria de televisão, por exemplo, ninguém aceita. "É um dia, que você se permite extrapolar e as pessoas extrapolam mesmo. Está na mente das pessoas que podem fazer qualquer coisa, desde que não invada a intimidade e a liberdade do outro, claro", afirma.

Euclides refere-se a "um dia" porque esse consentimento social, que até mesmo homens machistas e homofóbicos permitem-se inverter os papéis de gêneros, vai além do desfile do bloco, que começa no início da tarde. A brincadeira começa logo pela manhã, nos barzinhos de esquina ou na casa de familiares e amigos; e quanto mais exagerado, melhor. "Para o concurso de rainha das Virgens, eles têm que se montar bem caprichados, porque querem ganhar, mas, na avenida, eles vão para chocar. Quanto mais choca, mais atrai os olhares. Tanto choca pela beleza, como choca pela audácia também. A gente só ressalta que precisa ter um limite, como não exibir as genitálias", revela o organizador do bloco, que já usou trajes femininos, mas, atualmente, ocupa-se mais com a estrutura necessária para permitir que cerca de meio milhão de pessoas possam brincar, à vontade, nas ruas.

Uma verdadeira "bagunça organizada"

O bloco das Virgens é uma das muitas manifestações carnavalescas que revelam seu sentido transgressor, de um rito de inversão no qual a liberdade está presente de maneira muito clara, como afirma o professor de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Márcio Caniello. "Nós temos a crítica de costumes como um elemento central do Carnaval e também uma certa transgressão política a partir da crítica de máscaras de determinados políticos, por exemplo. Por outro lado, é um ritual delimitado, de três dias: você pode transgredir nesses três dias, mas, nos outros 362 dias, você não pode", analisa o pesquisador.

Foto: Arquivo pessoal

No Carnaval, nós nos expressamos com todas as contradições que temos de um país hierárquico, patriarcal e muito desigual

Márcio Caniello

Segundo Caniello, ao mesmo tempo que o Carnaval reafirma elementos de dominação no resto do ano, como demonstra o sociólogo francês Émile Durkheim, o exercício da liberdade pode ter um efeito transformador, já que não há garantias de que algumas coisas extrapolem o período de festa. "Muitas críticas, muitas ironias, muitos chistes transcendem o Carnaval; então, algo que cai na boca do povo nesse período pode continuar na boca do povo ano adentro. Esse espaço de crítica, inclusive, influencia mudanças na sociedade brasileira, na superação de diversas contradições que nós temos", pondera.

O sociólogo ressalta, no entanto, que o Carnaval mantém profundas relações com os dominados da sociedade brasileira, que são os protagonistas da festa, e recorda alguns desfiles clássicos das escolas de samba cariocas que levantaram questões importantes, como a luta quilombola, o empoderamento feminino e a orientação sexual, além de proporcionar visibilidade às comunidades marginalizadas e oportunizar-lhes geração de renda. "São contribuições que o Carnaval traz com esse aspecto transformador e contestador do *status quo* na sociedade brasileira. (...) Tudo num país capitalista, como já diria Marx, tem relações com a ideologia dominante, entretanto, eu prefiro pensar o Carnaval a partir desse poder de transgressão, de crítica ferina, artística, mordaz, mas sempre com uma pitada de humor, que é muito bem-recebida e acaba transbordando a partir disso", defende Caniello.

Para além da contribuição cultural e econômica da festividade, o Carnaval mantém profunda relação com a identidade nacional. Caniello afirma que o festejo é um símbolo do que é o brasileiro, ou melhor, "do que ele pensa que é". Ele associa a cordialidade e o jogo de cintura, características atribuídas ao caráter do brasileiro, ao Carnaval e ao samba, um de seus elementos centrais, que redundam, antropologicamente, no chamado "jeitinho brasileiro", que é sinônimo de flexibilidade das regras e das convenções. Também daí advém a imagem do Brasil como país do Carnaval, que se traduziria como uma verdadeira "bagunça organizada". "No Carnaval, nós nos expressamos com todas as contradições que temos de um país hierárquico, patriarcal e muito desigual, mas também tem o lado de uma utopia sobre o Brasil. Quando você olha, por exemplo, um desfile de escola de samba, aquilo é uma coisa utópica. Uma utopia da igualdade na sociedade brasileira, de setores mais críticos que querem um Brasil melhor, que se orgulham, enquanto brasileiros e brasileiras, de promover o maior espetáculo do mundo", completa o professor de Antropologia.

Vida alternativa

Como produto da cultura popular, o Carnaval não se restringe a apenas um período do ano. Em algumas das grandes cidades brasileiras, a festa começa meses antes, coincidindo com o início do verão, tanto que se convencionou dizer que tudo por aqui só começa a funcionar, de fato, depois da Quarta-feira de Cinzas. Ainda assim, o brasileiro encontrou um modo de prolongá-lo por meio das ressacas carnavalescas e das micaretas, os carnavais fora de época. As características dessa festa, no entanto, possuem uma longa trajetória histórica e foram analisadas pelo teórico russo Mikhail Bakhtin, que cunhou a ideia de carnavalização ao analisar a obra literária do escritor francês François Rabelais.

Segundo o professor de Linguística da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Pedro Farias Francelino, a definição de carnavalização do filósofo russo baseia-se em uma análise detalhada dos festejos carnavalescos e de outras manifestações populares da Idade Média e pode ser traduzida como uma cosmovisão de mundo que rompe as fronteiras e separam o sério do cômico. "No Carnaval descrito por Bakhtin, o mundo passa por uma inversão total de valores em que todas as censuras, interdições, barreiras, leis, enfim, tudo aquilo que regula a existência tem sua momentânea suspensão, de modo que todas as distâncias, diferenças e formas de hierarquia são abolidas", explica o especialista em Análise do Discurso, que desenvolve pesquisas com base nos escritos linguístico-filosóficos do chamado Círculo de Bakhtin.

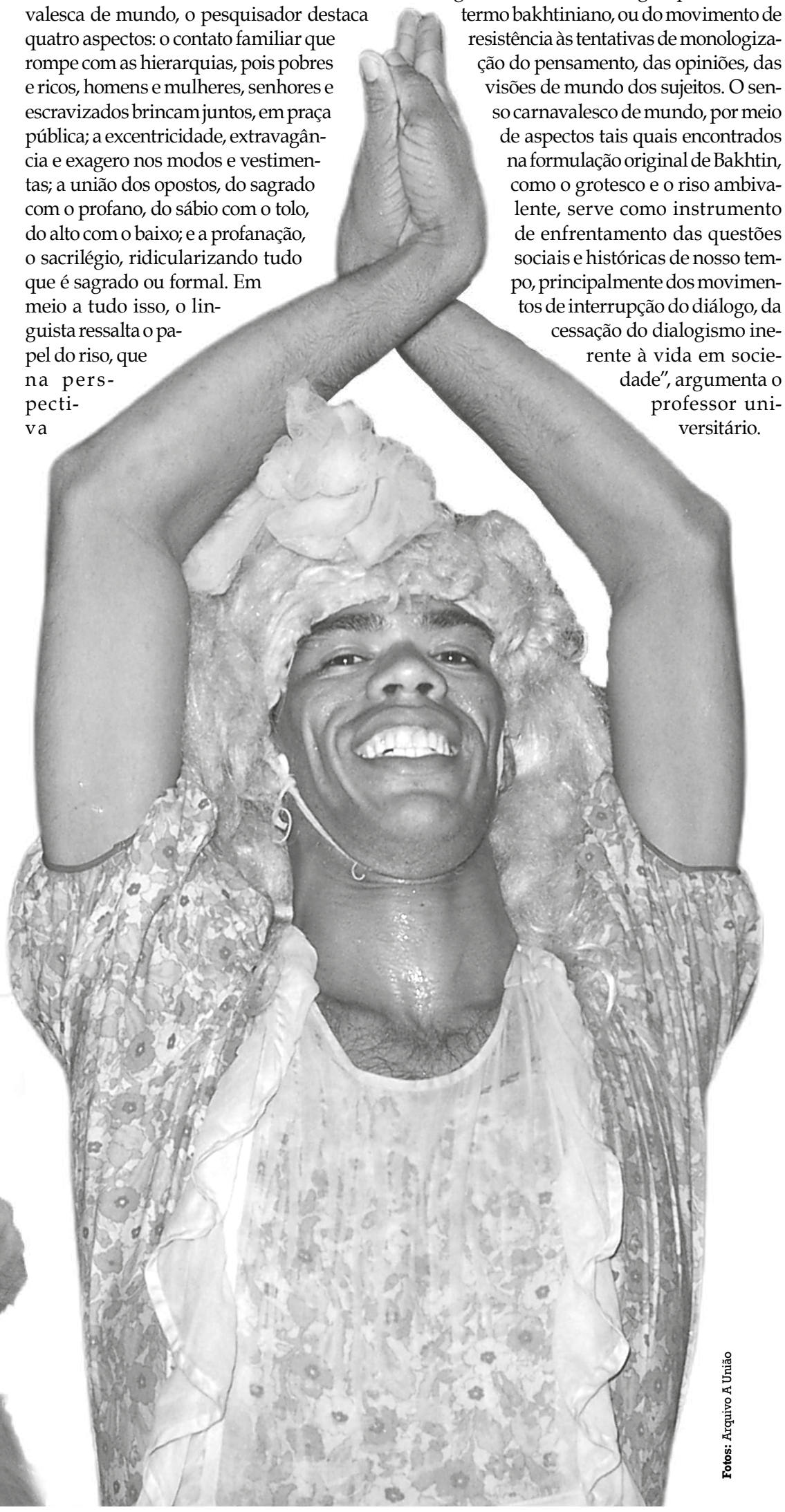
Entre as características dessa visão carnavalesca de mundo, o pesquisador destaca quatro aspectos: o contato familiar que rompe com as hierarquias, pois pobres e ricos, homens e mulheres, senhores e escravizados brincam juntos, em praça pública; a excentricidade, extravagância e exagero nos modos e vestimentas; a união dos opostos, do sagrado com o profano, do sábio com o tolo, do alto com o baixo; e a profanação, o sacrilégio, ridicularizando tudo que é sagrado ou formal. Em meio a tudo isso, o linguista ressalta o papel do riso, que na perspectiva bakhtiniana, tem um poder de desatar as amarras da vida social regrada, fazendo-se "espaço da liberdade utópica em que uma outra vida alternativa se torna possível".

A noção desenvolvida por Bakhtin tem sido apropriada por outras áreas do conhecimento para compreender gêneros discursivos, principalmente aqueles do campo do humor, como a paródia, as charges e os *memes*, nos quais se identifica o aspecto subversivo do riso. O professor Pedro Farias alerta, no entanto, que não se pode associar a carnavalização à simples presença do humor em determinadas produções culturais: "O riso carnavalesco, segundo Bakhtin, caracteriza-se como um riso festivo, e não uma reação individual diante de um ou outro fato 'cômico' isolado. O risco carnavalesco é, ao mesmo tempo, um patrimônio do povo (é geral, todos riem); é universal (alcança todas as coisas e pessoas); e é ambivalente, isto é, congrega valores contrários".

Como o conceito formulado por Bakhtin tinha por base a análise de uma obra específica, o professor Pedro Farias reforça a necessidade de não aplicá-lo de modo indiscriminado a qualquer fenômeno cultural. O especialista prefere adotar a noção de um senso carnavalesco de mundo, especialmente para se referir a manifestações de outras esferas sociais e humanas que representam uma espécie de "vida às avessas" ou um "mundo invertido".

"Hoje, sobretudo com a tecnologia da informação e da comunicação, com as redes sociais com uma outra possível praça pública, com o regime democrático, é possível afirmar que o senso carnavalesco de mundo é necessário e fundamental às transformações sociais almejadas, constituindo um poderoso condensador do movimento das forças centrífugas da vida verboideológica, para usar um termo bakhtiniano, ou do movimento de resistência às tentativas de monologização do pensamento, das opiniões, das visões de mundo dos sujeitos. O senso carnavalesco de mundo, por meio de aspectos tais quais encontrados na formulação original de Bakhtin, como o grotesco e o riso ambivalente, serve como instrumento de enfrentamento das questões sociais e históricas de nosso tempo, principalmente dos movimentos de interrupção do diálogo, da cessação do dialogismo inerente à vida em sociedade", argumenta o professor universitário.

Há 38 anos pelas ruas da capital paraibana, quem promove uma fantasia da inversão de gêneros é o bloco As Virgens de Tambaú, espaço para rir, brincar e extravasar



Fotos: Arquivo A União

FENÔMENO

Discurso político pode carnavalizar

Argumento recorre à linguagem provocativa para produzir um sentido de subversão das hierarquias sedimentadas

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Se o Carnaval é a maior festa popular brasileira e, como diz o dito também popular, "tudo acaba em Carnaval", o discurso político contemporâneo não estaria isento desse processo. Paolo Demuru, professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, e pesquisador do Centro de Pesquisas Sociossemióticas (CPS), tem investigado as práticas discursivas do populismo digital e percebe como muitos políticos têm se utilizado cada vez mais de recursos típicos de um discurso carnavalesco, recorrendo a uma linguagem provocativa, e às vezes até chula, que produz um sentido de subversão das hierarquias sedimentadas.

O fenômeno está restrito ao Brasil e pode ser associado à ascensão da extrema direita ao redor do mundo. Demuru lembra figuras como os comediantes Volodymyr Zelensky, na Ucrânia, e Beppe Grillo, na Itália, e mais recentemente o polêmico editorialista Eric Zemmour, na França. No Brasil, ele cita a figura de Bolsonaro, que chamou de "bufão" da política no livro *Um bufão no poder: ensaios sociossemióticos,* escrito em parceria com a professora de jornalismo Yvana Fechine, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na caracterização do termo, o "bufão" seria aquele que vive quebrando regras e protocolos sedimentados para se fazer passar por um *outsider* da política, mesmo tendo sido parlamentar por sete mandatos seguidos.

"Bolsonaro foi uma figura bastante central nesse processo de reapropriação de certos mecanismos que podem ser entendidos também como carnavalescos. É bastante interessante, porque o Carnaval tem essa natureza, como diz Bakhtin, de antissistema, de subversão dos poderes constituídos, da zoeira, do escárnio contra as altas hierarquias do estado. Historicamente, esse caráter antissistema era próprio do campo das esquerdas, que perdeu um pouco esse lugar no debate público, e está sendo cada vez mais utilizado como recurso pelos líderes de movimentos de extrema direita", analisa o semioticista.

A tese que Demuru vem defendendo, desenvolvida no livro de sua autoria, *Políticas do encanto: extrema direita e fantasias da conspiração,* é de que o crescimento do populismo de direita está ligado a uma dimensão que classifica de encantadora ou mágica dos discursos de seus representantes, para não dizer utópica, que também mantém estreita relação com aspectos do Carnaval. "O que falta, além de dinheiro e direitos sociais, que foram cada vez mais sendo retirados, é também uma reaproximação com a utopia, com a maravilha, com o encanto da existência, principalmente no âmbito da construção coletiva. E a extrema direita foi capaz de fazer de novo isso, pensando no pertencimento coletivo, a partir de uma série de indivíduos que se dão bem individualmente, e não como um todo, o que é completamente diferente das experiências do campo progressista, como tivemos, por exemplo, nos fóruns sociais mundiais, no começo dos anos 2000", argumenta.

Ainda assim, Paolo Demuru percebe que, no Carnaval de rua das grandes cidades brasileiras, o povo procura apropriar-se de recursos narrativos e estéticos para tentar desconstruir os governos de extrema direita por meio do riso, da brincadeira e da crítica. "O Carnaval no Brasil tornou-se, nos últimos 10 anos, muito político. Não por acaso, quando Bolsonaro foi eleito, um dos seus primeiros discursos públicos, em fevereiro de 2019, foi sobre o Carnaval, tentando desmoralizá-lo, dizendo que era coisa de pervertido".

Demuru não se arrisca a fazer previsões em relação ao embate político nas próximas eleições gerais brasileiras, mas alerta que as recentes mudanças feitas nos algoritmos das redes sociais X (antigo Twitter) e Instagram, suprimindo filtros de moderação de conteúdos racistas, misóginos, xenofóbicos e LGBTfóbicos, podem fomentar ainda mais a propagação das chamadas *fake news*. Para combater as fantasias de conspiração, ele defende pautas utópicas que poderiam ser levadas adiante pelo campo progressista. "A isenção do Imposto de Renda até 5 mil reais é uma utopia, é algo que ninguém pensava que poderia ser feito, mas está aí. O fato do fim da escala de trabalho seis por um ter tido esse sucesso no debate público é porque ela está mexendo com a realidade e com o sonho das pessoas ao mesmo tempo. Então, eu acho que cada vez mais o riso, a felicidade, a alegria, a projeção de um cenário que não seja só 'Salve-se quem puder, porque o mundo está acabando' vai ser fundamental", aposta o analista.

Imagem: Reprodução/Confraria do Vento

Bolsonaro foi uma figura central no processo de reapropriação de certos mecanismos que podem ser entendidos como carnavalescos, segundo o autor de "Um bufão no poder: ensaios sociossemióticos"

EFEITOS PSICOLÓGICOS

Extravasar não pode se tornar uma fuga constante da realidade

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

A Quarta-feira de Cinzas existe para nos lembrar que toda festa tem um fim. É hora de tirar a máscara, desfazer o sorriso debochado e encarar a realidade, por mais amarga que ela pareça depois da folia que ficou para trás. Se a vida em sociedade impõe ao indivíduo uma série de cobranças e responsabilidades — trabalho, família, saúde, finanças, estudos etc. —, não é difícil entender por que esses momentos de extravasamento são tão necessários. Precisamos de um respiro, nem que seja por um dia. Sigmund Freud já alertava que, sem uma válvula de escape, as pulsões reprimidas podem se transformar em mal-estar. Hoje, bem sabemos que o estresse tem muito a ver com esse sufocamento.

É por essa necessidade tão humana que a sociedade criou datas para extravasar, quase como um passe livre no calendário para desafiar regras e subverter a realidade. No Dia da Mentira (1º de abril), as *fake news* são socialmente aceitas e tratadas como brincadeiras inofensivas. Já no Dia das Bruxas (31 de outubro), a fantasia permite-nos flertar com o grotesco e o politicamente incorreto, seja no papel de monstro do *Frankenstein* ou como uma sátira de alguma figura pública. No Carnaval, essa inversão de papéis continua, transformando os foliões em reis, rainhas ou no que mais quiserem, subvertendo a realidade à medida que debocham do senso comum.

Alívio e fuga

Segundo a psicóloga Juliana Beco, pensar a carnavalização sob o ponto de vista psicológico é também reconhecer sua função primordial como válvula de escape. São esses momentos de irreverência e fantasia que permitem às pessoas aliviar tensões e encontrar respiros em meio à pressão do cotidiano. "O Carnaval, por exemplo, possibilita essa expressão mais lúdica, em que até desejos reprimidos podem emergir sem julgamento. É um espaço democrático, em que você pode se expressar livremente".

Mas não se trata apenas de rir ou festejar; a catarse — conceito intrínseco à carnavalização — é um processo bem mais profundo que permite colocar para fora aquilo que está reprimido. "A carnavalização funciona como uma forma coletiva de catarse, quase como lançar um vômito. É expressar o que precisa ser dito", explica Juliana. É o que também acontece no meio digital, no qual os *memes*, vídeos e as charges canalizam a expressão coletiva, desafiando as normas de forma bem-humorada.

Não à toa, a ausência desses pequenos espaços para extravasar e até rir de si mesmo pode se tornar um problema com o tempo. A especialista alerta que a repressão constante de emoções e pensamentos pode intensificar a ansiedade e levar a estados depressivos. "Muitas vezes, a falta desses espaços de expressão pode gerar um acúmulo de tensões e sentimentos reprimidos. Isso gera um humor deprimido porque a pessoa não pode se expressar do modo que ela é", complementa. Além disso, vale lembrar que essa necessidade de escape pode assumir diferentes formas, algumas até prejudiciais, como o consumo excessivo de álcool ou a hiperconexão com as redes sociais.

Nem sempre "rir é o melhor remédio"

Mas, se nem tudo na vida precisa — e nem deve — ser levado tão a sério, também não dá para transformar tudo em piada. Mesmo que rir seja o melhor remédio para a maioria dos problemas, buscar distração constante pode acabar afastando o indivíduo da própria realidade. Sem equilíbrio, a fantasia deixa de ser um meio de transgressão e alívio temporário para se tornar um escudo permanente contra o que incomoda, esvaziando sua vocação como espaço de crítica, riso e ressignificação.

Como pontua o psicólogo André Memória, se a falta de respiros é psicologicamente prejudicial, o oposto também é verdadeiro: o excesso pode levar à fuga da realidade. E, se estamos sempre fugindo, significa que não estamos elaborando bem as nossas emoções. "O excesso da carnavalização, ou de qualquer situação na qual você se coloca fora da realidade, vai fazer com que você viva pior. Talvez você falte ao trabalho ou não responda às questões da faculdade de um jeito saudável. Até mesmo as suas relações familiares e afetivas podem perder algo em alguma medida", observa.

Não dá para viver eternamente em um bloco carnavalesco ou dentro de uma fantasia literária só porque o mundo, muitas vezes, não é tão empolgante quanto essas histórias. Segundo ele, esse excesso de carnavalização pode desencadear um ciclo perigoso de isolamento e alienação, à medida que o indivíduo passa a evitar os próprios conflitos internos.

Quando tudo vira piada, fica mais fácil encobrir o sofrimento e ignorar as frustrações que precisariam ser enfrentadas. "O excesso faz com que você viva em um mundo que provavelmente o coloca numa situação de conflito. As pessoas vão entender que você não está bem e vão te recomendar buscar ajuda profissional". Por isso, Memória enfatiza que o limite entre um escape saudável e uma fuga nociva é bem sutil. A chave, segundo ele, está em equilibrar a necessidade de rir com a capacidade de encarar a vida como ela é, de fato.

Foto: Arquivo pessoal

O Carnaval, por exemplo, possibilita essa expressão mais lúdica, em que até desejos reprimidos podem emergir sem julgamento

Juliana Beco

Impacto do riso na saúde mental

O cantor e compositor Cartola já dizia na música "Preciso me encontrar" que, muitas vezes, rimos para não chorar. É inegável que a capacidade de rir de si mesmo torna o ser humano mais leve diante da vida e menos vulnerável aos obstáculos que teimam em aparecer. Mas o poder de uma simples e sonora gargalhada vai muito além, como bem explica a psicóloga Juliana Beco. O riso não é apenas um gesto espontâneo, mas um mecanismo biológico que impacta profundamente a saúde mental.

"O riso estimula a liberação de substâncias que reduzem o estresse e trazem prazer, ajudando a regular as emoções", explica Juliana Beco. Na hora do riso, neurotransmissores como dopamina e serotonina entram em ação, promovendo relaxamento e uma sensação de bem-estar que pode contribuir, e muito, na construção de uma mentalidade mais equilibrada.

Além da questão biológica, a capacidade de rir — inclusive de si mesmo — revela muito sobre o nível de maturidade de cada um. Para o psicólogo André Memória, esse é um sinal claro de inteligência emocional. "Rir de si mesmo é essencial para entender quem você é, para pegar mais leve consigo mesmo e lidar de forma mais tranquila até com questões muito sérias da vida", analisa.

Por isso, ele considera o humor um instrumento valioso de socialização que permite às pessoas se conectarem umas com as outras e elaborarem coletivamente experiências mais saudáveis. "O humor é um traço sofisticado da nossa inteligência e da capacidade de socialização. Sem ele, a sociedade não funcionaria", afirma.

Foto: Arquivo pessoal

Para o psicólogo André Memória, rir é um sinal de inteligência emocional

Não por acaso, momentos de extravasamento como o Carnaval cumprem bem esse papel. "O que consumimos de humor na internet ou fora dela, seja em *memes*, vídeos ou qualquer coisa que se assemelhe ao Carnaval e a esses momentos de extravasamento, nos faz muito bem".

Para André Memória, esses respiros são mais do que simples distrações em meio à rotina: são momentos necessários para que os indivíduos saiam, ainda que temporariamente, das suas devidas bolhas e experimentem um pouco mais de liberdade.

CARNAVALIZAÇÃO 2.0

Nova praça pública do riso é digital

Na máscara binária da internet, o deboche viraliza, questiona e desafia o poder em tempo real

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

"O humor tem que fazer rir. Se não faz, não é humor; é horror". É assim que o ator, poeta, cantor e compositor paraibano Lukete define o que, para ele, representa mais do que um dom — uma missão. Seja na rima afiada ao fim do capítulo de novela ou nas canções que misturam poesia e irreverência, o artista prefere vestir sua fantasia invisível e provocar — sempre que possível — uma reflexão em meio à gargalhada. "Gosto muito de utilizar o humor para falar sério. A gente faz rir, mas, em algum momento, a pessoa vai dizer: 'Peraí, esse bicho está falando a verdade'", observa, citando como exemplo sua música "Prefiro ser um louco".

Para Lukete, é melhor ser "doidão" do que seguir padrões, uma ideia que nos remete diretamente à essência da carnavalização. Quase como um tropeço improvável entre o paraibano e o filósofo russo, a conexão entre o riso subversivo e a inversão de hierarquias atravessa séculos. Mesmo que o alvo dos estudos de Bakhtin tenha sido o Carnaval medieval, esse espírito transgressor nunca esteve tão atual, assumindo diferentes formas e linguagens.

A nova praça pública é digital e está, principalmente, nas redes sociais, nas quais os *memes* debocham da cena política, subvertem hierarquias e desafiam o *status quo*. Assim como no Carnaval, em que a fantasia permite que as pessoas libertem-se das amarras sociais, a internet, hoje, representa esse mesmo espaço de transgressão — algo que, para Lukete, é muito familiar. "Eu faço parte do bloco Cafuçu, aqui em João Pessoa. Lá, todo mundo se veste brega e ninguém é mais do que ninguém. Não tem pobre, rico ou feio. Existe a alegria e a liberdade", exemplifica o artista.

No bloco, ao encarnar um personagem, até o mais tímido faz o que não teria coragem de cara limpa. Nas redes sociais, a lógica é surpreendentemente parecida: pelos perfis anônimos, as nossas máscaras digitais, as pessoas podem satirizar a vida com o mesmo atrevimento carnavalesco, por meio de *memes*, comentários, publicações e vídeos. Quem explica essa relação é Francilene Leite Cavalcante, professora do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e doutora em Ciências da Linguagem. "Os desfiles acontecem exatamente da mesma forma nas redes sociais, com publicações e comentários que, muitas vezes, são até mais engraçados que os próprios *memes*. É ali onde tudo é possível, onde as regras são quebradas e não há mais hierarquização", resume.

Para a professora, não há dúvidas de que os *memes* são os novos instrumentos de carnavalização. No *feed*, políticos são ridicularizados, celebridades tornam-se caricaturas de si mesmas e qualquer situação cotidiana pode virar piada. A força do *meme* está justamente na sua capacidade de transformar o sério em riso, extravasando o que normalmente não passaria pelos filtros sociais. O resultado disso é uma gargalhada coletiva, que viraliza à medida que traz à tona a zombaria, ainda que a piada não tenha a mesma graça para todos. "A gente percebe isso especialmente na política. Quem é a favor de determinado candidato vai achar um *meme* hilário, enquanto quem é contra pode se sentir ofendido. Mesmo sendo uma brincadeira, as pessoas tomam para si, como se fosse algo pessoal".

Foto: Arquivo pessoal

Quem é a favor de determinado candidato vai achar um *meme* hilário, enquanto quem é contra pode se sentir ofendido

Francilene Leite Cavalcante

Humor tem limites?

Na visão de Mikhail Bakhtin, a suspensão de regras era temporária, mas, com a internet e a ascensão das redes sociais — e dos *memes* —, o que acontece é exatamente o oposto: a liberdade é socialmente legitimada a tal ponto que o zombador pode criticar e escarnecer o que bem desejar, a qualquer momento. Essa é uma diferença importante, já que a praça pública digital não fecha nunca, enquanto a folia tem hora para acabar. Mesmo no Carnaval medieval estudado pelo filósofo russo, a festa de inversões tinha uma duração exata: três meses, como explica a professora Francilene Leite Cavalcante. Durante esse período, o servo tornava-se rei, o monarca descia do trono e as regras do mundo real perdiam a validade. Mas também existia ali uma ambivalência importante, uma vez que "o novo rei sabia que, ao fim da festa, também seria destronado".

Nos dias de hoje, a carnavalização digital é tão acessível que gera novos dilemas. Se tudo pode ser alvo do deboche, onde estão os limites do humor? Para Lukete, embora o riso deva ser livre, há também uma responsabilidade de quem o provoca. "O humor vem com um pedido de liberdade, de licença poética, mas também tem uma necessidade social. Se machucou alguém, aí já é outra coisa. O humor vem com uma grande responsabilidade de cuidado também", reflete.

Se, para alguns, isso pode soar como repressão, para o artista paraibano tem a ver com pensar melhor sobre o que se diz. "O humor está dentro de mim, é minha expressão natural. Mas existe essa responsabilidade. Eu, por exemplo, estou escrevendo um filme, e a ideia inicial parece um besteirol, mas por dentro você vai perceber que tem muita mensagem importante. Estou aqui ludibriando e fazendo rima, mas toma aqui um negócio para te fazer pensar", brinca Lukete, dando uma palinha do que está por vir: seu filme *Cadê Meu Isqueiro?*.

Esse compromisso faz parte da brincadeira de forma muito mais profunda do que parece, segundo a professora Francilene Leite. Dentro do conceito de Bakhtin, o riso só pode ser verdadeiramente carnavalizado quando todos os envolvidos participam do jogo. Ou seja, quando alguém se sente ferido e não compartilha dessa "fantasia", já não é um riso carnavalizado. "A partir do momento em que o próprio burlador não se sente incluído, deixa de ser carnavalização. O riso precisa ser universal, democrático. Quando ambos os lados olham para o *meme* e acham graça, aí sim estamos falando de carnavalização", pontua a professora. No fim das contas, o humor que exclui e fere torna-se tóxico.

Foto: Jorge Bispo/Divulgação

"Irreverência" é o sobrenome do ator, poeta, cantor e compositor paraibano Lukete: "Gosto muito de utilizar o humor para falar sério"

No dia a dia, a nossa língua é carnavalizada

Quem pensa que a carnavalização limita-se às ruas, durante os festejos de Momo, ou às redes sociais está enganado. O pensamento de Bakhtin tem mais a ver com o dia a dia do que imaginamos. Quebrar a rotina rígida de estudos ou trabalho em dias específicos e até mesmo abandonar a dieta no fim de semana são formas mais sutis de carnavalizar a vida.

Como bem explica Francilene Leite Cavalcante, isso é importante para não enlouquecermos com as regras da vida oficial. "Temos que fugir um pouco dessa oficialidade, até porque não conseguimos ser formais o tempo todo", complementa a professora.

Essa lógica, segundo ela, também se estende à linguagem, já que seria impossível atender às exigências da gramática normativa o tempo inteiro. "Nós somos camaleões linguísticos. Adaptamos nossa fala ao meio e ao contexto. Quem é que diz 'amo-te, querida' no dia a dia? Falamos 'te amo'. A nossa língua também é carnavalizada".

FALSA LIBERDADE DO RISO DIGITAL

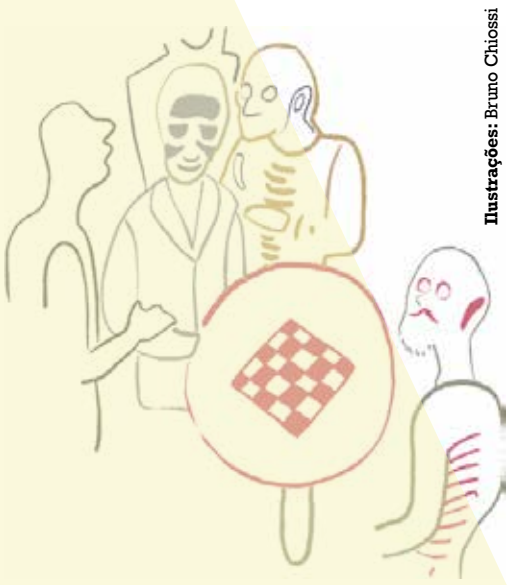
No digital, a comunicação é hipersegmentada e atende a diversas bolhas, o que influencia diretamente a forma como a carnavalização se manifesta. Quem faz esse apontamento é Geysianne Felipe, relações públicas e doutoranda em Ciência da Informação pela UFPB.

Por mais que as pessoas se expressem livremente e possam criar narrativas sobre lugares, pessoas e acontecimentos, essa inversão não se propaga de maneira tão homogênea. "Não é porque as pessoas criam uma sátira, uma carnavalização da realidade, que ela vai atingir todo mundo". Ou seja, a lógica do deboche e da paródia continua, mas sua circulação pode ser desigual.

Geysianne Felipe faz uma crítica ao riso coletivo digital, que, apesar de parecer compartilhado, acontece de forma isolada na prática. "O virtual deveria servir para juntar as pessoas, mas, às vezes, preferimos ficar realmente curtindo a realidade por meio das telas. Isso nos isola", reflete. Para ela, a internet transmite uma falsa sensação de coletividade ao "conectar tudo e todos", mas, no dia a dia, ela nos individualiza cada vez mais.

Foto: Arquivo pessoal

Geysianne Felipe: circulação da sátira pode ser desigual via web



Ilustrações: Bruno Chiossi